ISSN: 1645-4790

9 outubro 2006

missão espiritana

revista das circunscrições espiritanas lusófonas

• *Missão e Espiritualidade* • *Missão e Cultura*
• *Missão e História* • *Figuras da missão Espiritana*

BV2300
.H65
M5
no. 9
Out.
2006
Spiritan
Coll.

CONGREGAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Ficha Técnica

Título:
Revista das Circunscrições Espiritanas Lusófonas
Publicação Semestral das circunscrições espiritanas lusófonas

Director e Sub-Directores:
P. José Manuel Sabença (Superior Provincial de Portugal);
P. Lourenço Ndjimbu (Superior Provincial de Angola);
P. Adalberto Ferezini (Superior Provincial de Brasil);
P. Manuel Martins N. Ferreira (Superior do Distrito de Cabo Verde);
Irmã Conceição Sousa (Superiora Principal das Irmãs Espiritanas, Portugal)

Conselho de Redacção:
Nuno Rodrigues (Cabo Verde); Torres Neiva, Fátima Monteiro, Rosa Braga (Portugal), Jerónimo Cahinga (Angola); Pedro Fernandes (Moçambique); Haroldo Evaristo Alves (Brasil)

Comité de Redacção:
Alfredo Teixeira; José Manuel Sabença; António Santos Moreira; Mário Faria Silva; Fátima Gama; António Joaquim Galvão

Proprietário:
Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo.

Direcção, Administração, Assinaturas:
Rua de Santo Amaro à Estrela, 51
1249-029 Lisboa
Tel.: 213 933 000 - Fax: 213 933 019
missaoespiritana@espiritanos.org

Assinatura 2005: Portugal 12€, Outros Países 15€

Edição Avulso: 7€

Design gráfico e capa:
Victor Silva

Composição, paginação e impressão:
Gráfica Povoense, Lda.

ISSN: 1645-4790

Depósito Legal: 181539/02

Tiragem: 300 exs.

BV2300
.H65
M5
no.9
out. 2006
021346841

sumário

• Editorial 3

• Missão e Espiritualidade:
A internacionalidade, o novo rosto dos Institutos Missionários
– por ROBERT SCHERETTER 5

A "Ordália" Veneno ("Mbambu") na tradição cultural do centro norte Angolano - Um desafio pastoral
– por MANUEL GONÇALVES 15

• Missão e Cultura:
Os pobres e a pobreza no Paraguai
– por ANTÓNIO FARIAS 29

A revista "Portugal em África" no contexto da missionação contemporánea
– por MANUEL CARMO 45

• Missão e História:

A fundação da Província Espiritana de Angola
– por ADÉLIO TORRES NEIVA 61

A vinda das Irmãs de S. José de Cluny para Portugal há 125 anos
– por ADÉLIO TORRES NEIVA 83

A Casa Mãe das Espiritanas seu percurso histórico e geográfico
– por IRMÃ PAUL GIROLET 117

• Figuras da missão Espiritana
MONS. JOÃO QUESADA 133

SPIRITAN COLLECTION
DUQUESNE UNIVERSITY
The Gumberg Library

Congregation of the Holy Spirit
USA Eastern Province

editorial

As palavras de mais um número da Missão Espiritana representam o empenho e dedicação ao Amor de Deus que se manifesta no dar-se aos demais enquanto projecto de vida e de acção na e em MISSÃO. A estrutura da revista continua a obedecer aos propósitos de apelarmos a que todos comunguem e partilhem as suas experiências missionárias no sentido de «num só coração e numa só alma» ajudarmos a construir o Reino do Senhor.

«Nem só de pão vive o homem». A Espiritualidade é a VIDA, é algo mais que um manual ou compêndio de temas centrados num tema de referência, é, antes, o TODO que se desvela n'*A Internacionalidade, o Novo Rosto dos Institutos Missionários* (Robert Schereiter), no qual um número significativo de Pessoas, comungando do mesmo carisma, fazem face aos desafios que a modernidade traz dando respostas positivas de Igreja aos fenómenos e factos sociais numa dinâmica de verdadeira inclusão e interculturalidade.

Não há dúvidas que a circunstância da cultura marcou e continua a marcar e a condicionar o trabalho missionário. *A ordália do veneno na tradição Cultural do Centro de Angola* ajuda-nos a tomarmos consciência da formação e preparação dum missionário cuja claridade, sensibilidade espiritual e humana têm que mostrar rigor académico e caminhar paralelamente com práticas cuja justificação está na mente do povo e reclama "uma Pastoral «inculturante dos valores evangélicos" (Manuel Gonçalves), no âmbito do bem moral, social e espiritual sustentado numa fé cristã.

Gostaríamos que os sinais de pobreza económica e (de riqueza) humana marcassem «ferozmente» o missionário acerca do que pode e deve fazer no seu apostolado: implementar, de acordo com as circunstâncias próprias e específicas de cada lugar, o fundamental, o essencial, o ponto de apoio necessário para poder desenvolver a Missão a que foi enviado. É a Igreja que vai. Em *Os pobres e a pobreza no Paraguai,* António Farias exorta-nos a que a atitude deve ser a de Jesus com a "força da Palavra de Deus e da presença contínua do Espírito" ao lado dos mais pobres e abandonados, como nos recomenda o nosso Venerável Padre Libermann.

A Revista Portugal em África no contexto da missionação contemporânea (Manuel Carmo) é mais um sinal da missão e cultura que os nossos missionários conduziram em favor

da causa missionária. A interpretação dos caminhos do pensamento predominante da sociedade portuguesa, «ultramar e orgulho nacional», gerou a consciência da necessidade da actividade missionária, embora o ponto de partida e interesse, por parte dos políticos, não fosse o anúncio e dilatação do Reino de Deus.

Como «a força do Espírito sopra onde quer», é nosso dever servirmos de guia, com documentos de base que aportem conteúdos de grande valor histórico para a Missão e ao mesmo tempo apresentarmos instrumentos que sirvam de formação pedagógica aos futuros missionários. A evocação do nascimento de uma Congregação Missionária e a história d'*a «Casa Mãe» das Espiritanas, seu percurso histórico e geográfico* (Paul Girolet) relata-nos os passos do desenvolvimento e da construção «personalizada» das Irmãs Espiritanas.

Efectivamente, falar em fundação é referir os dados que nos remetem para raízes que brotaram e crescem no Reino por «Obra» daqueles que semearam. *A fundação da Província de Angola* (Torres Neiva) é, pois, consequência duma teoria que só encontra sentido quando compreendida para melhorar, inovar e intervir na prática missionária. Se queremos ser coerentes com a Missão, diremos: - não há fronteiras, mas, mesmo assim, temos que ter consciência de que vamos pisar outros terrenos, outras matérias presentes no «curriculum» da formação duma província.

Agradecidos ao Espírito Santo pela condução e pedagogia expressa nas nossas vontades e pela acção que a Congregação tem vindo a suscitar ao longo da História, podemos dizer que *A vinda das Irmãs de S. José de Cluny para Portugal* forçosamente significa uma dupla intenção: explicitar que o Reino é fermento e que o caminho se faz caminhando através da leitura dos conceitos de «contemporaneidade» que a história e as circunstâncias nos impõem – remamos, mas o leme é ELE que o guia.

Mons. João Quesada oferece-nos os requisitos duma consciência missionária e das responsabilidades da vida. O seu encanto pelo apostolado dá-lhe atracção pelas missões na China e pela Obra dos Irmãos que tanto estimara e amara.

Esperamos que a leitura possa facilitar a reflexão e compreensão da Missão hoje. Agradecemos a todos os colaboradores a sua participação e a possibilidade de continuarmos a partilhar o projecto que se vai desenvolvendo com a ajuda do Senhor. Outros colaboradores e suas reflexões serão sempre bem vindas.

Bem hajam e que o Espírito Santo nos encha dos seus dons.

António Joaquim Galvão

a internacionalidade, o novo rosto dos institutos missionarios

Robert Schereiter

Os institutos missionários vivem actualmente uma mudança espectacular no seu recrutamento. Os candidatos que desejam entrar em institutos fundados na Europa ou na América do Norte são em boa parte originários de outros continentes. A Africa, a Índia, a Indonésia, as Filipinas representam a maioria dos candidatos e dos membros mais jovens de muitos institutos. Estes países que ainda há pouco tempo eram considerados países de missão, são actualmente a fonte da missão.

Este afluxo de novos missionários provenientes do Sul, deve, bem entendido ser acolhido com alegria. Ele significa claramente que as Igrejas destes países participam plenamente na comunhão das Igrejas que é a Igreja católica. Mas este forte sinal teológico não deixa de lançar alguns desafios práticos aos institutos. Os recursos humanos vêm do Sul, mas os recursos financeiros que permitem o trabalho missionário continuam a ser do Norte. Muitas vezes também o poder continua no Norte quando a verdade é que nestes países a média da idade é de 65 a 70 ou mais anos.

Esta separação entre o poder e as finanças de um lado e o pessoal do outro, é por si mesmo fonte de conflito, que os capítulos gerais e as reuniões internacionais acusam. A formação dos novos membros, a afectação do pessoal jovem e a política missionária global são forte-

"Os recursos humanos vêm do Sul, mas os recursos financeiros que permitem o trabalho missionário continuam a ser do Norte."

"Esta separação entre o poder e as finanças de um lado e o pessoal do outro, é por si mesmo fonte de conflito"

mente coloridos pelas perspectivas que diferem segundo as áreas geográficas. Bem entendido, nem no Norte nem no Sul o pensamento é monolítico, mas há um conjunto de constantes que emergem em muitos institutos. De muitas maneiras, esta situação reflecte a divisão norte/sul da sociedade global, mas a diferença das gerações é mais marcante nos institutos missionários. Que é que esta situação da vida dos institutos missionários faz prever nos próximos decénios? E como fazer face a esse desafio?

Os problemas são verdadeiramente complexos. Mas não podemos deixar o tempo correr sem reflectir sobre ele e tirar daí as consequências. Este artigo propõe-se considerar alguns aspectos da situação e sugerir algumas primeiras pistas de solução.. Começarei por uma reflexão sobre um certo número de elementos que explicam de alguma maneira o contexto do problema, para depois mostrar como três dimensões da vida contemporânea podem ter influência sobre a própria compreensão do carisma de um intitulo. Espero assim esclarecer um pouco a direcção a tomar no imediato.

A situação actual

"Quando trabalho com os institutos missionários nas reuniões internacionais, faço muitas vezes a seguinte pergunta: "Qual é o maior desafio para um Instituto nos próximos anos?"

Quando trabalho com os institutos missionários nas reuniões internacionais, faço muitas vezes a seguinte pergunta: "Qual é o maior desafio para um Instituto nos próximos anos? "A resposta é quase sempre a mesma. Para os Europeus é: "Transmitir o carisma do fundador (ou fundadora) aos novos membros que entram no Instituto". Para os que vêm de outros continentes, a resposta é: "Uma melhor comunicação entre as culturas ou uma maior interculturação do carisma nas novas situações".

Esta resposta anedótica é confirmada por estudos mais científicos. Que significam estas respostas? Ao ouvi-las cada vez com mais frequência, delas emergem certas constantes. Para os europeus o que parece estar subentendido nestas repostas é o receio de ver a identidade do Instituto mudar, pois que poucos dos novos membros parecem conhecer ou compreender o carisma no seu pano de

fundo na Europa. Em consequência, temem pela identidade do instituto. Do lado dos jovens provenientes do Sul, há também uma preocupação pela identidade, isto é: os seus irmãos ou irmãs da Europa não compreendem os esforços que eles fazem para inculcar o carisma na sua situação própria. Eles desconfiam que os Europeus querem fazer deles réplicas deles mesmos, sem lhes deixar a latitude necessária para a nova compreensão do carisma.

Trata-se aqui de mais que um simples problema de comunicação. Encontramo-nos claramente diante de uma questão nitidamente sobre a identidade e sobre as suas fontes. Como captar melhor o que se passa? A minha proposta é que abordemos esta questão, procurando iluminá-la à luz de três noções: o carácter étnico, a modernidade e a cidadania.

"Encontramo-nos claramente diante de uma questão nitidamente sobre a identidade e sobre as suas fontes."

O carácter étnico

A oposição entre Norte e Sul é particularmente grave nos institutos que até aqui tinham uma identidade étnica clara. È o caso das sociedades missionárias nacionais fundadaas o século XIX ou princípios do século XX. A identidade enraizava-se não só no carisma mas também na origem étnica da maior parte dos membros, que eram Irlandeses, Franceses, Belgas, Italianos, Portugueses ou outros. A maneira como os grupos étnicos se consideravam nos seus países ou em relação com outros países, modelou a sua identidade mais do que à primeira vista podia parecer. A dinâmica das reuniões, a elaboração das políticas da formação, a relação com o dinheiro, a própria noção de missão são afectadas pela maneira como estas ideias são vividas no país de origem do instituto. Mesmo se ele foi fundado com o fim de trabalhar num espaço bem preciso (por exemplo a África ou a China) as origens do Instituto são evidentes, "A herança" ou o "património" não se compõem só da visão teológica e missiológica que está presente na fundação. Há também misturada uma componente étnica.

"A oposição entre Norte e Sul é particularmente grave nos institutos que até aqui tinham uma identidade étnica clara."

""A herança" ou o "património" não se compõem só da visão teológica e missiológica que está presente na fundação. Há também misturada uma componente étnica."

Isto manifesta-se de muitas maneiras. Uma vez que

muitos institutos foram fundados no período colonial, a sua atitude para com o Sul reflecte ainda esse espírito? A questão põe-se sobretudo para ao países que foram potências coloniais (Bélgica, Holanda, França, Portugal, Itália) mas pode também pôr-se para aqueles países que foram colonizados (como a Irlanda,). Os modelos de relação de hoje são os reflexos dos modelos coloniais do passado? Por exemplo, o método da colonização inglesa foi educar as elites nas grandes universidades inglesas, tornando-as assim capazes de reproduzir este meio social quando regressassem ao seu país. Os Franceses preocuparam-se mais em criar uma certa mentalidade na elite colonial procurando-a tornar francesa. Os Belgas e os Italianos pouco se preocuparam em formar elites coloniais, preferindo exercer um controle mais directo. Em qual destes modelos se encontram na maneira como preparamos os responsáveis das novas fundações?

"Os modelos coloniais podem sobreviver mesmo depois da colonização ter terminado há muito tempo."

E os próprios países colonizados ou privados de autonomia na Europa (como a Irlanda ou a Polónia) repetem eles as suas próprias histórias coloniais tratando as gentes do Sul como eles próprios foram tratados pelos do Norte? Os modelos coloniais podem sobreviver mesmo depois da colonização ter terminado há muito tempo.

"O conceito de cultura não foi realmente posto em evidência na Igreja a não ser depois do Vaticano II."

Em seguida, é preciso perguntar até que ponto a noção de cultura penetrou na consciência dos Institutos religiosos. O conceito de cultura não foi realmente posto em evidência na Igreja a não ser depois do Vaticano II. E este assentimento tem sido sobretudo formal ou limitado às coisas externas. Nestes Institutos (e não somente aneles) a cultura parece não se aplicar a não ser ao que é evidentemente diferente "lá bas", ou seja ,no Sul. O conceito raramente é utilizado quando nos referimos ao país de origem. De resto, ele não é considerado como um factor importante para a formulação das políticas ou a conduta do trabalho no Instituto.

"A perda do carácter largamente étnico de um Instituto pode traduzir-se pela perda do seu carisma ou da sua identidade."

Enfim, tudo o que acaba dê ser dito mostra claramente que a perda do carácter largamente étnico de um Instituto pode traduzir-se pela perda do seu carisma ou da sua identidade. Se a sua história está de tal maneira ligada

a uma cultura particular e se não se reflectiu nesta situação, a perda da identidade étnica significará a perda da identidade do próprio Instituto. Talvez que modelos inconscientes de colonialismo continuem em vigor ou mesmo se acentuem para tentar manter esta identidade.

A modernidade

Um dos maiores desafios para a missão (e a bem dizer para toda a Igreja) na segunda metade do século XX foi a tentativa de se situar face à modernidade. Desde o século XIX que a Igreja tinha tomado uma posição mais negativa que positiva, no que à modernidade se referia. Os Institutos missionários esforçaram-se por inverter esta política e de se situar mais positivamente face a esta facto social que é a modernidade.

"Um dos maiores desafios para a missão (e a bem dizer para toda a Igreja) na segunda metade do século XX foi a tentativa de se situar face à modernidade."

Ao nível internacional, o que parece emergir no dealbar do século XXI é a aceitação total da modernidade. As políticas da formação abandonaram os seus métodos demasiado colectivistas para reflectir a vida de uma sociedade individualista. Dá-se mais valor á iniciativa que as atitudes conformistas. Os modelos de autoridade, de tomada de decisões, da prática do voto de obediência cederam o seu lugar a procedimentos mais democráticos e reconheceram a importância da pessoa como tal. Esta maneira de fazer levou por vezes a conflitos com a Igreja hierárquica, sempre muito prudente quando se trata de modernidade e teve duas consequências importantes para os conflitos entre o Norte e o Sul.

Primeiro, este processo de modernização propagou-se rapidamente no Sul. Inaugurado pela colonização que tinha procurado ajudar os países "atrasados" a alcançar os mais "avançados" (ou seja os do Norte). Este processo foi acentuado pela mundialização da economia e dos meios de comunicação que perturba as sociedades tradicionais. Com certeza que esta modernização é um fenómeno complexo e não se produz por toda a parte ao mesmo ritmo. Mas as lutas contra esta modernização, postas em vidência pelas propostas anti-mundialistas de Seatle, Genes, Porto

"Este processo foi acentuado pela mundialização da economia e dos meios de comunicação que perturba as sociedades tradicionais."

Alegre, tiveram profundas repercussões nos Institutos religiosos mesmo se nem sempre se pensa nisso. Para participar plenamente no poder, deve o Sul obrigatoriamente tornar-se como Norte, como a Europa ou os Estados Unidos? A modernização criada pelas diferenças de classes: os candidatos (as) recrutados (as) entre os pobres recebem uma educação que faz deles membros da classe média e em seguida são enviados a identificar-se de novo com os pobres. A modernização à maneira da do Norte será ela necessária para participar plenamente na vida de um Instituto? Tendo em conta que os programas de formação se apoiam em estilos de modernidade (testes psicológicos, aconselhamentos, etc) e tendem a formar uma identidade social individualista, como respeitar o trabalho nas culturas largamente colectivistass?

Mais ainda, quando os Institutos estão ainda na fase da modernização ei-los que se encontram a contas com a pós-modernidade. Este termo encontra uma grande variedade de respostas às insuficiências da modernidade, como sejam os fundamentalismos à direita ou nitidamente `a esquerda. Há actualmente uma tensão entre as gerações. A que está actualmente em posição de autoridade é tipicamente a que deu o passo entre as situações pré e pós f Vaticano II. Muitas vezes ela recebeu a sua formação durante esta época de transição turbulenta. O concílio hoje está abertamente distante de nós e são outras experiências da Igreja e do mundo que modelaram os candidatos que chegam hoje tanto ao Norte como ao Sul. Em muitos lugares, especialmente nos meios rurais ou nos subúrbios pobres das cidades, as pessoas vivem "tempos misturados", uma espécie de mistura da pré-modernidade, da modernidade e da pós-modernidade tudo ao mesmo tempo. As cidades multiculturias tornaram-se o principal espaço da missão e já não o mundo rural. Como é que os responsáveis dos Institutos missionários estão preparados para afrontar os múltiplos desafios que lhes lança este mundo novo?

"Há actualmente uma tensão entre as gerações."

As diferenças de idade nos Institutos geram uma tensão entre uma geração que trabalhou duramente para

fazer dialogar o Instituto com a modernidade e uma outra que teve a intuição. sem talvez se dar conta disso conscientemente, dos estilos turbulentos da pós-modernidade. Falar em termos de realidades pré ou pós conciliares não se dá conta deste estado de coisas. A experiência dos mais jovens, cuja sensibilidade está de acordo com estes "tempos misturados" em que vivemos, põe em questão a maneira como os responsáveis actuais se habituaram a gerir os assuntos.

A cidadania

Um domínio novo e importante se abre hoje nos estudos da migração: a cidadania. Onde se situa a nossa pertença neste mundo de migrantes, de refugiados, nas sociedades multiculturais nascidas da mundializaçao? Este trabalho quase não tem sido aplicado à vida dos Institutos missionários mas pode ajudar-nos a pôr questões importantes Será preciso tornar-se Francês, Irlandês, Holandês ou Português para ser uma verdadeiro membro de tal ou tal Instituto? Que respeito particular é devido num Instituto internacional ao país donde partiram os primeiros missionários? Pertencer a um instituto, que é que isso significa? Que identidade se partilha? Grandes Institutos, que existem há muito tempo podem falar de uma unidade transnacional, como os Franciscanos ou os Dominicanos. Mas isso é mais difícil para os pequenos institutos mais recentes. È nesta pertença que se encontra a identidade e é este um dos motivos de desacordo.

"Será preciso tornar-se Francês, Irlandês, Holandês ou Português para ser uma verdadeiro membro de tal ou tal Instituto?"

Nas situações de multiculturidade as políticas que buscam a unidade e assimilação porão o centro naquilo que os diversos grupos são em comum. Pelo contrário, as políticas que reflectem mais facilmente a diversidade dos grupos, afirmarão que são as diferenças a fonte principal dai identidade do grupo. O que se tem em comum dizem os defensores das diferenças são tanto noções muito abstractas (por exemplo o carisma sem referência ao contexto) como as características próprias do grupo no poder. As diferenças ao contrário são concretas e particulares. Elas

não se deixam facialmente classificar entre as coisas abstratas possuídas em comum. Contudo, não falar delas é tornar estes grupos "diferentes" invisíveis para o resto do Instituto. Se este encontrar o meio de reconhecer e incluir estas diferenças como fazendo parte da sua identidade, ele ficará monocultural tanto nas suas políticas de formação e de governo como na sua visão geral.

Consequências

Em que é que esta análise pode ajudar a negociar os conflitos que afectam todos os Institutos «missionários, mais especialmente os que começaram como entidades nacionais? Lembrarei brevemente três domínios: no conceito de missão, na formação e na maneira de governar.

A noção de missão. Os Institutos devem ser capazes de trabalhar em toda a espécie de situações, nestes "tempos misturados" onde se situa o pré-moderno, o moderno e o pós.moderno. Será preciso examinar se a nossa abordagem actual, decididamente moderna, nos impede de ver o que se procura do lado pós-moderno. Compete aos missionários construir a ponte entre estes domínios.

"Será preciso examinar se a nossa abordagem actual, decididamente moderna, nos impede de ver o que se procura do lado pós-moderno."

Formação. A maior parte das políticas da formação foram elaboradas sobre pressupostos modernos, na fidelidade ao Vaticano II, que pediu para saber ler os sinais dos tempos (então decididamente modernos) e de reencontrar o carisma do fundador. Quarenta anos depois do concílio e vinte e cinco anos de pesquisa sobre o que é a missão, precisámos de rever estas políticas, Não estão elas de fato guiadas por critérios não formulados mas em conformidade com as culturas modernas do país de origem? A que devemos hoje fazer face se queremos tomar em consideração as realidades pós-modernas e melhorar a comunicação entre as culturas?

"A que devemos hoje fazer face se queremos tomar em consideração as realidades pós-modernas e melhorar a comunicação entre as culturas?"

O Governo. O estilo das reuniões e a prática da autoridade deverão também ser reexaminados. Muitos dos institutos missionários têm formas de governo muito centralizadas. A complexidade do mundo e a regionalização nascidas da mundialização das comunicações fazem apelo

sem dúvida a estilos mais descentralizados. È importante neste domínio dar autonomia suficiente para que o carisma se possa inculturar em paíes que não são os países das suas origens. A preocupação pela unidade deve continuar, mas não a da uniformidade. A descentralização das comunicações levará a mais encontros regionais (os superiores maiores já se deram conta disso) mas eles devem ser acompanhados de uma aprendizagem do saber fazer comunicacional, para poder articular as novas realidades com que somos confrontados e fazê-las atravessar as fronteiras culturais. Um dos problemas mais delicados é o da manutenção das estruturas financeiras.

"È importante neste domínio dar autonomia suficiente para que o carisma se possa inculturar em paíes que não são os países das suas origens."

"Um dos problemas mais delicados é o da manutenção das estruturas financeiras."

Estes desafios não são exclusivos dos Institutos missionários. Mas, tentando fazer-lhes face para poder trabalhar de uma maneira eficaz na evangelização, estes Institutos podem traçar caminhos por onde outros organismos internacionais aprenderão a viver e a desenvolver-se na unidade e na diferença.

a ordália do veneno ("mbambu") na tradição cultural do centro-norte Angolano: -um desafio pastoral

Manuel Gonçalves

INTRODUÇÃO: EXIGÊNCIAS DE UMA PASTORAL "INCULTURANTE"

O aspecto que pretendo focar nesta dissertação sobre a "prova do veneno", usada em boa parte da África Ocidental (e também entre os povos Kimbundu e Bakongo do centro-noroeste angolano) é a ideia de que tal prática e a sua justificação na mente do povo põem a claro a importância de uma Pastoral "inculturante" dos valores evangélicos. No caso do "mbambu" (uma "ordália" de veneno vegetal), evidencia-se a necessidade de "inculturar" a vivência cristã própria das situações que dizem respeito à doença e salvaguarda da saúde: aí, deverá actuar a confiança na "força" do Baptismo que resulta da adesão a Cristo. Ainda em relação com os problemas levantados pela prática do "mbambu", ressalta da sua análise a necessidade de assegurar a paz comunitária pelas vias de uma catequese que responda aos problemas reais a que esta "ordália" dá uma solução errada, propondo uma conversão de vida que possibilite o perdão fraterno, como meio para neutralizar reais ou pretensos "feiticeiros" que parecem culpados de doenças e mortes dentro do Grupo, da aldeia ou da família.

Por outro lado, dentro de um contexto tradicional de "Ordália" (que consiste numa "cerimónia" mágico-mítica desti-

nada a avaliar a sinceridade de um testemunho, ou a adivinhar quem está prejudicando o Grupo), tal Pastoral obriga a encarar as tarefas relacionadas com a inculturação evangélica na sua justa medida, sem passar ao lado do problema, mas também sem ingenuidade pastoral. A resposta a dar aos problemas levantados pela prática desta "ordália" tradicional africana, diz respeito tanto ao plano do anúncio da fé e da formação de uma consciência cristã, como ao plano da defesa da paz social e da comunhão fraterna dentro da Comunidade, afectadas pela acusação da existência de "feiticeiros" (num sentido muito próprio) no seio do Grupo. É que a realidade do "mbambu", como prática socio-cultural, é comportamento colectivo que "pesa" bem na vida dos Grupos que o praticam. Trata-se de uma prática radicada na tradição e na cultura, mas que por vezes se torna trágica entre esses povos, pelo número de vítimas mortais que pode ocasionar.

"Trata-se de uma prática radicada na tradição e na cultura, mas que por vezes se torna trágica entre esses povos, pelo número de vítimas mortais que pode ocasionar."

O que constitui "provocação" pastoral, mais até do que a prática do "mbambu" em si mesma, é a sua fundamentação ideológica, assumida geralmente como "allant de soi" pela massa do povo, como uma espécie de "mentalidade" geral tacitamente aceite. É esse "sub-solo" ideológico que importa encontrar e discernir, separando os aspectos positivos e os aspectos negativos (em perspectiva cristã) da sua trama, de modo a "sanar" o que é de valorizar, e a superar (por substituição cristã) aquilo que colide com as exigências do Evangelho ou ofende valores centrais da fé cristã.

Quando, na esteira do Concílio, a Missiologia substituiu a percepção da Missão como "implantação da Igreja" (o que não é o mesmo que a sua "localização", já que esta conota um diálogo cultural) pela visão da Missão como tarefa incarnacional de "inculturação" dos valores cristãos e "aculturação" dos agentes missionários, não faltaram entusiasmos precipitados de quem entendia a inculturação como simples "assunção", sem mais, de todos os valores locais significativos (ou como tal julgados, priorizando por vezes o que era apenas expressão de "folclore" celebrativo). Ora, numa Missão "inculturante", são antes de mais os "valores" existenciais que importa trazer à luz, "sanando-os" se for o caso, substituindo aquilo que é negativo, "assumindo" a riqueza humana de to-

"Numa Missão "inculturante", são antes de mais os "valores" existenciais que importa trazer à luz"

dos os povos, já que todas as culturas "esperam" a luz e o "fermento" da dinâmica "incarnacional" do Verbo de Deus Humanado, o "Homem Perfeito" e o "Primogénito dos Humanos" (Gaudium et Spes. 22, Rom. 8.29, Heb.2).

Desse modo, nas tarefas de inculturação cristã dentro da "alma" cultural dos vários Povos e fases da História, há uma dupla fidelidade a garantir: fidelidade ao que tem de positivo e criacional a cultura abordada pelo testemunho missionário; e fidelidade à lógica e aos conteúdos centrais do Evangelho. Um discernimento sobre a prática do "mbambu" (assim é designada a "prova do veneno" entre os povos do norte de Angola que a ela recorrem) evidencia vários cuidados a ter: tomando a Incarnação de Cristo (que a Igreja tem missão de prolongar no tempo e nos espaços humanos) como directriz e paradigma das tarefas de inculturação da fé cristã, não se pode separar a "dimensão incarnacional" da "dimensão redentora" do Mistério de Cristo. É indispensável ter sempre presente que Incarnação e Redenção Pascal compõem a totalidade do "Dom Cristológico", de modo que as duas dimensões se exigem e se completam, não sendo separáveis senão mentalmente. A Redenção é o clímax da Incarnação do "Verbo de Deus", tomando esta no sentido genuíno de "assunção de toda a condição humana" (Heb. 2.14), excepto o pecado pessoal (ajunta Heb. 4.15), mais do que a mera assunção de um corpo carnal. É conhecido o antigo prolóquio dos Padres da Igreja que afirmavam – "Cristo só remiu aquilo que assumiu": a Incarnação não é separável da Redenção, e vice-versa.

"Há uma dupla fidelidade a garantir: fidelidade ao que tem de positivo e criacional a cultura abordada pelo testemunho missionário; e fidelidade à lógica e aos conteúdos centrais do Evangelho."

""Cristo só remiu aquilo que assumiu": a Incarnação não é separável da Redenção, e vice-versa."

Resultam daqui duas conclusões. A primeira é que os verbos a conjugar numa Pastoral inculturante não são prioritariamente "assumir", "incarnar", "tomar" ou "receber". Há que acrescentar verbos como "pre-avaliar à luz do Evangelho", "sanar", "re-valorizar", "redimir". Além disso, à unidade do mistério de Cristo, paradigma da inculturação, há que acrescentar o facto, fortemente recordado na Carta aos Romanos, de que tudo o que é do contexto humano foi tocado pelo pecado (Rom.3.9, 6.1, 6.15): porque humanas, as culturas, por si mesmas, estão tocadas pelo pecado do homem, precisando de ser restauradas na sua "criacionalidade", isto é, "salvas". Nessa mesma linha, a segunda conclusão é que, numa tarefa

"Numa tarefa de inculturação, a primeira atitude a ter será o cuidado em conhecer e analisar os dados culturais locais"

de inculturação, a primeira atitude a ter será o cuidado em conhecer e analisar os dados culturais locais, de modo a "perceber" a cultura nos seus valores e des-valores, e poder fazer, acerca dela, um discernimento cristão. "Discernir", é o primeiro verbo a conjugar, na Missão e na Pastoral "inculturantes". A análise que faremos da prática e da base cultural desta tradição da "prova do veneno", por si mesma, demonstra que a caminhada pastoral não pode ser outra. Sem verdadeiro discernimento cristão e sem uma catequese que descarte o que nessa prática se opõe ao Evangelho, que substitua o que é negativo (mas que a tradição local usou para responder a problemas concretos da vida) por valores cristãos humanizantes, sem isso, nem a grave questão da "Ordália do veneno" nem outros costumes marcados pela feitiçaria tradicional terão qualquer possibilidade de ser ultrapassados.

Um possível preconceito

"A evolução da cultura dentro de um Grupo humano depende de vários factores, a começar pelas influências e contactos sociológicos recebidos de outros povos."

Poderá alguém pensar: mas, "prova do veneno", ordália para identificar "feiticeiros" que prejudicam o Grupo, adivinhação, não será que isso remete para povos ainda em desenvolvimento cultural retardado? A evolução da cultura dentro de um Grupo humano depende de vários factores, a começar pelas influências e contactos sociológicos recebidos de outros povos. Mas cada povo faz uma caminhada cultural própria, onde se pode notar a "absorção" de elementos novos, mas também onde há sempre permanência de dados tradicionais, que ajudam a que, a seguir a um "trauma cultural", a cultura procure a própria estabilidade, pela qual se liga à sua própria história, às "raízes" que vêm de trás. Seja como for, nunca se entenderá bem a motivação de comportamentos colectivos ou pessoais de um povo sem prestar atenção ao "sub-solo" da cultura, às suas raízes. Cito a propósito, uma vez que se fala da "ordália do veneno" na África Ocidental, a opinião do antropólogo inglês G.L.Simons, na página 14 do seu livro *O mundo da feitiçaria (The witchcraft world.* London: 1974): "a feitiçaria deve ser encarada como uma tradição contínua desde a «Idade da Pedra»"). Acrescente-se: e até aos dias de hoje, onde suas práticas têm lugar na "constelação" de Grupos Esotéricos do nosso tempo, em Movimentos do "New

Age", por exemplo o Movimento "Wicca" americano, cultor das forças "femininas" da Natureza, simbolizadas por "deusas" e expressando um imaginário "sagrado feminino" generalizado - um neo-paganismo, afinal). Vale também recordar aqui que a expressão *"não ponho as minhas mãos no fogo"* (a propósito de dada pessoa ou "tal questão"), corrente em todas as línguas latinas, aponta para a *"Ordália do Juizo de Deus"*, mediante a prova do ferro em brasa ou da água escaldante, usada na Idade Média europeia, para verificar a veracidade de um testemunho.

Mais: a grande época, na Europa, de luta contra a feitiçaria por parte do poder religioso e do poder político, foi o período que vai de meados do século XVII até meados do século seguinte, na Alemanha e na França, pois que certas práticas de feitiçaria e manipulação de venenos tiveram entrada na corte do próprio "Rei-Sol", Luis XIV de França. A prática da magia, ordálias, adivinhação, procura de "poderes taumatúrgicos", teurgia (práticas mágicas que visam, pretensamente, influenciar o mundo sobrenatural) não foram monopólio de povos antigos: tudo isso tem acompanhado a história da humanidade até ao nosso tempo de "civilização" tecnicamente evoluída, e boa parte disso é praticado ainda hoje em meios do Esoterismo. A "ordália do veneno", praticada ainda hoje na África Ocidental, faz parte desse capítulo da história humana, e não destoa de práticas semelhantes usadas ainda presentemente no Hemisfério Norte.

"A "ordália do veneno", praticada ainda hoje na África Ocidental, faz parte desse capítulo da história humana, e não destoa de práticas semelhantes usadas ainda presentemente no Hemisfério Norte."

Tento desenvolver o presente tema em TRÊS PARTES:

1- Em que consiste a prática africana do "mbambu", ou ordália e "prova do veneno", e qual a sua fundamentação ideológica na mente do povo?

2- Que se pode encontrar de positivo e de negativo, à luz do Evangelho, em tal prática e sua justificação ideológico-cultural?

3- Que atitude pastoral e que iniciativas terão de ser encaradas como resposta que seja "inculturante" em termos de fé cristã, e libertadora para o povo, amedrontado pela suposta existência, no seu seio, de "feiticeiros comedores da alma alheia"?

Não interessa pensar que se trata de questões que indicam "atraso civilizacional"; é uma realidade sócio-cultural que existe entre vários povos de África Ocidental (incluindo o centro-noroeste angolano), e que, dado o prejuízo que isso acarreta para a Missão cristã e para a tranquilidade das pessoas, não pode ser escamoteada.

I PARTE: OS FACTOS E SUA BASE IDEOLÓGICO- CULTURAL

FONTES DE INFORMAÇÃO

Além de algum conhecimento pessoal, uma vez que o "mbambu" perturbou a vida das pessoas e das Comunidades cristãs da Missão de Malanje (onde servi desde 1973), nos anos que se seguiram à independência angolana (11.11.1975), para a descrição desta "Ordália" africana, tradicional mas não extinta ainda hoje em dia, e para a sua fundamentação teórica, recorro ao estudo feito pela antropóloga francesa M.me ANNE RETTEL-LAURENTIN, publicado em 1974 com o título *"Sorcellerie et Ordalies –l'épreuve du poison en Afrique noire"* (Paris: Anthropos, 1974). Afirma a autora que fez pesquisa, na África Ocidental e parte da Central, junto de cerca de 300 Grupos étnicos africanos: E afirma (p.31) que há uma prática generalizada de Ordálias (esta ou outras), entre todos os povos africanos ao sul do Sahará, à excepção do Grupo nilo-hamítico.

"O recurso à Ordália é utilizado para identificar um suposto "feiticeiro" que está prejudicando as pessoas e o Grupo"

O recurso à Ordália é utilizado para identificar um suposto "feiticeiro" que está prejudicando as pessoas e o Grupo, e é feito mediante a utilização do "ferro em brasa" ou da "´água fervente", ou por aplicação de veneno em animais que pertencem ao suspeito, ou por manducação de comida envenenada, ou uma simples cerimónia de adivinhação. Segundo a autora, porém, a Ordália mais em voga é a **"prova do veneno"**, usada para detectar e suprimir os "feiticeiros", "comedores do sopro vital alheio". Numa cerimónia realizada, geralmente, em lugar discreto, num ambiente "semi-mágico" que é criado pela evocação do espírito dos antepassados e por um toque apropriado do tambor, os suspeitos (quase sempre vários) terão de beber, perante o povo (ou toda a aldeia) reunido, um

líquido altamente tóxico fornecido pelo "nganga" (isto é, o homem dos sacrificios aos espíritos e aos "génios", o evocador dos antepassados, cujo espírito, na mentalidade africana, "vive" de forma subtil nas cercanias da aldeia e acompanha o que nela se passa). Não se deve confundir o "nganga" com o "Kimbanda" (por vezes impropriamente chamado "feiticeiro" pelos europeus, mas que é o médico tradicional, conhecedor e aplicador de remédios vegetais, empiricamente eficazes, feitos a partir de raízes, cascas de árvore ou folhas, cujo reconhecimento é garantido pela tradição dos "mais velhos". No norte de Angola não há quem ignore a validade comprovada do "borututo" (raiz de uma planta com flores amarelas) para mazelas de natureza hepática, ou a capacidade afrodisíaca do que o povo chama "o pau de Cabinda" – uma raiz, melhor duas, de efeito comprovado.
Para a bebida do "mbambu", o "nganga", ajudado por outros "entendidos", procura na mata uma casca de árvore com substância tóxica (haverá pelo menos 5 árvores dessa espécie), e a partir daí, prepara, por trituração da casca, um pó que será dissolvido na água a fornecer aos suspeitos. Tanto a colheita da "casca" como a cerimónia da bebida são acompanhados por gestos considerados "mágicos". Tudo se passa em contexto de relação com os "espíritos" e os antepassados. Como é evidente, o ambiente mágico-religioso é mais intenso no meio rural, tanto mais que é sobretudo aí (mas não só) que estas práticas têm curso.

Parece exagerada a afirmação da senhora Rettel-Laurentin de que se trata de prática generalizada na África Ocidental, o que incluiria também toda Angola. Seja devido à evangelização e a influência das Missões, seja pela elevação do nível de instrução do povo, bons conhecedores do meio atestam que no planalto central de Angola (e sobretudo o povo umbundu), há talvez reminiscências da tradição da "Ordália venenosa", mas que não se trata de prática corrente e generalizada. Aquando da grande crise de "uso do mbambu" na área da Missão de Malanje em 1976-77, não faltavam críticos locais, mesmo entre a gente simples, que afirmavam haver truques no desempenho do "nganga". Quando havia suspeita de existirem "feiticeiros" na aldeia, a gente apontava os suspeitos um

pouco à sorte, como que por intuição: uma mulher velha, alguém com deformação física, alguém que descende de quem foi julgado tal no passado. Depois, o "nganga" pode receber presentes (e em geral faz-se pagar); informa-se junto dos queixosos, antes da cerimónia, sobre quem é seu inimigo, quem o tenha ofendido. Segundo a opinião de um Pastor Metodista da Missão Evangélica, na mesma área da nossa Missão e então preocupado também com o problema, o "nganga" prepara duas espécies de pó tóxico: segundo o Pastor, ele faria uma parte da casca passar por ácido sulfúrico ou algo parecido, e outra parte não, de modo que a mistura da água e pó, bem como a qualidade deste que é passado pela borda do copo, têm diferente toxicidade. Deste jeito, o "nganga" faz beber a uns por um lado do copo e a outros por outro lado, notava o Pastor. De facto, nessa crise de 1976-77, o povo afirmava que o "nganga" sabia de antemão quem ia morrer e quem ia escapar. É que a bebida (vê-se pelo efeito) é fortemente tóxica: uns caem para o chão em fortes convulsões e acabam por perder a vida; outros, os que sobrevivem, têm vómitos profundos, mas aguentam (havia pessoas que afirmavam existir um antídoto que neutraliza ou abranda o efeito do pó venenoso, mas isso não é do conhecimento geral). É fácil de imaginar o perigo que há, nesta prática, de actuar por vingança, por represália, ou até só por vontade de fazer mal. A Diocese do Uije, no norte de Angola, viu os Responsáveis preocupados, em certa altura e em anos atrás, com a facilidade com que "líderes" criadores de seitas, em geral derivadas de algum Grupo Evangélico, acusavam os catequistas católicos de serem "feiticeiros". Quando tal voz se espalha entre o povo, a pressão social é de tal ordem que o suspeito dificilmente escapa à prova. Se sobrevive, pode desde então ficar tranquilo; de ordinário não será mais incomodado. Mas, na maior parte das vezes, o que acontece é a morte.

"É fácil de imaginar o perigo que há, nesta prática, de actuar por vingança, por represália, ou até só por vontade de fazer mal."

Quanto à denominação da cerimónia, o modo de a realizar e de preparar a bebida tóxica, os costumes variam consoante as regiões. Em Cabinda por exemplo, segundo testemunho do douto sacerdote P. Gabriel Seda, a cerimónia tem o nome de "nkhasa", e a preparação da bebida conhece também duas modalidades como entre os "Kimbundus", mas de outro jeito. Feita a colheita da casca tóxica, o "mestre" das operações vai

a um local reservado e prepara duas espécies de bebida: para uma, a "casca" é fervida (o que, na opinião do P. Gabriel, lhe tira ou diminui a toxidade); o pó resultante da "casca" não fervida será naturalmente de efeito mais radical. Por vezes, a família, preocupada com sucessivas mortes no seu seio, aparentemente inexplicáveis, exigirá que todos passem pela prova, afim de se liberar o Grupo da má influência de um parente ou um vizinho prejudicial. Em geral, o suspeito de malefício é alguém estranho à família, mas portador de alguma característica que o distingue da generalidade das pessoas, de quem como que se isola.

A IDEOLOGIA SUBJACENTE

Na África em geral, e em Angola, o termo "feiticeiro" tem dois sentidos. Na vida corrente e na linguagem comum, quando alguém tem êxito notável e seguido, ou quando realiza algo fora do comum, é-lhe atribuída espontaneamente pelo povo a qualificação de "feiticeiro", no sentido de que ele tem poderes que outros não possuem. No caso de doenças que não curam, ou de mortes seguidas ou acontecidas na flor da idade, ou no caso de uma grande desgraça caída sobre a família, a palavra "feiticeiro" adquire conotação negativa: alguém será inimigo do povo, alguém está destruindo por dentro a vida do outro, a sua "alma". Quer isso dizer que, na mentalidade do povo, pode haver "feiticeiros bons" e "feiticeiros maus" – estes, inimigos a descobrir. Sabe-se como na cultura africana, a vida, sua e dos seus, é considerada o bem maior recebido de Deus e dos antepassados, e por isso, por regra, a vida deverá alcançar a velhice. Se tal não acontece, alguém se terá intrometido e captado para si ("comido") a "alma" do vivo agora defunto. A própria defesa e a segurança dos seus obrigam a que tal inimigo seja neutralizado. Em homilias ao longo do ano 1977, tentei fazer ver às pessoas, sobretudo aos estudantes e gente com alguma instrução, que as doenças e a morte por doença têm uma explicação racional, científica. Inútil: acabei por ter de desistir, porque a explicação não passava, e a resposta dos mais velhos era: isto são coisas nossas que vocês, estranhos, não entendem. Tradições culturais, crenças com raízes no passado, não evoluem facil-

"Na mentalidade do povo, pode haver "feiticeiros bons" e "feiticeiros maus" – estes, inimigos a descobrir."

mente, e não se resolvem com repressão. Foi assim que os países colonizadores de África procederam em relação ao "mbambu". Também a colonização portuguesa: quando sucediam mortes por uma cerimónia de Ordália do veneno, os responsáveis iam a julgamento por homicídio. Mas abafar a prática não deu resultado: com a independência, a área da Missão de Malanje foi varrida por uma erupção crescente de prática da "prova do veneno". Sucedeu o mesmo com algumas danças onde entravam gestos ou cenas erotizantes. Eram reprimidas pelos missionários. Também voltaram com a independência, até que se conseguiu reduzi-las (ao menos em público), mediante catequese e educação familiar, que levaram a querer um ambiente de respeito, mesmo em manifestações tradicionais de alegria colectiva. A experiência provou que a repressão, só por si, não resulta e não educa.

"A experiência provou que a repressão, só por si, não resulta e não educa."

Quanto à ideologia subjacente, além do apreço pela vida e a sua defesa, segundo a autora citada e o testemunho dos catequistas (em Malanje, vários tinham instrução média, como professores ou enfermeiros), há a ideia de que certas pessoas, particularmente dotadas, podem ir "comer", subrepticiamente, a alma alheia. Tais pessoas, diz a explicação popular, conseguem entrar no mundo dos espíritos (os quais, para um africano, vivem perto das pessoas, tal como os antepassados) e obter desse modo um corpo "subtil" que lhe permitirá entrar no corpo de alguém enquanto ele dorme, sozinho ou acompanhado de outros espíritos. Alguns chegam a pensar que o "feiticeiro" tem dentro de si um órgão onde concentra maldade, e do qual se serve para "sorver", mesmo involuntariamente, a "alma" da pessoa que ataca. Tomando a bebida tóxica, dá-se o encontro (na ideia do povo) entre esta toxicidade vegetal e a malignidade interna do feiticeiro, e é isso que lhe provoca as convulsões e depois a morte. Ao contrário, quem não tem dentro de si esse órgão de maldade, sofre com a bebida tóxica, mas esta não lhe tira a vida. É esta a explicação popular.

Tudo muito pouco racional? Mas é isso que vem da antiga tradição, e são essas ideias, aceites acriticamente (porque estão na "atmosfera cultural" que se respira), que motivam a aceitação quase generalizada da "prova do veneno". O facto

de ser uma explicação pouco convincente racionalmente, não significa que deixe de ser um desafio pastoral, de consequências bem sérias.

"O facto de ser uma explicação pouco convincente racionalmente, não significa que deixe de ser um desafio pastoral, de consequências bem sérias."

UM PROBLEMA SOCIAL

Afirmei que as Autoridades coloniais quiseram resolver o problema reprimindo a prática do "mbambu". Mas não mudaram as mentalidades, e por isso a adesão do povo foi aumentando e a situação chegou a ter aspectos trágicos. Logo a seguir à independência, começou a circular, na área de Malanje, o boato de que o novo Governo queria livrar o país de todos os "feiticeiros" (ocupado com a guerra civil, o Governo tinha por certo outra espécie de preocupações). Por isso, dizia-se, haveria um "mbambu" generalizado no país. Diziam-nos o cozinheiro: "os senhores Padres também terão de participar no "mbambu"! Começou logo a constar que aqui e acolá se realizavam já algumas cerimónias. Apercebemo-nos da gravidade do problema quando, só numa "Comuna" a uns 30 Km da Missão (Kakulama), morreram num mês (segundo constou), por causa da "prova do veneno", cerca de 400 pessoas - informaram os Catequistas. Passados tempos, perto da Missão, dois adolescentes, ao sair da catequese, lapidaram até à morte uma mulher de idade, sem mais, só porque algumas pessoas afirmavam que ela era "feiticeira". A reacção da Missão foi informar o povo que não era lícito a um cristão tomar parte no "mbambu" sem licença do Pastor da Comunidade, e que tal licença seria recusada. A vaga amainou, mas as mentes não mudaram. Referi já que a Conferência Episcopal, ainda há poucos anos, manifestou preocupação e pediu às Autoridades que interviessem, porque às vezes se acusava alguém de "feitiçaria" só por vingança; catequistas inocentes, forçados por uma opinião pública criada por iniciativa de fundadores de "seitas", não puderam escapar à prova do "mbambu". Mais recentemente, as Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, na Missão de Mbanza-Kongo, tomaram a iniciativa de recolher em casa e proteger crianças acusadas de serem "feiticeiras", e que por isso corriam risco de vida. Não pode haver dúvida que a Pastoral, a partir dos valores do Evangelho, terá de se empenhar em mudar a mentalidade

"A reacção da Missão foi informar o povo que não era lícito a um cristão tomar parte no "mbambu" sem licença do Pastor da Comunidade, e que tal licença seria recusada."

"Não pode haver dúvida que a Pastoral, a partir dos valores do Evangelho, terá de se empenhar em mudar a mentalidade que corresponde a tal prática."

que corresponde a tal prática. Como e por que vias, é a interpelação que a situação lança às Comunidades cristãs e seus Responsáveis.

AINDA AS MOTIVAÇÕES CULTURAIS "DE FUNDO"

O estudo de Anne Rettel-Laurentin põe-nas a claro. Pude obter informação equivalente, por altura da crise referida de 1976-77, junto de catequistas e cristãos "mais velhos" empenhados na Comunidade. Para o africano, repito (como para toda a gente), a vida e a saúde são bens fundamentais da existência, e há que protegê-los a todo o preço. Por outro lado, sendo dom de Deus, por si mesma a vida pode e deve durar até ao tempo da velhice. Nesse caso, uma doença repetida ou frequente e uma morte prematura não são naturais: serão "provocadas" por alguém que tem esse poder. Para salvaguardar a própria vida e proteger a dos seus, bem como para tranquilidade social do Grupo, é indispensável descobrir quem é ou são tais "feiticeiros", e eliminá-los. É esta "crença" que está por detrás desta prática tradicional. É sintomático que, por vezes, alguém que é acusado de "feiticeiro" pela voz do povo, mesmo que de princípio se revolte e negue, acaba por aceitar a sua "sina", da qual não tinha consciência.

"A preocupação popular em livrar-se de hipotéticos "feiticeiros" visa também restabelecer o equilíbrio das relações familiares dentro do Grupo."

A preocupação popular em livrar-se de hipotéticos "feiticeiros" visa também restabelecer o equilíbrio das relações familiares dentro do Grupo. Não existe em África a "lei de talião", comum entre os povos antigos e mantida nalguns "modernos" (a "Máfia" e a "Camorra" italianas, ao que parece, ainda não a esqueceram, e a "Shari'ia muçulmana mantém restos da mesma, para "vingar" sangue familiar derramado). Mas persistem reminiscências dessa "lei". Quando um membro de dada família perde a vida por acto violento de um membro de outra família, ou até simplesmente por um acidente casual, o próprio autor do acto ou causador do acidente fica em perigo, ou então alguém de família, próximo do agressor. Houve aqui e acolá, em África, "casos" em que o causador de um acidente mortal de carro, nem que seja por atropelamento, teve de fugir a tempo para escapar a uma "justiça" popular imediata; ou então, um dia, viu um dos seus também eliminado; nestes casos, por cultura e tradição,

o "perdão" geralmente não entra em jogo (aqui está um valor cristão a introduzir). Não parece que essa espécie de procura do equilíbrio social passe facilmente à prática em Angola; mas notam-se traços dela na conversa e na reacção das pessoas, quando uma morte violenta acontece ou é provocada. Desse modo, e no caso do "mbambu", a morte do "feiticeiro" (cuja qualidade parece confirmada pelo efeito do veneno no seu organismo), tem aspectos de uma compensação social.

Como lidar com esta realidade socio-cultural, é desafio que se coloca ainda hoje à Missão em várias partes de África, e parcialmente numa ou outra região do norte e oeste angolano. O discernimento entre o que há de positivo (nenhuma cultura será "totalmente" manchada pelo mal) e de negativo na prática e na fundamentação ideológica da "ordália do veneno", a valoração dos aspectos positivos e sua "assunção" no ideário cristão, a superação do que é negativo na mentalidade popular e sua substituição por valores cristãos correspondentes e positivos, são tarefas exigidas por uma evangelização "inculturante" e ao serviço do bem do povo. O que à partida não será tarefa fácil, dado que as tradições culturais fazem parte da "alma" de um povo e, se quisermos, do que K. Jung chamou de "inconsciente colectivo". Sobretudo, tais ideias não mudam só por repressão. Mas quem tem experiência missionária, conhecerá talvez casos em que a força da fé cristã e uma consciência por ela inspirada levaram a emendar comportamentos que pareceriam colidir com exigências cristãs. Tive experiência disso nalguns casos, entre cristãos conscientes e testemunhantes, quando esposos cristãos sem filhos mantiveram o seu matrimónio unido até idade avançada (até ao fim da vida), tendo substituído a falta de filhos pelo desvelo dedicado a sobrinhos ou crianças de adopção. É sabido que, por tradição e por herança cultural, dificilmente um casamento se mantém em África quando um casal não consegue superar a "desgraça" – assim se entende a situação - de um matrimónio sem fecundidade: a própria família fará tudo para "desfazer" o casamento. A fé cristã, nalguns destes casos e a médio prazo, mudou as ideias e o comportamento de cristãos conscientes e de empenho comunitário. Conheci alguns casos nos Bairros chegados à Missão.

"Como lidar com esta realidade socio-cultural, é desafio que se coloca ainda hoje à Missão em várias partes de África"

"Mas quem tem experiência missionária, conhecerá talvez casos em que a força da fé cristã e uma consciência por ela inspirada levaram a emendar comportamentos que pareceriam colidir com exigências cristãs."

No próximo número: II Parte: O "Mbambu" à luz do Evangelho

os pobres e a pobreza no Paraguai

António Farias

O Paraguai não é um país pobre. Pelo contrário, tem muitas riquezas que outros países gostariam de possuir. Em geral, o solo é arável e cultivável (gado, soja, milho, algodão, florestas, produtos locais), o seu subsolo possui um dos maiores aquíferos do planeta (o aquífero guarani), ultimamente fazem-se prospecções de gás e de petróleo, e em comum com o Brasil possui uma das maiores barragens hidroeléctricas do mundo: Itaipu; e em comum com a Argentina possui a barragem de Iaciretá. A superfície do Paraguai em relação à população é enorme: 4 vezes a de Portugal e tem metade da população portuguesa; uma baixíssima densidade populacional. Então, porquê, a pobreza? Como acontece com os outros países da região, o problema está na gigantesca desigualdade na distribuição de suas riquezas: uma minoria rica, sem sensibilidade social, usufrui dessa riqueza, enquanto uma maioria de pobres, vive sem o mínimo de condições sociais.

"Como acontece com os outros países da região, o problema está na gigantesca desigualdade na distribuição de suas riquezas"

Dados da pobreza no Paraguai

A pobreza tem várias definições, todas elas relacionadas com um leque de carências, de que padece o ser humano ou um grupo social determinado. Três aspectos fundamentais denotam a situação de pobreza: a **privação**, a falta de recursos, de serviços básicos e de activos suficientes; a **impotência**, a incapacidade de os pobres influenciarem nas decisões que os afectam; e a **vulnerabilidade**, a exposição aos impactos de fenómenos externos, naturais, sociais ou económicos, pois não têm os recursos e a capacidade para superar ou minorar os seus efeitos negativos.

Para medir a situação de pobreza, os organismos internacionais, em geral, adoptam o método de linha de pobreza, que define a população pobre como aquele conjunto de pessoas, cujo nível de bem-estar, expresso em seus ingressos, é inferior ao custo da chamada cesta básica de consumo: conjunto de bens e serviços, que satisfaz os requisitos mínimos para a sobrevivência humana.

"Nos últimos 10 anos, a população paraguaia, que estatisticamente é considerada em condição de pobreza, aumentou de 1 462 884 (1995) para 2 345 754 (2004)."

Nos últimos 10 anos, a população paraguaia, que estatisticamente é considerada em condição de pobreza, aumentou de 1 462 884 (1995) para 2 345 754 (2004). No mesmo período de tempo os que estão em extrema pobreza (miséria), passaram de 671 092 para 833 524. Quer dizer que em uma década os pobres aumentaram quase de 1 milhão. Podemos dizer que, na área rural uma de cada três pessoas vive em condição de extrema pobreza; e na área urbana uma pessoa sobre quatro[1]

"Quer dizer que em uma década os pobres aumentaram quase de 1 milhão."

"Pobreza significa também exclusão social, económica e social, como mostram outros indicadores."

Pobreza significa também exclusão social, económica e social, como mostram outros indicadores. Assim nos últimos 6 anos o desemprego total subiu de 13,9% para 15,6% e o subemprego de 23,2% para 27,3%, o que significa que actualmente 4 de 10 paraguaios economicamente activos sofrem uma exclusão parcial ou total no mercado de trabalho. Expulsos do campo, sem trabalho nas cidades e periferias, é inevitável o aparecimento de problemas correlativos, que antes não existiam no país: criminalidade, insegurança, crianças e adolescentes abandonados e mendicância. A falta de segurança nas ruas e nos domicílios é tida como uma das principais reclamações. Perante a insuficiência e ineficácia da polícia pública cresce a polícia privada, que garante a alguns (ricos) o que todos têm direito[2]. O atendimento na saúde é pobre e por vezes inexistente, já que 81% da população paraguaia não conta com nenhum seguro médico e o sistema nacional de saúde

"81% da população paraguaia não conta com nenhum seguro médico"

[1] *Os diferentes dados estatísticos sobre a pobreza em Paraguai foram tirados de vários números da revista Acción. Esta revista mensal é editada pelo Centro de Estudios Paraguaios (CEPAG), dos Jesuítas no Paraguai. Acción é a revista mais séria e independente sobre a realidade socio-económica-política do Paraguai.*

[2] *Os efectivos da Polícia Pública são 10 000, enquanto os efectivos das polícias privados alcançam os 000. Além disso, a polícia pública não tem os meios adequados para exercer bem o seu trabalho.*

apenas cobre 73% da população, o que significa que 27% da mesma está fora de toda a possibilidade de atenção médica. Se olharmos ao acesso aos medicamentos dos sectores pobres, sobretudo no meio rural, a questão resulta extremamente injusta.

As desigualdades sociais aumentam

Diante de tal situação não admira que, segundo os dados da Comissão Económica para a América Latina, os pobres estão cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos, e que o Paraguai, no que se refere à distribuição da renda, depois de ter sido, no início dos anos 90, o segundo país menos desigual entre os 17 países latino-americanos, actualmente é o segundo país mais desigual no mesmo grupo de países.

As brechas sociais entre ricos e pobres crescem, como verdadeiros precipícios. A distribuição da renda mostra o crescimento dessas distâncias. Assim, segundo os dados do Inquérito Permanente das Famílias, no Paraguai 10% da população mais rica recebe 42% da renda nacional, enquanto 40% da população mais pobre recebe apenas 10% da renda. Em relação ao consumo, os 10% mais ricos consumem 91 vezes mais que os 10% mais pobres. O mesmo se constata em relação à posse da terra, já que a taxa de concentração da terra é das mais elevadas na América Latina. É certo que tal fenómeno é um facto histórico, que vem já do tempo da colónia, mas nos últimos anos tal concentração se acentuou, de modo que está levando a uma situação de indigência familiar grande parte da população.

"As brechas sociais entre ricos e pobres crescem, como verdadeiros precipícios."

Causas da pobreza

Quais as causas da pobreza no Paraguai e porquê, após a queda da ditadura de Stroessner e, em tempos de supostas políticas sociais e económicas, dirigidas para reduzi-la, não só não conseguiram resultados positivos, mas, pelo contrário, ainda aumentaram mais a pobreza?

Vários são os factores, que causam e alimentam a pobreza:

- **A depredação** das florestas virgens por traficantes brasileiros com a cumplicidade das autoridades civis e militares nacionais.

- **O entreguismo,** representado pelo tratado de Itaipu, que além de comprometer a soberania económica do país, deformou os programas de reforma agrária, transferindo grandes extensões de terra a preços irrisórios, aumentando o latifúndio improdutivo. Tal política fez parte de acordos secretos feitos nos tempos das ditaduras de Brasil/Paraguai.
- **A corrupção** instalada nos altos níveis da administração pública. De modo formal, o grupo de corruptos formou-se nos anos 60, protegido por Stroessner, para funcionar como correia de transmissão do sistema das lealdades partidárias. Protegidos pela amizade (amiguismo) e lealdade de quem está no poder, os corruptos vêem-se cobertos pela impunidade, seguindo o dito do tempo da ditadura: «aos amigos se lhes permite tudo, dos indiferentes desconfiar, aos inimigos aplicar a lei com todo o rigor».

"Nos últimos anos, ao grupo dos corruptos se juntou o dos narcotraficantes, que têm conseguido o controle territorial de extensas zonas do país"

Nos últimos anos, ao grupo dos corruptos se juntou o dos narcotraficantes, que têm conseguido o controle territorial de extensas zonas do país, movimentando consideráveis somas de dinheiro por via da «triangulação comercial» Brasil – Argentina – Paraguai, através do tráfico de drogas pesadas e da marijuana de alta qualidade, apetecível nos mercados consumidores. Recentemente vários jornais denunciaram que os narcotraficantes financiam as campanhas políticas. E para completar o quadro a dependência e a submissão do poder judiciário ao governo explica a impunidade tanto dos corruptos como dos narcotraficantes.

Após a construção de Itaipú, a entrega ao Brasil de todos os benefícios, juntamente com a falta de uma política de industrialização do país, e a corrupção reinante na administração pública, continuam sendo as causas centrais da pobreza no Paraguai. Nos últimos anos a depredação dos recursos ambientais do país, que após o saque das florestas se centrou no saque da terra cultivável, continuou por meio da produção mecanizada de grãos e de soja. A centralização da propriedade da terra aumentou através da compra ilegal, por parte dos grandes latifundiários de soja, dos «direitos aos títulos de terra» de muitos pequenos lavradores, beneficiários da reforma agrária, os quais abandonados pelo Estado e sem apoios nem mercados, se viram forçados a vender a sua terra

para sobreviver por mais alguns anos. Tal situação foi reduzindo as possibilidades de sobrevivência no campo. Assim, a redução de possibilidades de trabalho no campo, juntamente com a crise económica e a não industrialização são as causas do crescimento da pobreza no país. Segundo dados estatísticos cerca de 500 mil pessoas foram literalmente expulsas do campo nos últimos 10 anos e tiveram que dirigir-se para as cidades em busca de trabalho, oportunidades de trabalho que não foram encontradas por causa da crise financeira.

"Segundo dados estatísticos cerca de 500 mil pessoas foram literalmente expulsas do campo nos últimos 10 anos"

Políticas do governo

Frente a tal situação, que fizeram os diferentes governos que se sucederam? A maioria dos estudiosos, responde: nada. Nenhum dos governos procurou implementar uma política económica que, no campo, procurasse colocar um limite à expansão do plantio de soja e que, no meio urbano, produzir novas fontes de trabalho, através do desenvolvimento da indústria e dos serviços. Em geral, os investimentos, os empréstimos e as doações por parte do governo têm como finalidade beneficiar amigos e correligionários dos políticos (corrupção) ou então limitavam-se a medidas paliativas para aliviar temporariamente os efeitos da crise económica, e assim evitar ou adiar o «rebentar» de conflitos sociais, sem, no entanto, enfrentar as causas reais da pobreza. A campanha anual algodoeira e o seu subsídio por parte do Estado são o exemplo clássico de medida «paliativa».

Sem saídas no país, tanto no campo como na cidade, a Argentina tem sido a válvula de escape para os problemas sociais do Paraguai. Actualmente a Espanha constituiu o «eldorado» para os que buscam um futuro melhor. E porque se encontra mais facilmente trabalho para as mulheres (serviços domésticos), são estas que tomam a iniciativa. Claro que nos caminhos da emigração há muitos negócios «obscuros».

"O Paraguai está encravado entre dois gigantes, tanto em superfície, como em população: Brasil e Argentina."

Parente pobre da região

O Paraguai está encravado entre dois gigantes, tanto em su-

perfície, como em população: Brasil e Argentina. Juntamente com estes dois países, mais o Uruguai, desde a década de 90, o Paraguai faz parte do MERCOSUL. Recentemente (2006), a Venezuela entrou oficialmente no mesmo espaço económico e a Bolívia mostra intenção de fazer o mesmo. As economias menores, por serem mais dependentes, são também as que sofrem das assimetrias derivadas das políticas dos grandes. Os níveis de desenvolvimento destes países são diversos e diversas são as capacidades de competir no mercado internacional. Desde o funcionamento do MERCOSUL, as disparidades económicas dos países participantes são gritantes, o que tem impedido o processo de integração e o seu aprofundamento. As assimetrias derivam, tanto das políticas públicas dos países membros, como das condições estruturais dos países menores. Se a agricultura do Paraguai conheceu um crescimento, isso aconteceu sobretudo devido ao crescimento das exportações (gado e soja). Infelizmente, o nível de industrialização não corresponde às necessidades do país, o que o torna totalmente dependente dos países vizinhos; a maioria dos bens de consumo vêem do Brasil ou da Argentina. Também as vias de comunicação, insuficientes e em mau estado de conservação, não ajudam a circulação dos bens e a sua comercialização. Também, exceptuando o rio Paraguay, que é navegável em toda a extensão do país, todos os transportes dependem do petróleo, que por enquanto o país não possui, o que o torna ainda mais dependente.

"O Paraguai é o país menos desenvolvido, menos competitivo da região, e a sua economia, a mais pobre da região."

O Paraguai é o país menos desenvolvido, menos competitivo da região, e a sua economia, a mais pobre da região. Para corrigir tais assimetrias, o governo do Paraguai, desde 2003, tem-se esforçado, primeiro para que as assimetrias fossem reconhecidas, e depois para que fossem adoptadas medidas para reduzi-las. Tal como aconteceu na Europa, em 2005 foi decidido constituir um Fundo de Convergência Estrutural, para ajudar as economias mais atrasadas da região e facilitar a integração dos diferentes países.

Reduzir a pobreza ou reduzir os que empobrecem?

No ano 2000, foi assinada a **declaração do milénio,** onde 173

chefes de Estado se comprometeram a uma agenda social mínima e a reduzir drasticamente uma série de indicadores, relacionados com as 8 metas do milénio: erradicação da pobreza e da fome, educação básica universal, igualdade da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combate à Sida e outras doenças, assegurar a preservação do meio ambiente e construir uma aliança global para crescimento mundial.

Todos os estados assinaram uma série de compromissos internacionais em matéria de direitos económicos, sociais e culturais (DESC) com resultados, objectivos, indicadores e prazos concretos, conhecidos como *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM). Para apoiar, impulsionar e pressionar o cumprimento destes objectivos, organizações sociais e ONGs lançaram uma campanha internacional *«Apelo mundial de acção contra a pobreza»*. Em geral, as organizações uniram-se à volta das seguintes propostas: comércio justo, anulação ou alívio da dívida externa, apoio significativo ao desenvolvimento (0,07 do PIB nacional), esforços nacionais para erradicar a pobreza e cumprir os compromissos internacionais em matéria de direitos sociais e de desenvolvimento.

No Paraguai, as diferentes organizações constituíram a Plataforma de Acção denominada *«Paraguai, sem desculpas contra a pobreza»*, para a consecução do cumprimento dos direitos sociais e para a implementação das políticas públicas para beneficiar a população mais pobre do país. Várias mobilizações foram organizadas coincidindo com as datas convocadas a nível mundial.

Muitos são os esforços que estão sendo feitos, a nível mundial, para alcançar as metas do milénio. Há muita gente, muitos recursos económicos e muito tempo ocupado, o que é louvável. No entanto, poder-se-ia perguntar se esses esforços levam a algo ou não passam de um passatempo que nos distrai e que, por cima é financiado. Na verdade tem-se a impressão que as Nações Unidas, portadoras de tal iniciativa, são um organismo cada vez mais impotente, que está longe

de ter a força para pôr em prática suas intenções e compromissos. Basta lembrar o que aconteceu aquando da invasão do Iraque: o «triângulo dos Açores» (Bush, Blair e Asnar), unilateralmente tomaram sua decisão, sem ter em conta o pensar do secretário, Koffi Anan e os seus pares nas Nações Unidas e no Conselho de Segurança. Tem-se a impressão de que, o que pensam, dizem ou fazem as Nações Unidas tem pouca importância para o sistema capitalista, personalizado no poder económico das empresas transnacionais, que com a retaguarda política e militar dos governos do G 8, continuam a produzir pobres, como antes não se produziam. As Nações Unidas e os militantes das organizações sociais entusiasmaram com as misericordiosas utopias dos objectivos do milénio; no entanto, não podemos ser ingénuos e devemos estar conscientes dos obstáculos que se encontram pelo caminho.

Diante das dificuldades e dos obstáculos, onde radica o valor principal da campanha para atingir as metas do milénio? Sem dúvida alguma, no impacto que se possa conseguir para dar a conhecer aos pobres, aos que foram e são objecto das políticas neoliberais, seus direitos como seres humanos.

Direitos da cidadania

"Explicar aos pobres o que é o sofrimento, é cinismo. Estes sofrem e vivem de modo duro suas condições desumanas, têm conhecimento directo e consciência espontânea de sua situação."

Explicar aos pobres o que é o sofrimento, é cinismo. Estes sofrem e vivem de modo duro suas condições desumanas, têm conhecimento directo e consciência espontânea de sua situação. Acontece que muitos, mergulhados em suas condições sofridas, não chegam a descobrir as causas, as razões de tal sofrimento, das injustiças existentes na sociedade: porquê que alguns têm recursos e usufruem de bens, enquanto eles se sentem privados. Daí a importância de falar dos direitos da cidadania, dos direitos humanos, sociais, culturais, ambientais...

"O actual governo paraguaio não tem em sua agenda a erradicação da pobreza."

O actual governo paraguaio não tem em sua agenda a erradicação da pobreza. É verdade que tem procurado mostrar que a pobreza está diminuindo no país. Para tal chega a falsear os dados, o que lhe retira a credibilidade internacional. No entanto, não convence ninguém e os dados estão à vista: 10%

de desemprego, 27% de subemprego, povo sem saída que emigra (Espanha e Argentina), crianças na rua, fora da rede escolar, campesinos que abandonam o campo e buscam uma saída na cidade, sistema de saúde deficiente... Em vez da erradicação da pobreza, o governo tem como agenda o transpasse das últimas riquezas do país para as transnacionais e o aumento do caudal das contas correntes dos que apoiam o governo. Tudo isto com a cumplicidade do poder judiciário (impunidade). Dentro deste contexto, para além dos benefícios que os objectivos do milénio trazem aos pobres, ganha importância a educação da consciência social e política da população, dizer-lhe claramente: você tem direito a um trabalho, à alimentação, à terra, à saúde, a ser educado gratuitamente pelo Estado, a sentir-se seguro. E todas estas coisas não são um presente deste ou aquele político, são uma obrigação do Estado, e se o Estado não cumpre, precisamos mudá-lo.

Atitude da Igreja diante da pobreza

A Igreja (povo de Deus e seus responsáveis), a exemplo e no seguimento de Jesus, ao longo dos séculos, sempre esteve ao lado dos pobres, vivendo e promovendo as chamadas «obras de misericórdia». Muitos homens e mulheres foram proclamados santos (as) por terem dedicada suas vidas ao serviço das crianças desvalidas, dos órfãos, dos enfermos, dos grupos sociais excluídos e abandonados da sociedade, dos famintos... Isso não exclui que a Igreja, com humildade, já reconhecesse que, por insuficiência de consciência social e instrumentos de análise crítica da sociedade, por medo de perder a sua influência na sociedade ou mesmo por estar demasiada ligada ao poder, nem sempre soube ter o discernimento e a coragem necessários para tomar as posições mais consentâneas com a mensagem evangélica. Apesar das suas falhas, todos reconhecem que, pela força da Palavra de Deus e da presença contínua do Espírito, ao longo da história, a Igreja foi a instituição que mais esteve ao lado e do lado dos pobres. No entanto, faltava-lhe descobrir a dimensão da justiça na vida individual e pública. Com o concílio Vaticano II a postura da Igreja diante dos pobres tornou-se mais evangélica.

"A Igreja (povo de Deus e seus responsáveis), a exemplo e no seguimento de Jesus, ao longo dos séculos, sempre esteve ao lado dos pobres"

"Ao longo da história, a Igreja foi a instituição que mais esteve ao lado e do lado dos pobres. No entanto, faltava-lhe descobrir a dimensão da justiça na vida individual e pública."

Uma igreja dos pobres

Antes do Concílio, ninguém imaginava que o bom Papa João XXIII iria ser o Papa dos pobres. Para ele, a Igreja que surgiria do Concílio *«era e tinha que ser cada vez mais a Igreja de todos, mas particularmente a Igreja dos pobres»*. Desde sempre a Igreja se tinha preocupado com os pobres, tinha sido para os pobres, mas agora o Papa queria uma Igreja dos pobres.

Não foi muito e extenso o que os documentos conciliares recolheram desta ideia. Mas o que aparece neles é de tal densidade, que necessariamente tinham que fazer falar nos anos posconciliares. Com efeito, o nº 8 da *Lumen Gentium* afirma categoricamente: *«como Cristo efectuou a redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja está chamada a seguir esse mesmo caminho (...) a igreja reconhece nos pobres a imagem de seu Fundador e esforça-se por aliviar suas necessidades e servir neles a Cristo»*. O decreto Ad Gentes por sua parte diz o mesmo. A constituição Gaudium et Spes ensina-nos que: *«as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os aflitos, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo»* (GS. 1).

Os bispos da América Latina na Conferência Latino-americana de Medellin deram-se como tarefa aplicar as orientações conciliares em seu próprio contexto, o que incentivou o desabrochar da teologia da libertação. Entre as conclusões de Medellin há um documento intitulado de *«Pobreza da Igreja»*, onde se sublinha que, em contexto de pobreza e mesmo de miséria, em que a grande maioria do povo se encontra, o desejo da Igreja é viver a pobreza de Cristo e que deve denunciar a situação e as causas da injustiça e o pecado que a provoca, ao qual a Igreja deve responder com diligência e audácia. *«A pobreza de tantos irmãos clama justiça, solidariedade, testemunho, responsabilidade, esforço e transformação para cumprimento pleno da Missão salvífica», confiada por Cristo à sua Igreja.* E continua: *«queremos uma Igreja servidora de todos os homens de nossos povos, solidária com os mais pobres...»*. Sem dúvida, Medellin foi o fruto de uma

"queremos uma Igreja servidora de todos os homens de nossos povos, solidária com os mais pobres..."

Igreja que contava com uma plêiade de Bispos, que foram chamados de Santos Padres da Igreja Latino-americana pelo teólogo José Comblin. Tal como os santos padres dos séculos III e IV, refundaram e deram um rosto às Igrejas da América Latina.

A conferência do Episcopado Latino-americano, celebrada em Puebla, foi ainda mais longe. Tinha que o ser porque, mesmo dentro da Igreja, alguns contestaram e duvidaram da presença do Espírito Santo, que *«faz novas todas as coisas»*. Por isso, assinala e confirma a mesma visão da realidade, vendo-a *«como um escândalo e uma contradição, à luz da fé, a crescente distância entre ricos e pobres. O luxo de uns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas»*. *Também se sublinha de imediato que essa situação não é fruto do acaso, mas «produto de estruturas económicas, sociais e políticas»*, verdadeiras máquinas para fabricar pobres. Como pastores olham a seu rebanho e descobrem *«rostos concretos em quem deveríamos reconhecer os traços sofredores de Cristo que nos questiona e interpela»* (*Puebla*, 31).

"O luxo de uns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas"

Uma assembleia que procura os caminhos da evangelização no presente e no futuro, afirmou: *«queremos tomar consciência do que a Igreja fez ou deixou de fazer pelos pobres (...) para buscar pistas eficazes de nossa acção evangelizadora». Os bispos chegam a afirmar que «os pobres nos evangelizam», sendo solidários com o Senhor que disse «o que fizeram ao mais pequeno de meus irmãos, a mim o fizeram»* (Mt. 25, 40).

Solidariedade com os pobres

Apesar de algumas «nuances», os pobres e a opção preferencial, evangélica pelos pobres aparecem, desde esses anos, nos documentos da Igreja. Ao lado da justiça, João Paulo II fez da solidariedade a nova expressão da caridade. Em suas viagens, o Papa pôs o dedo na pobreza, na miséria, e escreveu textos contundentes: *«basta olhar a multidão ingente de homens e mulheres, crianças e adultos, numa palavra, de pessoas humanas concretas e singulares, que sofrem o peso intolerável da miséria. São muitos os que carecem de esperança devido*

"Ao lado da justiça, João Paulo II fez da solidariedade a nova expressão da caridade."

ao facto de que, em muitos lugares da terra, a sua situação se tem agravado sensivelmente. Perante estes dramas de total indigência e necessidade, em que vivem muitos de nossos irmãos, é o mesmo Cristo Jesus que vem interpelar-nos». João Paulo II assinala como sinal positivo de nosso tempo a crescente solidariedade dos pobres entre si, as iniciativas tomadas de apoio mútuo e a sua afirmação pública na cena mundial (foros mundiais). E perante tal gravidade *«a Igreja, em virtude de seu compromisso evangélico, sente-se chamada a estar junto a essas multidões de pobres, a discernir a justiça de suas reclamações e a ajudar que se façam realidade»*, tendo sempre em vista o bem comum.

A Igreja no Paraguai diante da pobreza

Ao longo da sua história, a Igreja Católica no Paraguai foi servida por bispos, sacerdotes, religiosos e cristãos leigos que, diante das situações e contextos sociais, e inspirados pelo Evangelho, procuraram iluminar com a Palavra de Deus os diferentes contextos em que viveram, tomando posições concretas.

Assim, nos anos 50/60, a Igreja no Paraguai conheceu a figura eminente de **Mons. Ramón Bogarín**, que junto com outros bispos de América Latina prepararam e impulsionaram as orientações do Concílio Vaticano II. Foi grande impulsionador da Acção Católica, formador e criador da consciência crítica no país, e sempre acompanhou as reivindicações operárias e as ligas agrárias desse tempo. Denunciou e enfrentou as opressões e violências do regime ditatorial. Por isso, a ditadura de Stroessner o perseguiu até à morte[3].

"Nas últimas décadas da ditadura, nos anos 70/80 os bispos pronunciavam-se com frequência sobre os factos e os acontecimentos da vida local e nacional."

Nas últimas décadas da ditadura, nos anos 70/80 os bispos pronunciavam-se com frequência sobre os factos e os acontecimentos da vida local e nacional. As frequentes e oportunas intervenções de **Mons. Rolón**, arcebispo de Asunción e depois presidente da Conferência Episcopal, chegaram a cons-

[3] *Em 1967, em plena ditadura em sua diocese (San Juan de las Missiones), houve a Páscoa Dolorosa, a repressão aos membros das Ligas agrárias com torturas e prisões. Grande enfrentamento do Bispo com as autoridades regionais. Sem dúvida tais acontecimentos apressaram sua morte.*

tituir um facto ordinário na vida do país. Nesse tempo a Igreja Católica (bispos) era a principal força opositora à ditadura, e a que, em certa medida, foi preparando sua queda. Também nesse tempo a Igreja era a única entidade que podia levantar e fazer ouvir a sua voz e a única instituição que contava com a confiança e a credibilidade por parte da sociedade, enquanto o partido oficial a considerava «contra», dizendo que exorbitava de suas funções. Como veículos da Igreja, o semanário *Sendero* e a rádio *Caritas* denunciaram a prepotência, a violência e o desrespeito dos direitos humanos.

"Nesse tempo a Igreja Católica (bispos) era a principal força opositora à ditadura, e a que, em certa medida, foi preparando sua queda."

Após a queda da ditadura, com o exercício das liberdades e o aparecimento da política partidária, o povo com suas organizações, os estudantes com suas associações e as mais variadas instituições civis manifestavam abertamente suas aspirações e reclamações. Talvez por causa do desaparecimento do inimigo comum (ditadura) e porque havia sido restituída a voz às instituições, a Igreja Católica e seus órgãos de comunicação *(Sendero e Rádio Caritas)* tiveram de encontrar a sua nova identidade.

Todavia, nesse tempo, aparte o que cada bispo e pároco fez e realizou em sua jurisdição, com suas cartas e mensagens a Conferência Episcopal foi acompanhando e iluminando com a luz da Palavra de Deus os acontecimentos nacionais. Vejamos apenas os títulos: *esperanças e expectativas de um processo para a democracia / a educação no Paraguay / uma constituição para o nosso povo / diante da nova constituição.* Infelizmente, nesse tempo, muitos desses documentos passaram desapercebidos à maioria do povo paraguaio. Talvez também houvesse um problema de comunicação na Igreja: não apenas a falta dos meios adequados e dos canais, mas também a natureza oral e interpessoal da cultura. Foi isso e muito mais: a pouca consciência que os católicos têm de pertença a uma comunidade. Vive-se um cristianismo individualista e provinciano: o que não nos toca directamente não nos interessa, nem nos chama a atenção.

Nos últimos anos, o santuário nacional da Virgem de **Caacupé**, durante a novena de preparação da festa da

Padroeira Nacional (8 de Dezembro), transforma-se em palco, onde os bispos, tendo como pano de fundo a situação social, económica e política do país, apresentam seu pensar de acordo os critérios evangélicos. Assim, nos últimos dois anos, os bispos, diante da situação cada vez mais apertada e aflitiva do povo paraguaio, em que as possibilidades de melhorias sociais se desvanecem: economia que demora a arrancar, sistema de saúde que não responde às necessidades da população, desemprego e subemprego que crescem, emigração para Espanha e Argentina, como única saída para muitos paraguaios, denunciaram a ausência de um plano, de prioridades e de objectivos por parte do governo - projecto país - para tirar o Paraguai da encruzilhada em que se encontra. Por vezes admira a persistência e a coragem com que falam sobre a realidade social do país. Recentemente, diante da prepotência do presidente da República, que por vaidade pessoal e para assumir a presidência do partido no governo, violou a Constituição Nacional; e perante suas pretensões, algo ditatoriais, de modificar ou emendar a Constituição para conseguir a sua reeleição, os bispos em comunicado, manifestaram seu desagrado e suas preocupações, sublinhando que as questões sociais e não as questões eleitorais, devem ocupar seu tempo e suas energias[4].

"A Igreja hierárquica, em atitude de compaixão e diante da grande pobreza do povo, que tem dificuldade em fazer ouvir a sua voz e quem os defenda, tem a missão de denunciar os atropelos à dignidade da pessoa humana e aos direitos humanos e, se possível, apontar caminhos de futuro para o país."

Sombras da Igreja no Paraguai

A Igreja hierárquica, em atitude de compaixão e diante da grande pobreza do povo, que tem dificuldade em fazer ouvir a sua voz e quem os defenda, tem a missão de denunciar os atropelos à dignidade da pessoa humana e aos direitos humanos e, se possível, apontar caminhos de futuro para o país. Deixar de fazer isso, foi um pecado de omissão, tantas vezes apontado à Igreja. No entanto, quando só a Igreja o faz pode significar que a sociedade civil ainda não atingiu a sua maturidade, com autonomia e partidos políticos credíveis. A grande maioria do povo paraguaio é cristã, católica; se não é praticante, ao menos de tradição. A este mesmo povo lhe

[4] *Devido à violação da Constituição Nacional e o que isso significa, por iniciativa de organizações sociais populares e dos partidos da oposição, e com a liderança do bispo emérito da diocese de San Pedro Apostolo, Mons. Fernando Lugo, se constituiu a Resistência Cidadã, que se propõe ser alternativa de poder.*

falta consciência cívica para não pactuar com a corrupção, a injustiça, a impunidade e os atropelos aos direitos da cidadania. Sente-se a urgência de educar política e civicamente as pessoas. Sente-se a necessidade de políticos honestos, que entrem na política com a intenção de buscar o bem comum, sobretudo da parte mais sofrida da população, e não os seus interesses individuais e do seu grupo.

"Sente-se a urgência de educar política e civicamente as pessoas."

Numa carta pastoral de 1994, o arcebispo de Asunción falava de fracasso pastoral, pois as pessoas recebem sacramentos como actos mágicos, que não operam transformações substanciais na vida dos indivíduos e na sociedade. Como dizia a *Evangelii Nuntiandi* a vida cristã é como um verniz superficial, que não leva a uma transformação profunda das pessoas. É o eterno problema do compromisso fé/vida pessoal e social. Parece que, substancialmente, a situação de 1994 permanece a mesma.

Para quem conhece a Igreja do Brasil, onde a Conferência Episcopal conseguiu imprimir um ritmo e uma grande unidade pastoral em todo o país, percebe-se que uma outra fraqueza da Igreja no Paraguai é a ausência de um plano de pastoral, que unifique e dê um rosto à Igreja do país. É certo que já se fizeram várias tentativas, sendo a última, o programa: *«Fala, Senhor, tua Igreja escuta».* No entanto, por falta de comunicação, de dinamismo e da inércia dos diferentes agentes de pastoral, ainda não se conseguiu um Plano Nacional de Pastoral, instrumento indispensável para educar a fé dos cristãos e levar dinamismo às comunidades cristãs.

O povo paraguaio merece melhor sorte (conclusão)

Nos últimos anos, são muitos os que reconhecem que a problemática socio-económica-política tem suas raízes na cultura de cada povo, e são cada vez mais os que atribuem à cultura um papel preponderante no desenvolvimento dos povos e no tema das mudanças sociais. Algumas vezes entende-se por cultura paraguaia o que poderíamos chamar de cultura campesina, o modo como viviam os campesinos há algumas décadas atrás, onde as relações humanas e sociais eram mais

solidárias: o que uma família possuía o partilhava com as outras famílias. O impacto da cidade grande vai transformando tal modo de viver. O comunitarismo vai dando lugar ao individualismo.

Os 40 anos de ditadura militar, que existiu no Paraguay, com tudo o que isso significou: privação das liberdades, medo de falar e participar, submissão e sujeição, morte e desaparecimento das possíveis lideranças políticas, fuga para o estrangeiro de pessoas dotadas, subserviência e obediência aos caprichos de alguém... marcaram (e marcam) negativamente o povo paraguaio. Depois, durante a ditadura, um só (o ditador) se servia da *«res publica»* para si e para seus apoiantes. Com o fim da ditadura, o número dos políticos aumentou e muitos deles acabaram seguindo o anterior *«modus faciendi»*. Como o leque foi maior, o roubo, a corrupção, os desvios de dinheiro são maiores.

"Tal como acontece em outros países pobres, políticos irresponsáveis e corruptos, sem escrúpulos e sem princípios éticos são os grandes culpados da situação de pobreza."

Tal como acontece em outros países pobres, políticos irresponsáveis e corruptos, sem escrúpulos e sem princípios éticos são os grandes culpados da situação de pobreza. Um povo simples e trabalhador, como o paraguaio, merece um futuro melhor, que virá da progressiva tomada de consciência de seus direitos humanos e da cidadania. Como educadora da fé e formadora da consciência humana, esta constitui uma das tarefas da Igreja.

a revista Portugal em África no contexto da missionação contemporânea

Manuel Carmo

INTRODUÇÃO

Estamos na segunda metade do século XIX. Nesta época a obra de evangelização estava muito ligada com a obra de civilização. As várias potências europeias fazem uma corrida às colónias do continente africano, fundando as feitorias, construindo infra-estruturas, estabelecendo o comércio e apoiando também a obra dos missionários.

O Estado português goza ainda dos seus direitos de Padroado sobre algumas das suas antigas colónias ultramarinas. A Santa Sé reconhecia a sua soberania, mas diante da concorrência das missões dos outros países, sobretudo dos protestantes, a situação missionária portuguesa estava decadente e a autoridade pontifícia, tanto apelava à Coroa portuguesa para que respondesse à sua responsabilidade de evangelizar as províncias ultramarinas, como também, através da *Propaganda Fide*, foi criando Prefeituras Apostólicas nos territórios de jurisdição do Padroado para as entregar a missionários estrangeiros.

Foi com o apoio da Congregação para a Evangelização dos Povos que chegaram a Angola em 1865 e 1866 os primeiros espiritanos franceses: o P. Duparquet, o P. Poussot e o P. Epistallié acompanhados do Irmão Billon. Embora não estivesse na intenção destes heróis da evangelização estender a soberania francesa às províncias de Angola, o Governo português manifestou a sua repugnância à presença daqueles es-

"Foi com o apoio da Congregação para a Evangelização dos Povos que chegaram a Angola em 1865 e 1866 os primeiros espiritanos franceses"

trangeiros. Consciente desta sensibilidade, em 1867, o P. Duparquet veio então a Portugal fundar a Congregação para que a província de Angola pudesse ser evangelizada por espiritanos portugueses.

E assim sucedeu. A fundação da Congregação em Portugal foi muito bem sucedida e em 1881, foi criada a primeira missão da província portuguesa dos Missionários do Espírito Santo - a Huíla.

A partir de então, iniciou-se um despertar missionário que, para além da dimensão religiosa-eclesial que lhe é própria, estava ao mesmo tempo assente sobre o sentimento patriótico do povo português. Assim se pode compreender o surgimento de uma revista com o título: *Portugal em África* (PA). Toda a sua primeira série, editada entre 1894 e 1910, procurou justificar e legitimar o labor missionário, de um modo especial, o papel das congregações religiosas, pela demonstração da necessidade daquelas na manutenção das possessões ultramarinas.

"A fundação da Congregação em Portugal foi muito bem sucedida e em 1881, foi criada a primeira missão da província portuguesa dos Missionários do Espírito Santo - a Huíla."

"Toda a sua primeira série, editada entre 1894 e 1910, procurou justificar e legitimar o labor missionário, de um modo especial, o papel das congregações religiosas, pela demonstração da necessidade daquelas na manutenção das possessões ultramarinas."

I – CONTEXTUALIZAÇÃO DA REVISTA

A revista PA começou em Janeiro de 1894 e manteve-se até Outubro de 1910. A segunda série iniciou-se em Janeiro de 1944 e terminou em Dezembro de 1973. Começaremos por fazer a contextualização do início das duas séries e passaremos depois a apresentar alguns dos seus principais temas.

1. 1 – A primeira série

O ano em que começou esta edição corresponde a um período particularmente sensível à missionação e à causa nacional do Ultramar português.

Várias eram as novas potências europeias emergentes interessadas em África. Na tentativa de se conseguir um melhor entendimento entre os vários países europeus interessados em colonizar e / ou missionar terras do Ultramar, realizou-se a Conferência de Berlim em 1885. Esta destronara Portugal de alguns dos seus direitos exclusivos que historicamente detinha. A Conferência ditou: liberdade de missionação para as várias confissões religiosas em confronto; não reconhecimento por parte das outras nações do direito de

"O ano em que começou esta edição corresponde a um período particularmente sensível à missionação e à causa nacional do Ultramar português."

Portugal manter o seu "monopólio colonial", etc. A partir deste momento cada país só poderia afirmar a extensão da sua soberania em África mediante a ocupação efectiva desses territórios.

Tomou-se então particular consciência da importância da actividade missionária não tanto porque ela respondesse aos interesses da dilatação da fé, mas antes à afirmação da soberania no Ultramar e do orgulho nacional. De qualquer forma, a obra missionária e as ordens religiosas saíram beneficiadas com o apoio do Governo. Com a consciência popular também sensível à mesma causa, surgiram maior número de vocações no seio da Igreja; a Congregação do Espírito Santo, presente em Portugal desde 1867, fundou em Braga, em 1891, a *Associação de Oração pela conversão dos Pretos* "com o fim de melhor promover as vocações apostólicas."[1] Da fundação desta Associação resultou a publicação do primeiro periódico da Província portuguesa: *Boletim da Associação de Oração pela conversão dos Pretos.* Conforme o próprio nome indica, esta edição periódica anual visava promover, no meio do povo cristão, uma das mais importantes formas de cooperação com os missionários apontada por Leão XIII na *Sancta Civitas Dei*[2] - a oração.

Esta iniciativa mereceu a aprovação do Senhor Arcebispo de Braga[3] e foi muito bem sucedida conforme nos indica o Boletim Geral da Congregação: "As nossas previsões foram ultrapassadas: 27.000 associados estão já inscritos nesta pacífica cruzada em favor dos pobres negros."[4] Três anos mais tarde a Congregação iniciaria em Portugal a edição de um outro periódico - a revista PA - com características bem distintas deste, como veremos neste artigo.

1. 2 - Ressurgimento da revista - segunda série

A edição da 1ª série de PA acaba em Outubro de 1910.

[1] *BULLETIN DE LA CONGRÉGATION, 3 (1891 - 1893) 192.*
[2] *Cf. LEÃO XIII - Sancta Dei Civitas. (Carta Encíclica de 3 de Dezembro de 1880 sobre a obra de «Propagação da Fé»). In FONSECA, José Frutuoso da - Cartas Encíclicas do Santo Padre Leão XIII. Volume: I, Porto: Tipografia da Palavra, 1893, 99 ss.*
[3] *Cf. BULLETIN DE LA CONGRÉGATION 3 (1891 - 1893) 192.*
[4] *Ibidem, 152.*

Com a Revolução Republicana a Congregação dos Missionários do Espírito Santo foi sujeita aos reveses do anti-clericalismo revolucionário e a revista PA não teve condições para continuar a ser editada.

Entretanto, entre o período que medeia 1910 e 1944, a Congregação iniciou em 1921 a publicação de outra revista - *Missões de Angola e Congo* - que abordou especificamente a problemática missionária[5]. Num dos artigos do último número de *Missões de Angola e Congo* (Dezembro de 1943), o Padre António Saraiva, seu director, informou os leitores sobre a suspensão daquela revista para fazer ressuscitar Portugal em África - classificada pelo missionário "de campo cultural mais vasto"[6]. No mesmo artigo, a direcção de *Missões de Angola e Congo* remetia os leitores para que se fizessem assinantes da 2ª série de PA, esperando deles uma resposta. Graças a estas diferentes publicações, a suspensão de periódicos espiritanos, depois da Revolução Republicana, verificou-se apenas durante 11 anos: entre 1910 e 1921.

"No ano em que começou a 2ª série de PA (1944), o clima político e a sensibilidade à causa missionária eram bem diferentes dos anos subsequentes à revolução republicana."

No ano em que começou a 2ª série de PA (1944), o clima político e a sensibilidade à causa missionária eram bem diferentes dos anos subsequentes à revolução republicana. Depois de atravessado o período da ausência das congregações missionárias ou, pelo menos da sua inactividade; depois de falhada a tentativa da substituição do trabalho das ordens religiosas pelas missões laicas, o Governo reconhecia mais uma vez o valor daquelas e a actividade missionária entrava de novo num clima favorável. O Padroado tinha, a todo o custo, conseguido fazer manter muitos dos seus direitos sobre as províncias ultramarinas: em Julho de 1918, o Governo português reatava as suas relações com a Santa Sé; em 1940 assinava a Concordata e o Acordo Missionário e com isto estava reconhecido o papel da Igreja por parte do Estado.

Desde a Revolução de 1910 que a Igreja em Portugal se via desprovida de personalidade jurídica, saqueada dos seus bens e ofendida por uma legislação anti-religiosa. Com

[5] *Também antes do início da 2ª série de PA, em 1933, a província portuguesa iniciou a publicação de um jornal de divulgação missionária - Entre Nós - que mudou o nome para Acção Missionária a partir de 1940 e manteve-se assim até aos nossos dias.*

[6] *António SARAIVA - Secção Charadística. Despedida!... In Missões de Angola e Congo. ano XXIII, nº 10 (1943) 283.*

a celebração dos referidos acordos, Portugal retomou oficialmente muitas das suas tradições cristãs e o Estado Novo adoptou uma política de apoio à Igreja e aos missionários das colónias ultramarinas.

"Com a celebração dos referidos acordos, Portugal retomou oficialmente muitas das suas tradições cristãs"

Este ambiente político em 1944 foi percebido pelos redactores da revista PA como uma volta ao passado; julgaram bem, retomar os mesmos princípios já evocados no primeiro número da revista em 1894; o primeiro número da 2ª série apresenta um discurso semelhante ao do artigo apologético do *Terceiro Império* escrito por Quirino de Jesus 50 anos antes[7]. Estamos portanto, perante uma linguagem que nos poderá parecer retrógrada para o ano de 1944 em que se começavam a verificar as independências de outros povos colonizados. O certo é que, durante o regime de Salazar, existiu um ambiente social, político e religioso que foi justificando e alimentando a ideia de Portugal manter as suas colónias. O regime de Estado Novo terminará com a Revolução de 25 de Abril de 1974 - coincidindo «grosso modo» com o fim da revista: PA terminara 4 meses antes, em Dezembro de 1973.

II - TEMÁTICAS DE «PORTUGAL EM ÁFRICA»

"A 1ª série da revista faz uma grande diferença da 2ª relativamente aos temas apresentados. Enquanto que a última apresenta muitos artigos de reflexão teológica sobre o tema da missão, da espiritualidade do missionário, a 1ª série assemelha-se mais a uma revista colonial."

A 1ª série da revista faz uma grande diferença da 2ª relativamente aos temas apresentados. Enquanto que a última apresenta muitos artigos de reflexão teológica sobre o tema da missão, da espiritualidade do missionário, a 1ª série assemelha-se mais a uma revista colonial.

2. 1 – Ciência de colonizar

A colonização constitui o tema dos maiores artigos da 1ª série. Quase todos os artigos se debruçam sobre questões coloniais: legislação, administração, relatórios das missões e investigações científicas nas diferentes áreas: etnografia, geologia, climatologia, zoologia, botânica e meteorologia. A revista situava-se deste modo dentro de uma mentalidade «culturalista» e «etnóloga» do país colonizador sobre os seus povos

[7] *Quirino de JESUS - Angola e Congo ou Terceiro Império Lusitano. In PA. 1ª série, 1(1894) 3 - 14.*

indígenas. Aquele tinha a obrigação moral de os conhecer suficientemente para melhor os proteger e promover. A revista PA propôs-se estudar as províncias ultramarinas e os seus povos em todas as dimensões da vida humana porque isso era necessário para o estabelecimento da ordem e do progresso[8].

"A revista PA propôs-se estudar as províncias ultramarinas e os seus povos em todas as dimensões da vida humana"

Dentro da 1ª série, a revista reflecte, ou pronuncia-se sobre o papel das missões, das congregações religiosas e da Igreja em longos artigos que apresentam no título um tema geográfico - como por exemplo, *defesa da nossa geografia* - um tema jurídico, político, administrativo, enfim, um tema de interesse colonial.

O tema da colonização mereceu muita reflexão da parte da revista PA. O estudo da ciência de colonizar apresentava-se como novo, era delicado porque dele poderia depender o futuro tanto dos povos da Metrópole como dos do Ultramar[9].

A obra de colonização - feita através de uma administração colonial, de emigração de colonos, de estações civilizadoras e militares, de feitorias, de expedições científicas, de colónias agrícolas e sobretudo, segundo diz Quirino de Jesus, feita de um modo mais eficaz pelos missionários, porque implicadora ao mesmo tempo da obra de civilização dos povos - era da responsabilidade do Estado[10]. A ciência de colonizar, isto é, o estudo das práticas colonialistas visando encontrar o seu melhor método, era do seu interesse[11] porque dele poderia depender a sua capacidade de concretizar alguns interesses tais como a afirmação da soberania portuguesa nas suas possessões ultramarinas, a manutenção dos seus impérios comerciais, etc. Por outro lado, este estudo interessou também à Igreja porque, no seu papel de fermento no meio da

[8] *Cf. REDACÇÃO - Advertência Preliminar. In PA. 1ª série, 1 (1894) 1.* [9] *Cf. Gomes dos SANTOS - As Nossas Colónias. In PA. 1ª série, 9 (1902) 473.*

[9] *Cf. Gomes dos SANTOS - As Nossas Colónias. In PA. 1ª série, 9 (1902) 473.*

[10] *Quirino de Jesus apresenta os vários modos como poderia ser feita a Colonização. Cf. Quirino de JESUS - As Ordens Religiosas e as Missões Ultramarinas. Lisboa: tipografia da Casa Católica, 1893, 63 - 67.*

[11] *A 16 de Setembro de 1887 o Governo criou a Junta Geral das Missões Portuguesas e encarregou-a de estudar "a organização a dar, não só aos institutos destinados à educação de missionários como também às missões ultramarinas". REDACÇÃO - A Reforma das Instituições e Serviços Missionários. In PA. 1ª série, 7 (1900) 2.*

massa, estava chamada a propor ao Governo aquele tipo de colonização que não violasse os direitos e a moral e que servisse ao mesmo tempo os seus interesses: conjugar a colonização com a obra da civilização e, consequentemente, com a obra de missionação.

Foi desta forma que a revista, ao mesmo tempo que cooperou com aquela obra do Estado, procurando apontar caminhos para a política portuguesa do Ultramar, serviu também ao interesse da Igreja e dos missionários.
Com um bom entendimento, Estado e Igreja dividiam entre si as responsabilidades próprias de cada esfera. O Estado apoiava a obra dos missionários, mormente no momento da fundação de novas missões[12] e a administração da Metrópole beneficiava também com o trabalho dos missionários.

Houve quem questionasse a definição dos diferentes campos de autoridade – política e religiosa. O Padre Joaquim Alves Correia na revista *Missões de Angola e Congo,* escreveu: *"o estado português deseja patrioticamente ajudar os católicos portugueses a civilizar evangélica e portuguesamente as colónias de Portugal; não quer, nem pode, tomar para si as responsabilidades apostólicas da Igreja portuguesa."*[13] Porém, a revista PA não evidenciou a distinção destes dois campos de autoridade. A filosofia ou a estratégia da revista era a de procurar demonstrar que a própria obra de missionação era da responsabilidade do Governo. Convinha que este acatasse a maior responsabilidade sobre as colónias e as missões, certamente para que a obra dos missionários recebesse mais apoio da Metrópole.

"A filosofia ou a estratégia da revista era a de procurar demonstrar que a própria obra de missionação era da responsabilidade do Governo."

Como anteriormente foi referido, a revista aponta ao Estado directrizes para uma melhor administração. Defende o apoio dos colonos por parte do Estado e a sua boa formação para que estes portadores da civilização portuguesa pudessem ser também cooperadores da obra missionária[14].

Na revista PA, vários autores apresentavam-se como autênticos

[12] *Cf.* CRÓNICA GERAL - *Missão religiosa e civilizadora. In* PA, *1ª série, 2 (1895) 984.*
[13] *Joaquim Alves* CORREIA - *Lendas perigosas. A abastança missionária. In Missões de Angola e Congo. ano VIII, nº 10, (1928) 182.*

comentadores políticos; muitos deles defendiam a preservação dos espaços geográficos ultramarinos e o necessário domínio da autoridade portuguesa sobre os mesmos em nome da ordem social[15], da descentralização da administração[16] e da subsequente autonomia política que em breve se deveria prestar às colónias.

"O nosso papel de nação colonial tem de ser num futuro próximo, o de preparar as colónias para a autonomia. As possessões ultramarinas de todos os países tendem a emancipar-se; e se as tentativas de autonomia das nossas possessões não existem é porque elas não atingiram ainda o necessário nível de civilização para que a ideia de autonomia entre decididamente na corrente universal. E quando chegar essa hora iniludível, baldado será prepararmo-nos para a resistência. Mais forte do que nós era a Inglaterra e viu-se coagida a dar autonomia ao Canadá e à Austrália."[17]

Este era um problema delicado que suscitou diferentes opiniões entre os redactores e sobre o qual poucos se pronunciaram[18].

Foi na problematização do colonialismo, como ciência do século XIX, que a revista PA apontou uma espécie de Doutrina Social da Igreja que teve em conta o quadro da política internacional recentemente desenhado, os grandes encargos exigidos pela missionação, e toda a vantajosa e possível colaboração entre Igreja e poder político a fim de salvar o maior número de almas. Compreendemos, portanto, que por causa duma situação melindrosa em que estavam lançados os povos

"Foi na problematização do colonialismo, como ciência do século XIX, que a revista PA apontou uma espécie de Doutrina Social da Igreja"

[14] *Cf. Quirino de JESUS - A educação colonial portuguesa. In PA. 1ª série, 7 (1900) 595.*
[15] *Cf. IDEM - O Sul de Angola. In PA. 1ª série, 2 (1895) 608 - 614.*
[16] *Cf. IDEM - A educação colonial portuguesa. In PA. 1ª série, 7 (1900) 593 - 601; REVISTA LUSO AFRICANA - Congresso colonial. In PA. 1ª série, 7 (1900) 307.*
[17] *Gomes dos SANTOS - As Nossas Colónias. In PA. 1ª série, 9 (1902) 470. No Memorial de Libermann de 1846, o Fundador do Missionários do Espírito Santo diz que a civilização levada a esses povos (que integra a formação de leigos, catequistas, mestres de artes e ofícios, etc.), deveria ser desenvolvida para que os nativos mais depressa se pudessem organizar sem a presença dos missionários europeus. Cf. N.D. 8, 248.*
[18] *Confere outras opiniões em: ALTER - Autonomia de Angola e Moçambique. In PA. Suplemento Colonial. 1ª série, 16 (1909) 356 e 359.*

indígenas, a Igreja foi levada a tomar partido de iniciativas que, à partida, visavam sobretudo os interesses da expansão político-militar, da administração, do comércio e do avanço da própria Ciência, mas que, para a época, constituíram a forma mais eficaz de a Igreja responder à sua Missão[19]. Pode-se concluir que esta foi a fidelidade criativa do momento que se enquadra nas orientações do Venerável Padre Libermann: *"Se preciso for, por amor à paz, cedei em pequenas coisas, para terdes em seguida a liberdade e a facilidade de produzir um bem maior em circunstâncias mais importantes."*[20]

2. 2 - Teologia da Missão

A Missiologia foi assumida como tema de estudo na 2ª série. PA veiculou várias teologias da Missão ao longo dos seus anos de edição; nela tinham voz os progressistas e os tradicionalistas, ou até aqueles que se mantinham agarrados ao passado segundo um esquema de raciocínio semelhante ao da 1ª série.

"A Missiologia foi assumida como tema de estudo na 2ª série."

Logo o primeiro número da 2ª série (1944) apresentou um artigo *A Verdadeira Natureza do Dever Missionário*[21] de um professor de Missiologia da Universidade Gregoriana - Charles Pierre - que significou uma viragem sobre o entendimento da actividade missionária. A Teologia da Missão costumava apresentar como preocupação fundamental a salvação das almas. Esta Teologia está presente em muitos artigos da 1ª série e em escritos posteriores àquela. Charles Pierre não nega o valor desta Teologia mas o seu estudo sobre a actividade missionária fez despertar uma outra consciência daquilo que lhe era específico. *"Salvar almas é empresa santíssima muito urgente, muito necessária - e quem é o doido que o contesta? Mas o que nós procuramos saber não é se as missões salvam almas, mas se nisso consiste a sua finalidade própria e específica, saber se*

[19] *Diz Cunha Leão em 1973: "A fundação de colónias e assim a colonização constitui um processo eminentemente civilizador na história da humanidade, sem o qual o mundo estaria atrasado alguns séculos e cindido em compartimentos incomunicáveis." Cunha LEÃO - Portugal e Missão. In PA. 2ª série, 30 (1973) 358.*

[20] *N.D. 6, 6 - 7.*

[21] *Cf. Charles PIERRE - A Verdadeira Natureza do Dever Missionário. In PA. 2ª série, 1 (1944) 129 - 143. O artigo é apresentado pela PA em 1944 mas já tinha sido proferido pelo seu autor 9 anos antes no Congresso da União do Clero francês em Lião, em Junho de 1935.*

não fazem mais nada (...)?
(...) a obrigação própria e específica da actividade missionária, consiste em plantar a Igreja;
(...) alargar os limites geográficos e étnicos da Igreja visível até que tenha recoberto o planeta."[22]
A reflexão deste autor não contradiz a doutrina do Magistério, antes a confirma naquilo que já tinha falado a *Neminem Profecto* de Gregório XVI em 1845, que sublinhava a necessidade de formação do clero local[23], e foi reafirmada na *Evangelii Praecones* de Pio XII em 1951: *"A grande finalidade das missões é estabelecer a Igreja em novas terras dando-lhe tão profundas raízes para que possa, quanto antes, florescer sem o auxílio das organizações missionárias."*[24]

Na Teologia de Charles Pierre temos já presente as novas concepções que seriam assumidas pelo Concílio Vaticano II sobre as *sementes do Verbo* existentes no meio das várias culturas dos povos e das religiões não cristãs [25].

2. 3 - Uma Missiologia condicionada à hegemonia da soberania portuguesa

Poucos são os redactores de PA que apresentam uma Teologia da Missão segundo as perspectivas apontadas por Charles Pierre[26], pois a maior parte deles continuam a falar da missionação mantendo a tradicional ligação daquela com o alargamento da soberania portuguesa.

"Poucos são os redactores de PA que apresentam uma Teologia da Missão segundo as perspectivas apontadas por Charles Pierre, pois a maior parte deles continuam a falar da missionação mantendo a tradicional ligação daquela com o alargamento da soberania portuguesa."

[22] *Ibidem, 134.*
[23] *O texto integral desta Instrução da Propaganda Fide pode ler-se em francês, com o correspondente texto original em latim, in GREGÓRIO XVI - Neminem Profecto: Instruction de la Propagande du 23 novembre 1845. In Mémoire Spiritaine. Revue semestrielle, Paris, nº 3, (1º semestre 1996) 111 - 146.*
[24] *PIO XII - Evangelii Praecones. (Carta Encíclica de 2 de Junho de 1951) In A.A.S. Roma: Vaticano, 2ª série, ano 43, vol. 18, nº 11, (1951) 508.*
[25] *Cf. CONCÍLIO VATICANO II - Ad Gentes, nº 11; Lumen Gentium, nº 17e Nostra Aetate, nº 2.*
[26] *O segundo volume da 2ª série (1945) apresenta uma lição de Domenico Lazzarini que comunga desta mesma linha de pensamento relativa ao fim da missão. "A acção missionária da Igreja não consiste apenas em baptizar, mas no estabelecimento duradoiro e completo da Igreja;" Domenico LAZZARINI - O dever individual da cooperação missionária. In PA. 2ª série, 2 (1945) 333. Este artigo apresentado por PA em 1945 é uma transcrição de uma conferência que Lazzarini tinha proferido em 26 de Setembro de 1928 na 7ª Semana de Estudos Missionários em Bolonha.*

Começa por ser esta, aliás a orientação dada à revista pelo Padre Clemente Pereira da Silva - seu Director - em 1944. No artigo de apresentação da 2ª série - pórtico de Janeiro de 1944 - o missionário espiritano manifesta uma certa nostalgia pelo trabalho que tinha sido desenvolvido na 1ª série. Neste período, PA tinha-se apresentado como uma revista colonial; apresentava longos trabalhos desenvolvidos pelos colonos e missionários relativos à investigação do clima, da meteorologia, da botânica e da geografia; apresentava as nomeações de Governadores das províncias ultramarinas, a legislação relativa à administração colonial que ía sendo reformulada, etc. E a colaboração prestada pelos missionários dava-lhes o direito de apresentarem as suas reivindicações junto do Estado.

Durante toda a edição da 2ª série, viveu-se em Portugal o Regime do Estado Novo. Este manifestava pretensões de preservação das províncias ultramarinas, mas a ambiência internacional era bem diferente. As potências europeias, contrariamente a Portugal, tinham-se envolvido na Segunda Guerra Mundial e as atenções viraram-se-lhes para a ordem interna; muitos dos seus territórios ultramarinos foram afectados com a Grande Guerra; nos anos 40 surgia em África o movimento de Negritude - um movimento de luta anti-colonialista que procurava afirmar os valores próprios da cultura dos povos africanos e reivindicar a sua autonomia[27] - e a maior parte dos países europeus foram cedendo.

São poucos os autores de PA que se pronunciam sobre este delicado tema da autonomia das Províncias Ultramarinas. Defendê-la seria incorrer nos riscos próprios de quem se pronuncia contra a política de uma ditadura. A maior parte dos missionários que se pronunciam sobre o assunto, nesta 2ª série da revista, manifestam-se favoráveis à política do Estado. Foi precisamente esta a posição manifestada por Marcel Lefèbvre numa entrevista concedida a PA em 1965[28]. Segundo o então Superior Geral dos Missionários do Espírito Santo, a África vivia uma hora muito grave; muitos países africanos, desejosos de alcançar a independência, aceitavam o apoio

"São poucos os autores de PA que se pronunciam sobre este delicado tema da autonomia das Províncias Ultramarinas."

[27] *Cf. Adélio NEIVA - Teologias da missão: In Communio - Revista Internacional Católica. Lisboa: U.C.P., 12, nº 1 (1995) 23.*
[28] *Cf. Marcel LEFEVRE - A Missão em África. In PA. 2ª série, 22 (1965) 133-139.*

político-militar de outras potências mais desenvolvidas, acabando por criar uma pior dependência do que a da antiga colonização. Referindo-se aos problemas trazidos para a vida da Igreja pelo Liberalismo que predominava nas sociedades europeias, Monsenhor Lefèbvre deixa transparecer a lamentável hora a que chegara África porque as potências socialistas se apoderavam de muitas antigas "colónias do Cristianismo".

Mas no pós-concílio, a revista PA veicula outras correntes de pensamento com as quais não comungava o Superior Geral. Vejamos alguns dos temas principais da época pós-conciliar.

2. 4 - Impacto conciliar e estudo de Libermann

Miranda Santos, num artigo escrito em 1962, distingue o recentemente criado Movimento Ecuménico no meio católico da ecumenicidade do Concílio:

"Universal ou Ecuménico: assembleia solene dos bispos de todo o mundo, reunidos por convocação e sob a presidência do Sumo Pontífice. (...) O objectivo do Movimento Ecuménico é de procurar as possibilidades de que poderá sair a unidade cristã, quebrada pelos cismas orientais e pela reacção chamada Reforma, no século XVI no Ocidente."[29]

Este movimento era novo para os católicos. Foi assumido pelo Concílio Vaticano II[30] *como participação da iniciativa que "desde há mais ou menos 30 anos, a maior parte das Igrejas ortodoxas e das confissões protestantes (ao todo 174) se tinham agrupado tendo em vista a unidade perdida".*[31]
Tradicionalmente os protestantes eram vistos como inimigos da religião e da pátria. Por vezes, os missionários reclamavam a presença de colónias militares para impedir o seu avanço.

[29] *Álvaro Miranda Gomes dos SANTOS - Significado do 20º Concílio Ecuménico. In PA. 2ª série, 19 (1962) 80 - 81.*
[30] *Cf. CONCÍLIO VATICANO II, Unitatis Redintegratio.*
[31] *Miranda SANTOS - Significado do 20º Concílio Ecuménico. In PA. 2ª série, 19 (1962) 81. Em 1948 tinha sido já criado em Amesterdão o Conselho Ecuménico das Igrejas, que foi integrando, pouco a pouco, os diferentes movimentos ecuménicos: Fé e Constituição, Vida e Acção e o Conselho Internacional das Missões. Cf. Jean COMBY - Para ler a História da Igreja. 133.*

PA, que durante muito tempo veiculara estas posições, muda agora completamente o seu discurso sobre os protestantes. E esta mudança, segundo Jorge Sanches, era urgente porque *"Nenhum obstáculo dos imensos obstáculos que se erguem contra a Missão da Igreja iguala este da desunião dos cristãos. Compreendemos bem, que por isso mesmo, nenhum acto missionário se poderá comparar em irradiação e projecção ao da união dos cristãos."*[32]

Outro marco doutrinal apontado pela revista PA foi o da inserção da actividade missionária na Missão universal da Igreja[33] - *"Pode até afirmar-se que o contributo mais válido do Concílio Vaticano II, em matéria missionária se traduz nesta inserção total do mistério da Missão no Mistério da Igreja, cuja ontologia determinará a existência da actividade missionária (...)."*[34]

"Outro marco doutrinal apontado pela revista PA foi o da inserção da actividade missionária na Missão universal da Igreja"

Como nos explica Miranda Santos, no seu artigo *Da Missão europeia à Missão Católica*, esta tomada de consciência de que a Missão Ad Gentes se insere no Mistério e na Missão geral da Igreja[35] fez com que a actividade missionária deixasse de ser entendida como obra de alguns carismáticos, ou de uma política europeia ou de uma Congregação Romana[36]. É uma nova consciência do ser Igreja que determina uma obrigação comum a todos os fiéis.
Outros espiritanos, entre os quais Firmino Cardoso, Miranda Santos e Martins Vaz, escreveram sobre um dos Fundadores

[32] *Jorge da Silveira SANCHES - Sentido Missionário do Concílio Vaticano II. In PA. 2ª série, 20 (1963) 338.*
[33] *Esta doutrina já tinha sido proclamada em 1946, numa radiomensagem do Vaticano e foi reassumida na encíclica Fidei Donum: "O espírito missionário e o espírito católico (...) são uma só e a mesma coisa. A catolicidade é uma nota essencial da verdadeira Igreja, a tal ponto que um cristão não é verdadeiramente afeiçoado e devoto à Igreja se não for igualmente ligado e devotado à sua universalidade, desejando que ela lance raízes e floresça em todos os lugares da terra.(Radiomensagem de 24 de Novembro de 1946 - Disc. e Radiomensagens, VIII, p. 328)." PIO XII - Fidei Donum. (Carta Encíclica de 21 de Abril de 1957) In A.A.S. Roma: Vaticano, 2ª série, ano 49, vol. 24, nº 4 (1957) 237.*
[34] *Santos NEVES - Inter-exigências e incidências ecuménicas da Igreja e da Missão de Angola. In PA. 2ª série, 24, n º 139 (1967) 16.*
[35] *Cf. CONCÍLIO VATICANO II, Ad Gentes, nº 11 e 12.*
[36] *Cf. Miranda SANTOS - Da Missão europeia à Missão católica. In PA. 2ª série, 20 (1963) 186.*

dos espiritanos – Venerável Padre Libermann[37]. Atribuíram-lhe o mérito próprio de um pioneiro das orientações do apostolado missionário moderno[38] e sublinham o facto de a sua doutrina se encontrar em consonância com as orientações do Concílio Vaticano II[39].

"Nesta época, e especialmente durante os anos do Concílio, também foram apresentados muitos artigos sobre a história da Congregação"

Nesta época, e especialmente durante os anos do Concílio, também foram apresentados muitos artigos sobre a história da Congregação[40]. Alguns espiritanos ao escreverem sobre eles mesmos e sobre o seu Fundador redescobriram-se a si próprios. A 1ª série de PA tinha evocado várias vezes a História heróica dos portugueses aos quais estavam aliados os missionários; nos últimos anos da edição da 2ª série, faz-se o estudo da história dos espiritanos.

A evocação do mérito dos espiritanos e o estudo da Eclesiologia do Vaticano II, significou uma tomada de consciência

[37] *Cf. Miranda SANTOS - O Criador do Apostolado Africano. In PA. 2ª série, 8 (1951) 77 - 156; IDEM - Libermann e o Clero Indígena. In PA. 2ª série 9 (1952) 53 - 65; REDACÇÃO - Antologia a Libermann. In PA. 2ª série, 11 (1954) 21 - 22; Martins VAZ - O Missionário que Libermann sonhava. In PA. 2ª série, 10 (1955) 7 - 17; 112 119; Henrique Sá COUTO - Libermann e o apostolado moderno africano. In PA. 2ª série, 13 (1956) 1 - 10; Martins VAZ - O Missionário de Libermann. In PA. 2ª série, 14 (1957) 48 - 62; Miranda SANTOS - O P. Poullard des Places. In PA. 2ª série, 16 (1959) 257 - 270; Medeiros JANEIRO - Libermann e as Missões. In PA. 2ª série, 23 (1966) 79 - 89; Firmino CARDOSO - Da Missão à Igreja no pensamento de Libermann. In PA. 2ª série, 24, nº 142/4 (1967) 82 - 105; Jean BOUCHAUD - Libermann e a sua época. In PA. 2ª série, 25 (1968) 33 - 64.*

[38] *Cf. Miranda SANTOS - O Criador do Apostolado Africano. In PA. 2ª série, 8 (1951) 89. Outro espiritano, Medeiros Janeiro, escrevia o mesmo 6 anos mais tarde: "A História obriga-nos a considerá-lo como o iniciador das missões da África negra a meio do século XIX." Medeiros JANEIRO - Libermann e as Missões. In PA. 2ª série, 23 (1966) 82; Cf. também Firmino CARDOSO - Da Missão à Igreja no pensamento de Libermann. In PA. 2ª série, 24, nº 142/4 (1967) 82.*

[39] *Cf. Firmino CARDOSO - Da Missão à Igreja no pensamento de Libermann. In PA. 2ª série, 24, nº 142/4 (1967) 85.*

[40] *Entre muitos outros confira: Ismael BAPTISTA - A Congregação do Espírito Santo no mundo. In PA. 2ª série, 9 (1952) 174 - 184; António BRÁSIO - Renascimento Missionário de Angola. In PA. 2ª série, 23 (1966) 344 - 361; Braga PAIXÃO - Missões do Espírito Santo. In PA. 2ª série, 23 (1966) 362 - 378; António REGO - Centenário da Congregação do Espírito Santo. In PA. 2ª série, 25 (1968) 65 - 73; Augusto de SOUSA - Vinte e cinco anos em Cabo Verde. In PA. 2ª série, 25 (1968) 74 - 87; António AMBRÓSIO - Os Missionários do Espírito Santo em S. Tomé e Príncipe. In PA. 2ª série, 26 (1969) 307 - 309; Álvaro TAVARES - Cem anos da Congregação do Espírito Santo. In PA. 2ª série, 27 (1970) 37 - 43; 102 - 117; António AMBRÓSIO - Os Missionários do Espírito Santo e o Clero autóctone em S. Tomé e Príncipe. In PA. 2ª série, 30 (1973) 284 - 298.*

de alguns espiritanos da autonomia da obra missionária; isto é: a Congregação responde de uma maneira particular à missão geral da Igreja, está afecta à autoridade pontifícia e independente das resoluções dos Estados.

CONCLUSÃO

A revista PA, concebida para uma época, cumpriu com os seus objectivos: o estudo de novos temas levantados com a expansão ultramarina e a sensibilização patriótico-missionária do povo português, sobretudo junto dos intelectuais e dos funcionários da sociedade portuguesa.

A interrupção da 1ª série deveu-se ao levantamento de uma política em Portugal que desprezou a acção das congregações religiosas e ofendeu a estrutura das mesmas. Em 1910, os missionários deixavam de ser apoiados para serem humilhados.

A 2ª série de PA desperta numa época em que o Governo português mantinha uma atitude de reverência e apoio à obra dos missionários. No entanto, a política de colonização tornar-se-á um tema cada vez mais controverso no seio da Congregação. A partir dos anos 50, muitos espiritanos não estavam de acordo com a publicação desta revista cujo o título *"Portugal em África"* tinha uma conotação política.

Esta não foi porém a opinião do Padre António Brásio – um historiador reconhecido - que em 1948, tinha sido secretário e em 1954, o director: diante das conclusões de congressos missionários, realizados sobretudo em França, que apresentavam novas correntes de pensamento e outras maneiras de entender a missão, o Padre Brásio contrapunha os valores da tradição portuguesa. Foi referida a posição tomada por Monsenhor Lefèbvre, na altura em que este era o Superior Geral. E poderemos acrescentar que as próprias orientações dadas pela autoridade pontifícia expunham-se a interpretações contraditórias: a carta *Maximum Illud* de Bento XV, em 1919, tinha alertado para os perigos dos nacionalismos; por outro lado, nos anos 40, as assinaturas da Concordata e do Acordo Missionário, e a encíclica *Saeculo Exeunte Octavo* de Pio XII

davam uma nota de aprovação à prática colonialista portuguesa.

PA, não se deteve a estudar aquelas aparentes contradições nem entrou em conflito com a política do Estado Novo. A revista estudou o pensamento predominante da sociedade portuguesa da época sobre as questões de missionação e, sendo uma revista «eminentemente prática»[41], pretendeu mobilizar as forças da nação em favor da causa missionária.

"A revista estudou o pensamento predominante da sociedade portuguesa da época sobre as questões de missionação"

Artigo elaborado a partir da dissertação de Licenciatura em Teologia:

«PORTUGAL EM ÁFRICA»: significado de uma revista no contexto da missionação contemporânea, do aluno Manuel do Carmo Figueiredo Gomes, orientada pelo Dr. António Matos Ferreira, na UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA - Faculdade de Teologia - Lisboa – Janeiro de 1998.

[41] REDACÇÃO - *Advertência Preliminar.* In PA. 1ª *série, 1 (1894) 2.*

a fundação da província espiritana de Angola

Adélio Torres Neiva

O processo da erecção da Província Espiritana de Angola foi um processo longo, que se foi preparando pouco a pouco, á medida que as estruturas necessárias para a formação de uma província foram emergindo e se consolidaram. De facto, segundo as antigas Constituições, "uma província para ser erecta deve constar, pelo menos de três casas, incluindo as obras necessárias para a formação de clérigos e irmãos" (Const. 6, 27) Segundo o Directório Espiritano e na linha do pensamento de Libermann, a presença espiritana em qualquer diocese ou território de missão, a par da evangelização, deve dar a prioridade à formação e consolidação da igreja local, nomeadamente através da formação do clero diocesano. Foram estas as directivas que os Espiritanos seguiram em Angola, nos primeiros cem anos da sua presença, como testemunha a criação de vários seminários diocesanos e a centena de sacerdotes nativos e de vários bispos, muito antes de se pensar na erecção da Província Espiritana. Há, portanto que sublinhar que os missionários espiritanos se abstiveram sempre de fazer propaganda directa para a angariação de vocações para a sua Congregação, sem no entanto recusarem aqueles que explicitamente pediram a sua admissão na Congregação e que, uma vez comprovada a sua idoneidade, foram enviados para as casas de formação em Portugal. Deste pequeno grupo surgiram os primeiros espiritanos angolanos, três padres e três Irmãos Auxiliares.

"O processo da erecção da Província Espiritana de Angola foi um processo longo, que se foi preparando pouco a pouco"

O primeiro passo concreto em ordem à implantação da Província Espiritana em Angola foi dado pelo Superior Principal do Distrito Religioso de Nova Lisboa, o P. Armando

Pinto, que fundou oficialmente o Seminário do Espírito Santo em Nova Lisboa, no ano de 1965, tendo como primeiro director o P. António Fernandes de Sá até aí professor no Seminário Menor do Quipeio. Começou este seminário a funcionar nas antigas instalações do Colégio Alexandre Herculano (mais tarde Espírito Santo), que entretanto foi transferido para as novas instalações junto do Bairro Cacilhas. Foi também neste tempo, que atendendo à economia de pessoal e a um maior facilidade dos alunos do seminário poderem frequentar o colégio, se comprou um terreno, se começaram a fazer as plantas e se começaram a preparar as futuras instalações do Seminário do Espírito Santo, em Cacilhas, Nova Lisboa,..

De facto, a partir de 1969, os Espiritanos embora vivendo no seminário, começaram a frequentar as aulas no colégio, para onde se deslocavam diariamente, completando a sua formação com aulas específicas que recebiam no seminário, nomeadamente latim, formação religiosa, etc.. Os mais adiantados continuaram a sua formação no Seminário Maior Diocesano de Nova Lisboa Daí proviriam os três noviços Jerónimo Cahinga, António Catangambo e Nicolau Rufino Zacaria,.que emitiram a sua Profissão Religiosa a 28 de Novembro de 1976.

A "União dos Superiores dos Distritos Espiritanos de Angola"

Após uma ausência de quase dois anos do superior do distrito de Nova Lisboa, em 1971 com a visita a Angola, do então Superior Geral da Congregação do Espírito Santo P.Joseph Lecuyer,é nomeado Superior Principal do Distrito de Nova Lisboa, o P .António Costa de Sousa Abreu. Este cedo sentiu a necessidade de um maior intercâmbio entre os Superiores dos outros dois Distritos Espiritanos de Angola, que facilitasse uma melhor sintonia de direcção e procedimentos.

Das primeiras conversas informais com o superior do Distrito de Luanda P.José da Rocha Ferreira, homem de experiência comprovada e dedicação a toda a prova, germinou a ideia de uma "União dos Superiores dos Distritos Espiritanos de Angola".

.Contactado, o Superior do Distrito de Sá da Bandeira,

P.José Fernandes, logo exprimiu o seu acordo, ficando assim agendada uma primeira reunião dos três Superiores Principais de Distrito.

São sem dúvida, os primeiros passos para uma "fundação", de que ainda se não falava, mas vivia latente no espírito de alguns.

No decorrer da primeira reunião dos três Superiores Principais foram debatidas várias questões referentes ao modo de funcionamento, alcance dessa "união", etc. Nascia assim algo de novo no panorama das estruturas da Congregação: a "União dos Superiores Principais dos Distritos Espiritanos de Angola"

"Nascia assim algo de novo no panorama das estruturas da Congregação: a "União dos Superiores Principais dos Distritos Espiritanos de Angola""

O primeiro Capítulo Inter-distrital

A primeira actividade desta "União" foi o estudo das possibilidades de realização de uma reunião magna dos Espiritanso trabalhando em Angola e a preparação psicológica para este encontro.

Posta em marcha a ideia, foi unanimemente aceite e desde logo pedida a colaboração da Província portuguesa, por meio de alguém capaz de dinamização e que ao mesmo tempo se encarregasse de organizar com uma Comissão Central local, adrede constituída, sessões de estudo preparatórias.

A Província portuguesa enviou o P. Jorge Veríssimo, secretário da Comissão das Missões, junto do Conselho Provincial da Província Portuguesa, para dinamizar o «intercâmbio entre a Província e as missões.

Após a chegada deste, foi preparado e enviado um questionário a todos os missionários espiirtanos em Angola que desde o início de 1972 se reuniram por sectores ou sessões de estudo.

Sintetizadas as conclusões e sugestões apresentadas pelos vários sectores, elaborou-se um opúsculo significativamente intitulado "O pão da vontade de Deus", que constituiu o documento de trabalho pré-capitular[1]

De 26 de Julho a 12 de Agosto de 1972, o sonho tornou-se realidade: realizou-se em Nova Lisboa o Primeiro Capítulo Inter-Distrital de Angola, estando presentes o dele-

"De 26 de Julho a 12 de Agosto de 1972, o sonho tornou-se realidade: realizou-se em Nova Lisboa o Primeiro Capítulo Inter-Distrital de Angola"

1. *Primeiro Capítulo Inter-Distrital de Angola. Anexo II*

gado da Casa Generalícia P. Quirino Houdijk, outros convidados e 42 membros delegados em representação de 268 Espiritanos que na altura trabalhavam em Angola[2]

Por carta de Roma de 5 de Março de 1973, o Superior Geral e o seu Conselho aprovaram os Documentos Capitulares que assim passaram a ser o "Directório" dos Espiritanos em Angola[3]

A colaboração dos Distritos, a que se refere o Superior Geral na sua carta de aprovação e que os participantes das sessões capitulares tão vivamente pediram[4] reforçou-se em todos as aspectos, começando-se a pensar seriamente na fundação da Congregação do Espírito Santo em Angola Foi um voto assumido no decorrer do Capítulo ilner-distrital que o documento final regista Diz o comunicado final: " Nessa mesma linha de promoção da Igreja nascente, estão os Espiritanos dispostos a instaurar nesta terra de futuro a sua Congregação, que conta já diversos membros africanos, de forma a contribuírem para a comunhão desta Igreja com a Igreja universal e a fomentarem nela a preocupação da Igreja missionária"[5]

"Solidamente implantada em Angola, com uma hierarquia própria, parecia chegado o momento de se pensar no lançamento da Congregação"

Solidamente implantada em Angola, com uma hierarquia própria, parecia chegado o momento de se pensar no lançamento da Congregação

A fundação da Província de Angola

A 24 de Setembro de 1974, os três Superiores Principais dos distritos Espiritanos P. António da Costa de Sousa Abreu, P. Abílio Rodas de Sousa Ribas e P .José Fernandes, tendo estuado a situação do pessoal e das obras da «congregação do Espírito Santo em Angola, escreveram ao Provincial de Portugal e seu conselho, para que ele solicitasse ao Conselho Geral da Congregação a criação de uma Vice-Província ou mesmo uma Província Espiritana em Angola Diz esta carta:. *"Os Superiores Principais dos três Distritos Religiosos Espiritanos de Angola, tendo estuado a situação do pessoal e das obras da Congregação, resolveram pedir a Vossa Reverên-*

2. *Ibid. P. 57*
3. *Carta de 3/3/ 1973. Primeiro Capítulo Inter.distrital de Angola*
4. *Iº Capítulo Inter-distrital de Angola. Cap. III. Organização dos distritos VII p. 37*
5. *Ibid. Anexo II. Comunicado final*

cia e ao Conselho da Província, para que seja solicitada ao Conselho Geral a criação de uma Vice-Província ou mesmo de uma Província Espiritana em Angola.

Actualmente trabalham em Angola 241 confrades professos nas várias obras confiadas à Congregação; funcionam três pequenos escolasticados: um em Nova Lisboa, outro em Malanje e um terceiro em Làndana; no curso de Filosofia temos 14 alunos e no corrente ano ainda terá início o Noviciado com nove candidatos.

Perante estes dados, julgamos oportuna e mesmo necessária a erecção canónica de uma Vive-Província Espiritana em Angola. Aos 24 de Setembro de 1974. Os Superiores Principais. António da Costa Abreu, Abílio de Sousa Ribas, José Fernandes".[6]).

"Perante estes dados, julgamos oportuna e mesmo necessária a erecção canónica de uma Vive-Província Espiritana em Angola."

Nesta altura, conforme a carta nos informa, trabalhavam em Angola 241 Espiritanos nas várias obras confiadas à Congregação, funcionavam três Escolarizados Menores(um em Nova Lisboa, outro em Malanje e um terceiro em Lândana)). O curso de Filosofia era frequentado por 14 alunos e nesse mesmo ano ir-se-ia iniciar o noviciado com nove candidatos

O Conselho Provincial de Portugal, reunido a 8 de Novembro desse mesmo ano de 1974 deu o seu parecer favorável a este pedido e a 22 de Novembro, o provincial P. José Marques Gonçalves de Araújo transmitia ao Superior Geral este parecer pedindo-lhe para ser criada a província ou vice-província de Angola *"Lisboa, 22 de Novembro de 1974. Rer.mo Padre. Parece ter chegado a hora de lançar definitivamente os alicerces da Congregação em Angola. Nisso estão empenhados os Superiores Principais daqueles Distritos, como é patente, pelo documento que junto em que eles me pedem para apresentar a V.Rev.ma e ao Conselho Geral o pedido da fundação duma Vice-Província ou Província da Congregação em Angola.*

"Parece ter chegado a hora de lançar definitivamente os alicerces da Congregação em Angola."

Por isso, venho solicitar a V.Rev.ma e ao Conselho se dignem aprovar esta iniciativa, afim de que, seja o que for que venha a acontecer naquele país, a Congregação possa continuar ali a existir com todas as suas obras, para bem de todos, cristãos e gentios.

O Conselho Provincial, reunido no dia 8 de Novembro passado, aprovou esta possível fundação e recomenda-a à Casa Generaliza.

6. *Carta de 24 de Setembro de 1974. AGCSSp. Angola*

Desejando a V,Rev.ma e a todo o Conselho as melhores bênçãos do Céu para a realização deste mandato que em boa hora a todos foi entregue de governar a Congregação. Peço me creia muito dedicado em Cristo. P. José Gonçalves Araújo, Sup. Prov.)[7])

O assunto foi estudado pelo Conselho Geral, tendo o P. Henry Littner, do Secretariado Geral, a pedido do Conselho, elaborado um documento de trabalho intitulado *"Problèmes posés par la création d`uma vive-province en Angola"*. Segundo este documento, era "inegável que com o processo da independência política de Angola, a ideia da criação de uma vice-província Angolana, deveria merecer uma séria consideração. Psicologicamente tinha chegado o momento de tornar independente da metrópole, as nossas obras e as nossas missões em Angola, mesmo se a presença dos confrades portugueses para já era indispensável. Tradicionalmente, os três distritos de Angola, foram sempre fortemente internacionalizados: a Holanda e a França sobretudo, tinham enviado numerosos missionários para Angola. Nas circunstâncias presentes, este era um aspecto positivo, pois 25 por cento dos missionários Espiritanos (59 sobre 238) não eram portugueses, embora ultimamente tivessem diminuído. Por sua vez, era de esperar que vários missionários portugueses viessem a abandonar o território após a independência, até porque ainda não se sabia a atitude das autoridades locais para com os missionários estrangeiros, após a independência. Todos estes motivos jogavam em favor da criação de uma vice-província. De faço, a criação de uma província parecia mais difícil pois o pessoal angolano era ainda muito reduzido. E o documento examina depois longamente cada uma das hipóteses possíveis uma vie-província que substituísse simplesmente os três distritos existentes, ou então uma vice-província com autoridade nos três distritos mas na dependência de Portugal, ou finalmente uma vice-província em que os rês distritos dependeriam dela De qualquer maneira, o P.Littner recomendava que se dificultasse ao má-ximo a partida de confrades e que se insistisse na solidariedade entre as Províncias para elas enviarem pessoal para Angola. Reflectindo sobre cada um das três soluções, o P.Littner chama

"Psicologicamente tinha chegado o momento de tornar independente da metrópole, as nossas obras e as nossas missões em Angola"

[7] *Carta de 22 de Novembro de 1977. AGCSSp. Angola*

atenção para as vantagens e desvantagens de cada uma delas.[8]

Ao relatório do P. Littner foi dada pelo Superior do Distrito de Nova Lisboa, na qualidade de presidente da União Interditrital, a conveniente resposta que desfez algumas dúvidas que este relatório tinha levantado e abriu o caminho à fundação da nova província Na resposta que foi dada para a Casa Geral sobre o documento do P.Littner *"Problêmes posés par la cráeation d une Vice-Province en Angola"* o então superior do Distrito respondeu:

1. Que verdadeiramente não havia problemas de maior a ultrapassar, uma vez que a situação dos confrades seria idêntica ao passado. Em vez dos membros originários de outras províncias estarem afectados a um Distrito, passariam a sê-lo a uma Província
2. Que para certas situações que determinaram a partida de numerosos confrades, para os casos de doença ou de velhice, a sua província de origem se comprometeria a acolhê-los no caso de pretenderem regressar.
3. Alvitrou que fossem consultadas sobre o assunto os Principais, Provinciais e seus conselhos, com membros em Angola.
4. Que a todos os confrades presentes em Angola fosse dada a possibilidade de opção – "Província de origem"[9]

E o P. António Abreu, para facilitar o processo, punha mesmo à disposição do Superior Geral o seu cargo de superior principal. *"Consciente que o momento actual da vida da Congregação em Angola é de extrema importância, julgo que da ousadia, firmeza e grandeza de alma com que forem trotados os seus problemas, na parte humana que os enquadra, dependerá o seu amanhã, neste país em evolução.*

Estuda-se a criação da Província Espiritana em Angola, e que, a tonar-se realidade, acarretaria mudança de estruturas.

Desejando contribuir para a facilidade e simplicidade do processo, deponho nas vossas mãos e do Conselho Geral, a minha demissão do cargo que me foi confiado, de Superior Principal do Distrito Religioso de Nova Lisboa, que se tornará efectiva após simples notificação vossa.

Com todo o respeito e filial devoção, na esperança de

8. *Documento de 15/ 01/ 1975*
9. *P.António Abreu. A propósito do opúsculo "A Província de Angola- 20 anos.*

hoje, como amanhã, poder continuar a minha entrega ao Senhor, na Congregação". Padre António Costa de Sousa Abreu"[10]

Entretanto, a partir dos meados de Fevereiro de 1975, o Superior Geral P .Franz Timmermans e o seu assistente P .Adélio Torres Neiva, fizeram a visita da Casa Generalícia a Angola. O projecto da fundação da Província foi discutido em todas as reuniões regionais com os Espiritanos, as suas vantagens, inconvenientes e modalidades. No encontro final de Nova Lisboa, o tema foi aprofundado com os três Superiores Principais e os seus colaboradores mais imediatos. Tendo em conta o parecer da maioria dos Espiritanos foi decidido pôr em marcha as estruturas necessárias para a criação da Província. Das actas desse encontro, destacamos os seguintes elementos:

"No encontro final de Nova Lisboa, o tema foi aprofundado com os três Superiores Principais e os seus colaboradores mais imediatos."

1. Situação actual da Congregação em Angola: havia nessa data 6 espiritanos angolanos: 3 padres e 3 Irmãos.

Os escolásticos maiores estavam instalados no Colégio do Espírito Santo em Nova Lisboa: 26 seminaristas: 5 em teologia, 3 em Filosofia e 17 no 8º e 7º ano. Os escolásticos menores residiam em três escolasticados menores: Nova Lisboa, Malanje e Lândana. Destes três escolasticados menores, só o de Nova Lisboa apresentava condições satisfatórias, albergando 80 jovens.

Quanto aos imóveis, a Congregação possuía o Colégio do Espírito Santo em Nova Lisboa, um seminário menor em Nova Lisboa, a missão da Chanhora, no Bié, a missão do Munhino, no Lubango, as residências de Luanda e Benguela, um terreno para construção de um novo seminário em Nova Lisboa.

2. Os motivos para a fundação da Província Espiritana foram assim equacionados:

a) *A insuficiência das estruturas actuais.* Dos 6 seminaristas maiores, 2 estavam prestes a ser ordenados diáconos e era urgente integrá-los numa província. Os distritos, enquanto tais, não podiam receber a profissão de membros da Congregação. Por outro lado, a inserção numa província distante não parecia ser solução conveniente.

b) *O serviço da igreja local.* A própria natureza da Igreja local exigia a presença do carisma missionário e a Con-

[10] AGCSSp. Angola

gregação oferecia-lhe esse serviço, pondo à sua disposição o carisma espiritano, esperando que a própria Igreja local criasse a suas estruturas missionárias.

c) *A inculturação da Igreja local.* A indegenização e a identidade da Igreja africana exigem uma maneira própria de ser; era mais difícil conseguir essa identidade sem uma estrutura própria. Isso afigurava-se importante sobretudo ao nível da formação. A dependência das obras de formação de distritos estrangeiros, pode correr um certo risco de colonialismo já ultrapassado. A proclamação política da independência de Angola é, sem dúvida, um incentivo favorável.

d) *A intercolaboração e a coesão de esforços.* A intercolaboração dos três distritos angolanos não tinha sido fácil até ao presente: notava-se a falta de colaboração a respeito da formação dos espiritanos africanos, da entreajuda, das finanças, da planificação pastoral, etc. A criação de um governo mais centralizado poderia facilitar uma maior intercolaboração a todos os níveis.

3. As objecções à criação da Província.

a) *A incerteza do momento actual.* O momento que Angola vive actualmente não é isento de interrogações. Não se sabe qual o futuro da Igreja em Angola após a independência. Tomar uma decisão neste momento tem os seus riscos.

b) *A busca da identidade da Igreja local.* Pedia-se aos missionários a sua colaboração na construção de uma Igreja inculturada. Ora neste momento a Igreja africana estava ainda á procura da sua própria identidade. Só depois da libertação do peso do seu passado e das estruturas ocidentais é que isso seria possível. Parecia que a criação da Província neste momento não facilitaria a busca de identidade da Igreja local.

c) *A falta de estruturas.* A Congregação em Angola não tinha ainda as estruturas necessárias para a criação de uma Província: o pessoal angolano não era suficiente, os objectivos não pareciam ainda muito claros, a situação económica não se afigurava ainda bastante sólida, Não parecia realístico formar uma província com apenas seis membros angolanos e quase três centenas de estrangeiros.

d) *A diversificação angolana.* Tendo em conta a di-

versificação dos povos de Angola, dos diferentes métodos de pastoral de cada uma das regiões, das grandes distâncias, etc.levantava-se a interrogação se a centralização do governo teria condições para ser eficaz.

4. *O novo projecto*

"Tudo considerado, decidiu-se avançar decididamente em ordem à formação da nova Província Esiritana de Angola."

Tudo considerado, decidiu-se avançar decididamente em ordem à formação da nova Província Esiritana de Angola. Isso incluiria:

1. Prioridade às obras de formação na planificação dos três distritos: disponibilidade de pessoal, dos meios económicos, etc.

2) Abertura do noviciado em 1975, sob a responsabilidade de um angolano que escolheria os outros membros da equipa directora, recorrendo, se necessário, aos espiritanos dos outros países africanos, por exemplo, a Nigéria. Esta equipa estudaria o projecto de um noviciado de expressão africana.

3) Construção imediata de um seminário em Nova Lisboa para a formação dos escolásticos até ao noviciado.

4) Estudo de um projecto para a formação teológica dos escolásticos espiritanos : no seminário diocesano? Em consórcio com os outros institutos religiosos? Em conjunto com os outros espiritano africanos?

5. Revisão e re-estruturação dos escolasticados menores de Malanje e Lândana

6. A estrutura da nova Província deveria processar-se da seguinte maneira:

- Poderiam ficar a pertencer à Província todos os que quisessem optar por essa pertença;

- aqueles que quisessem conservar a sua província de origem conservá-la-iam, embora continuando a trabalhar na nova província;

- em ambos os casos, ficaria garantida a possibilidade de regressar á sua província de origem, se isso fosse do interesse dos interessados e sempre em diálogo com os superiores das duas províncias;

- quanto à equipa directora, dever-se-ia definir o modo de designação do novo provincial e seu conselho;

- dever-se-ia estudar também o estatuto financeiro, bem como as relações com as províncias de origem dos confrades.

Todas estas bases deveriam ser lançadas no próprio lo-

cal, com a ajuda do assistente geral da Congregação[11]
Em conformidade com estas decisões, a 10 de Outubro de 1975, o Conselho Geral erigia o noviciado da Congregação em Angola, sendo nomeado seu mestre de noviços, o P. Bernardo Bongo[12]

A 28 de Novembro de 1976 emitiam a sua profissão religiosa os três noviços António Catangambo, Jerónimo Cahinga e Nicolau Zacarias Rufino.

Entretanto, a situação política em Angola sofreu uma evolução drástica: Devido à instabilidade política que se criou por desentendimento entre os diverso partidos da libertação, um elevado número de confrades optou pela saída do país, embora com a esperança de regressar, uma vez passada a turbulência O P. António da Cota de Sousa Abreu, superior principal do distrito de Nova Lisboa, encarregado de preparar a sondagem para a eleição do provincial e a 30 de Novembro desse ano de 1976, lançava esse processo[13]

A 6 de Maio de 1977, o Conselho Geral decidia a erecção da nova Província Espiritana de Angola, que incluiria os três distritos: Huambo (Nova Lisboa), Luanda e Lubango (Sá da Bandeira). Esta decisão seria implementada após a a nomeação do novo provincial, devendo a data ser fixada pelo Conselho Geral, de entendimento com o novo provincial *"A nova Província , compreendendo os três Distritos de Huambo (Nova Lisboa), de Luanda, de Lubango (Sá da Bandeira), será erigida depois da aceitação da sua nomeação pelo novo Superior Provincial em data a decidir pelo Conselho Geral, de entendimento com o novo provincial"*[14]

"A 6 de Maio de 1977, o Conselho Geral decidia a erecção da nova Província Espiritana de Angola, que incluiria os três distritos: Huambo (Nova Lisboa), Luanda e Lubango (Sá da Bandeira)."

Pela sondagem efectuada foi indigitado para superior provincial o P.Bernardo Bongo, [15] E por decisão do Conselho Geral nº 26/77 de 6 de Maio de 1977 o P. Bernardo Bongo era nomeado primeiro provincial, deixando de existir a partir daí, os três Distritos. A fundação desta província tem a sua originalidade, pois que os três distritos se fundiram na província. Noutros países, o processo manteve a existência de distritos ao lado da nova província. Aqui prevaleceu o es-

"A fundação desta província tem a sua originalidade, pois que os três distritos se fundiram na província."

11. *Nouvelles structures de la Congrégation en Angola. AGCSSp. Angola*
12. *Decisão D 142/75 de 10 de Junho de 1975*
13. *Carta do P .António Abreu de 30 de Novembro de 1976. AGCSSp.. Angola*
14. *Decisão D 51/27. AGCSSp. Angola*
15. *Decisão 22/77 AGCSSp. Angola*

pírito de comunhão que reinava entre todos e que não consentiu na formação de distritos por nacionalidades.

Organização da província

A 7 de Junho de 1977, no seminário do Espírito Santo, no Huambo, reuniram-se os três ex-superiores principais dos três distritos, com o P.Bernardo Bongo e o P. Jacinto Ngole, vigário episcopal de Ndalatando, especialmente convidado para esta reunião. Nesta reunião se estudou o esquema organizativo em que a nova Província deveria assentar. Dada a importância desta reunião para o futuro da Província de Angola, aqui deixamos a Acta dela.

"Ao Superior Geral da Congregação do Espírito Santo e seu Conselho

No passado dia sete de Junho, no Seminário do Espírito Santo da cidade do Huambo, teve início a reunião dos Superiores Principais dos Distritos de Angola, com a presença do R.P.Bongo, indigitado para primeiro Superior Provincial da Província Espiritana de Angola e ainda do P.Jacinto Ngole, Vigário Episcopal de Dalatando e especialmente convidado para a mesma reunião.

O fim principal da mesma era o estudo da problemática estrutural concernente à criação da nova Província Angolana e outros problemas consequentes.

Como base de trabalho foi aceite o esquema apresentado pelo P. Bongo e há dias enviado aos participantes e onde se lia, citamos: " Apresento alguns apontamentos cuja finalidade é apresentar o meu modo de pensar, respeitando e acatando as ordens superiores e a experiência dos mais velhos. Estou certo de que é sobre o "Cor unum et anima una" que solidamente poderemos construir a "nova casa" não rejeitando nenhuma pedra.

Neste espírito, os trabalhos começaram pela invocação do Espírito Santo, seguida da leitura da passagem dos Actos dos Apóstolos 2, 41-43, tendo o R. P .Ribas frisado a propósito a necessidade de se trabalhar segundo o espírito dos primeiros cristãos expresso na passagem em epígrafe.

Tomou de seguida a palavra o R.P. Abreu , que orientou a reunião, começando por referir que em seu parecer,

esta deveria ser feita após a aceitação do indigitado Superior Provincial, embora não deixasse de ter sentido no momento, não só porque solicitada pelo mesmo como pelas circunstâncias de impasse na vinda de um membro do Conselho Geral, que deveria estar presente para ajudar na planificação da estruturação da Província Angolana, por todos desejada.

De imediato se entrou no ponto essencial motivante da reunião, a estrutura governativa da futura província. Depois da troca de ideias e opiniões, todos foram unânimes em reconhecer que para uma melhor resposta às exigências missionárias actuais e uma mais adequada linha de serviço à Igreja e aos confrades, a estrutura governativa devia obedecer à ideia de colegialidade. Assim teríamos:

1. Sede da Província no Huambo, com a presença do Superior Provincial, 1º assistente, Ecónomo Provincial e Secretário Provincial.

2. Seis zonas regionais: Cabinda, Luanda-Uige-Novo Redondo, Saurimo-Luso, Dalatnado-Malanje, Lubango-Menongue-Ndjiva e Benguela.

Este esquema e divisão ofereciam as vantagens:

1. Uma fácil comunicação e ligação com os bispos das várias dioceses de Angola.

2. Uma "cabeça" responsável em cada sector, no caso de isolamento territorial, sempre possível na situação presente.

3. Uma maior representatividade e a possibilidade de maior informação dentro do e ao Conselho Provincial.

Os superiores regionais de Luanda e Lubango, ou seja na sede dos antigos distritos, seriam os assistentes do Provincial e os representantes das outras regiões os conselheiros da Província.

Como é da máxima conveniência que o Superior Provincial tenha junto de si um assistente, pessoa da sua confiança, seria nomeado um terceiro assistente e que ficaria na sede do distrito.

Os Documentos Capitulares Inter-distritais de Angola permitem ao Provincial escolher entre os membros do seu distrito os seus dois assistentes, conforme se lê em DCIA 114-b. Solicita-se desde já ao Conselho Geral que o Superior Provincial, uma vez eleito, e empossado, possa em vez de dois

escolher três membros como seus assistentes.

Teríamos em consequência a Equipa Governativa constituída pelo Superior Provincial, três Assistentes, quatro conselheiros, o Ecónomo Provincial e o Secretário Provincial.

Segundo DCIA nº 113 e 114 o organismo central de governo seria constituído por dez pessoas:

- o Conselho executivo formado pelo Superior Provincial e seus três assistentes,

- o Conselho Plenário formado pelos anteriores mais os Conselheiros, Ecónomo e Secretário Distritais.

Estatuto Financeiro: Foi o segundo ponto tratado na reunião. Considerada a extensão territorial que a nova província abrangerá, consideradas as actuais contingências do momento em que se vive e viverá por largos tempos, considerada a insegurança verificada, considerado o bloqueio que a situação de guerrilha pode provocar, pareceu aos presentes que deveria estabelecer-se como medida, ao mesmo tempo de segurança e prevenção, o seguinte esquema:

1. Economato Geral da Província no Huambo.

2. Sub-economatos regionais, sob a supervisão do ecónomo provincial, em Luanda e Lubango

3. Em cada uma das outras zonas regionais e a cargo dos representantes das mesmas, os conselheiros da província estabelecer-se-ia um fundo de reserva para qualquer eventualidade de bloqueio.

Debateu-se em seguida a situação dos confrades em ordem à nova Província sob o ponto de vista "pessoal", perfilhando-se os postulados seguintes:

Pessoal. 1. Os confrades angolanos serão integrados na nova Província , que se torna sua província de origem, com total desligação da Província de Portugal ou qualquer outra.

2. Aos confrades não angolanos será dada a liberdade de opção.

-Aqueles que o pedirem expressamente, ficarão com o regime supra dos angolanos;

Aqueles que não o solicitarem, ficarão ligados à sua Província de origem, tal qual como até aqui aos Distritos, isto é, sem perderam a sua província de origem

-Quer para uns quer para outros, referidos no nº2, pede-se desde já às províncias de origem a recepção dos seus

originários, quando estes, por qualquer motivo se decidirem a deixar definitivamente Angola.

A nova Província continuará a ter necessidade de ser ajudada em pessoal pelas outras províncias da Congregação. Que a solidariedade tão fortemente acentuada no Capítulo Geral e reafirmada no Conselho Geral Ampliado, seja de verdade uma realidade.

Económico: A situação futura trará modificações no aspecto económico v.g. contribuição pessoal, previdência social, etc.

A menos que haja uma total reviravolta da situação política, dificultando a vida da Igreja em Angola, esperamos poder viver, embora com algumas restrições.

Também aqui contamos com a solidariedade fraternal das outras Províncias, como até ao presente têm feito.

Outros assuntos.. Passou-se finalmente aos outros pontos da agenda, falando-se da formação, noviciado, definição de tarefas, mas todos os presentes foram de parecer que seriam pontos a estudar mais profundamente após: a criação da Província e constituição da Equipa Governativa.

Os trabalhos terminaram dentro do maior entendimento e compreensão, na esperança de que o Senhor abençoará os esforços comuns e na certeza de que só com "um só coração e uma só alma" a nova Província e seus membros saberão trilhar o verdadeiro caminho do serviço da Igreja em Angola, no espírito sempre actual e lúcido dos ensinamentos do nosso Venerável Fundador.

Seminário do Espírito Santo, em Wambo, Junho de 1977

Assinado: P.António Abreu, Sup. Princ. Wambo, P.Abílio Ribas, Sp.Princ. Luanda, P.Serafim Lourenço, Sup.Princ. Lubango, P. Jacinto Ngole, Vi. Ep. Dalatanto, P.Bernardo Bongo. Sup.Prov. designado."

Em resposta a estas propostas, o Assistente geral P.Adélio Torres Neiva, transmitiu ao P. Bernardo Bongo a 18 de Junho de 1977 o parecer do Conselho Geral:

"Roma, 18 de Junho de 1977

Caro P.Bongo

Hoje mesmo, festa do Imaculado Coração de Maria, a que tantos acontecimentos da Congregação estão ligados, teve reunião o Conselho Geral para trocarmos impressões so-

bre a vossa carta e o relatório da Reunião do Huambo do passado 7 de Junho. Aqui vão as nossas impressões e o nosso parecer.

1. Encarrega-me o Conselho de manifestar a grande alegria e reconhecimento de toda a Congregação por teres aceitado o cargo de primeiro superior provincial de Angola. Agradecemos ao Coração I. de Maria esta graça e celebrá-la-emos em união com o Senhor da messe e os Apóstolos S. Pedro e S .Paulo, na nossa Eucaristia do próximo dia 29 deste mês...

2. O Conselho decidiu estabelecer como data da criação da Província o dia 29 de Junho, festa de S. Pedro e S. Paulo. A partir dessa mesma data começa o teu mandato como Provincial. Poderás tomar posse nesse dia ou noutro, conforme as tuas conveniências.

3. Congratulamo-nos também com o belo trabalho levado a cabo na reunião do Huambo e pelo bom espírito que aí reinou, conforme se depreende da leitura do relatório. Cremos realmente que foi dada a solução desejada aos principais problemas que de momento se impunham.

4. Sobre este documento, o nosso parecer é o seguinte:

a) Se bem que a maioria das decisões tomadas dependam directamente da vossa competência, é com gosto que concordamos com elas e as apoiamos. Lembramos, no entanto, que elas devem ter um carácter provisório, deixando ao Capítulo da Província, quando este for possível, o cuidado da definição da política e dos estatutos da mesma Província. Pelo que diz respeito à nossa colaboração, podeis contar com ela.

b) Assim, não temos nada a objectar que o Provincial tenha um terceiro assistente; as decisões do Capítulo Inter-Distrital estão naturalmente ultrapassadas pela nova situação.

c) As nossas reservas a fazer referem-se ao capítulo do pessoal (pag.2, nºs 1 e 2). No nosso entender:

- Deve ser dada a todos os confrades, inclusive aos angolanos, a possibilidade de escolher a nova província de origem. Naturalmente os naturais optarão por Angola, mas será bom que o façam livremente, uma vez que fizeram a Profissão Religiosa noutra Província

- Será enviado pela Secretariado-geral a todos os confrades, uma fórmula a preencher, em que cada um pessoal-

mente indicará a sua opção no referente à modalidade de pertença à nova Província. È esta a norma que temos seguido com outras províncias e cremos que talvez seja mais prudente.

- Quanto a uma futura possibilidade de mudança de província de origem por parte daqueles que agora se decidem por Angola, cada caso será regulado com o Conselho Geral. Este, de acordo com o próprio e as províncias interessadas, procurará dar a melhor solução. E é claro que esta solução incluirá o respeito pela pessoa de cada um e pela sua situação.

- Se, porém, houver incidências que desde já se possam prever, v.g.. a questão da previdência e outras medidas com encargos de qualquer espécie, estas desde já devem ser reguladas entre as província interessadas. Pensamos que será bom deixar as coisas tanto quanto possível claras, para que todos possam caminhar na boa harmonia e na paz.

E creio ser tudo o que a leitura do vosso documento nos sugeriu; se em alguma coisa a nossa leitura do documento não for a melhor, mandai dizer, que a nossa intenção e preocupação é de ajudar.

Insistimos também para que, se for possível, não deixes de vir ao encontro dos Espiritanoos Jovens em Espanha e d te vires encontrar com o Superior Geral e com os membros do Conselho que porventura estejam presentes, Neste momento, o Superior Geral está ausente, mas vou-lhe mandar fotocópia da tua carta e do relatório.

Como a data da criação da Província está próxima, tomo a, liberdade de enviar cópia desta carta aos outros superiores principais.

Com uma grande abraço, na fé e na amizade. P.Torres Neiva"

Tudo esclarecido, a 29 de Junho de 1977, era solenemente erecta em Angola a nova Província da Congregação

Acta da erecção canónica da Província de Angola da Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria.

"No dia 29 de Junho de 1977, solenidade dos Santos Pedro e Paulo, foi erecta canonicamente a Província Angolana da Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração

de Maria, em concelebração eucarística, efectuada às 11 horas no Seminário Menor da Congregação no Humabo. Presidiu o sr. Padre António Costa de Sousa Abreu, Superior Principal cessante do agora extinto Distrito religioso de Nova Lisboa e estavam presentes o primeiro Superior Provincial nomeado, P.Bernardo Bongo e em representação do sr. Arcebispo do Huambo, ausente em Luanda por serviço urgente da Conferência Episcopal o Rev. Vigário Geral da diocese, Padre Pedro Luís António. Não puderam estar presentes os Superiores Principais cessantes dos Distritos religiosos agora extintos, de Luanda e Sá da Bandeira.

Presentes também todos os professos espiritanos residentes na área do Huambo, os seminaristas espiritanos e diocesanos e algumas religiosas e pessoas amigas.

Na homilia, o sr. P Abreu apresentou o novo Superior Provincial e fez a leitura de uma carta do Conselho Geral da Congregação, assinada em nome de todos pelo P. Adélio Torres Neiva, na qual comunicava a decisão de erigir a Província Angolana da Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria, integrando nela os três Distritos Espiritanos até agora existentes em Angola. A mesma carta mencionava o dia 29 de Junho de 1977 como data da erecção canónica da Província e nomeava o P.Bernardo Bongo para o cargo de primeiro Superior Provincial.

Tomou a palavra em seguida o Superior Provincial nomeado, que evocou os grandes missionários espiritanos que foram pais da cristandade angolana. Exprimiu o seu desejo de comunhão com a Direcção Geral da Congregação e os pastores da Igreja de Angola e agradeceu o serviço em Angola das várias Províncias da Congregação em especial a Província Portuguesa. Estimulou ainda os jovens seminaristas à fidelidade e empenho na Congregação, cujo futuro deles dependia em boa parte. E comunicou que escolhera o próximo dia 10 de Julho de 1977 para a sua tomada de posse e entrada em funções como Superior Provincial da Congregação em Angola.

"Exprimiu o seu desejo de comunhão com a Direcção Geral da Congregação e os pastores da Igreja de Angola e agradeceu o serviço em Angola das várias Províncias da Congregação em especial a Província Portuguesa."

Foi tudo quanto se passou. E para constar foi redigida esta Acta , que lida perante todos, vai ser assinada pelo Superior Principal cessante do Distrito Espiritano de Nova Lisboa, P.António Costa de Sousa Abreu e pelo novo Superior Provincial nomeado, Padre Bernardo Bongo. Feita em tripli-

cado, será um exemplar enviado ao Conselho Geral da Congregação, outro à Secretaria da Província Portuguesa e o terceiro será arquivado na Secretaria da Província Espiritana de Angola. Humabo, 29 de Junho de 1977. Assinado P. António Costa de Sousa Abreu. P. Beranrdo Bongo"[16])

De facto, a 10 de Junho desse mesmo ano tomava posse o P.Bongo da nova Província. Diz assim a Acta desta tomada de posse:

"Acta da tomada de posse do Primeiro Superior Provincial da Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria em Angola.

No dia 10 de Julho de 1977, XV Domingo do Tempo Comum, em Concelebração Eucarística, realizada às 17 horas no Seminário Maior do Espírito Santo, sito na cidade do Huambo, tomou posse do cargo de primeiro Superior Provincial da Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria em Angola, o P.Bernardo Bongo, membro professo da mesma Congregação.

Presidiu à concelebração o sr. Arcebispo do Huambo D.Manuel Franklim da Costa e estavam presentes os Superiores Principais dos três Distritos religiosos da Congregação em Angola, agora integrados na nóvel Província, a saber: P.Abílio Rodas de Sousa Ribas, de Luanda, P. António Costa de Sousa Abreu, do Huambo e P. Serafim Lourenço, do Lubango. Presentes também os professoss da Congregação, residentes na zona do Huambo, o P. Henrique Verdijk, de Malanje os Escolásticos Maiores e Menores da Congregação, bastantes padres diocesanos, seminaristas diocesanos do Seminário Maior e Menor, religiosas e grupo números de cristãos.

A carta recebida do Conselho Geral da Congregação, comunicando a nomeação do Padre Bernardo Bongo como Superior da Província Espiritana em Angola, havia sido lida a quando da erecção canónica dessa Província, pelo que se omitiu essa leitura.

Após a homilia, o presidente da Concelebração perguntou ao nomeado Superior Provincial se aceitava o cargo para que fora escolhido e foi respondido afirmativamente. Em seguida, o novo Provincial recitou a fórmula da Profissão de Fé, prescrita pelo Cânone nº 1046 nº 9, à qual depois se associou todo o povo.

Tomando depois a palavra, o novo Superior Provincial saudou todos os presentes e afirmou a união entre a Província esoiritana de Angola com toda a Congregação e a sua Direcção Geral, bem como com os pastores e membros da Igreja em Angola.. Exprimiu também o desejo de fidelidade ao espírito Libermanniano e a intenção de que a nova Província Religiosa promova nesta Igreja em Angola o carisma missionário de que fazem profissão ods Espiritanos.

Foi tudo quanto se passou. Para que e conste foi elaborada esta Acta, que lida perante todos, vai ser assinada pelo novo Superior Provincial, pelos Sr. Arcebispo do Huambo e pelos Superiores Principais cessantes. Feita em triplicado, será uma cópia enviada ao Conselho Geral da Congregação, outra à Secretaria da Província Portuguesa, ficando a terceira guardada nos Arquivos da Província Espiritana de Angola. Huambo, 10 de Julho de 1977. Assinaturas: P.Bernardo Bongo, + Manuel Franklim da Costa, P.Abílio Ribas, P.António Costa de Sousa Abreu, P.Serafim Lourenço"[17]

A primeira reunião do Conselho Provincial, formado pelos Padres Bernardo Bongo, Abílio Ribas, Serafim Lourenço, Cornélio Cock, José da Rocha Ferreira, Jacinto Ngole, Ricardo Meira e António Costa de Sousa Abreu, ecónomo provincial e Manuel Gonçalves, secretário provincial, realizou-se a 29 de Dezembro de 1977.

"A nova Província ficou constituída por 4 confrades da província da França, 13 da Holanda, 1 da Espanha, 54 de Portugal, 1 da Bélgica, 1 da Irlanda, 1 da Inglaterra, 6 de Angola, que haviam professado em Portugal e 3 escolásticos professos angolanos."

A nova Província ficou constituída por 4 confrades da província da França, 13 da Holanda, 1 da Espanha, 54 de Portugal, 1 da Bélgica, 1 da Irlanda, 1 da Inglaterra, 6 de Angola, que haviam professado em Portugal e 3 escolásticos professos angolanos.

Fizeram opção pela Província de Angola, como sua província de origem, 11 confrades não angolanos.. Os confrades angolanos eram P. Bernardo Bongo, P.Sabino Livela, P.Jacinto Ngole, Ir. Pedro Quitumba, Ir. Benedito Roberto, Ir Augusto Chitué e os escolásticos professos António Catamgambo, Jerónimo Cahinga e Nicoalu Zacarias Rufino. Passaram a pertencer à província de Angola "por opção" confirmada pelo Conselho Geral: P. Manuel António Meira (Portugal), P. Jean Kirchner (França) P.Alfredo Mendes (Portugal), Ir. Tiago Francisco Oliveira (Portugal) P. Porfírio Duarte Lourenço (Portugal), P. Manuel Perfeito Martins Ferreira (Portugal) 9 P. Manuel

da Silva Barbosa Viana (Portugal), P.Ricardo Meira (Portugal), P. Bernard Duchêne (França) P.Bernard Ducrot (França) P. James Flynn (Inglaterra)

Nessa data, as obras confiadas à Congregação eram as seguintes: Procuradoria de Luanda, as missões dos Dembos, Lândana, Cabinda. Ndalatando, Soyo, Libolo-Calulo, Quibala, Cacuso, Kalandula, Malanje, com assistência às missões de Kiwaba-Nzogi (Brito Godins), Caculama, Bângalas,e Quela, Comunidade do Paço Episcopal de Malanje, Saurimo, Dundo, Minungo, Bailundo, Cuando, Vale do Queve, Procuradoria do Huambo, Chinguar, Comunidade do Paço Episcopal do Bié, Nazaré (Benguela) Paróquia do Pópulo (Benguela) , Paróquia de S,João (Lobito) Caconda, Cafima, Chicomba, Chiulo, Huila, Munhino, Sendi, Cubango[18]

De todos os Espiritanos que se empenharam na fundação desta Província«ia, merecem relevo especial os Padres António Abreu, Bernardo Bongo e José da Rocha Ferreira.

a vinda das irmãs de S. José de Cluny para Portugal há 125 anos

P. Adélio Torres Neiva

1. Antecedentes

A 1 de Agosto de 1875, de Lândana, escrevia o P. Charles Aubert Duparquet, missionário francês da Congregação do Espírito Santo, a seguinte carta à Superiora Geral das Imãs de S.José de Cluny:

"Lândana, 1 de Agosto de 1875

Querida e Venerável Madre

O Nosso Reverendíssimo Padre já lhe terá manifestado o desejo que os missionários do Congo têm de ter algumas das suas boas filhas como auxiliadoras na evangelização desta vasta Missão. Quanto mais caminhamos, mais sentimos a necessidade de uma Congregação de religiosas para nos ajudar, sobretudo no que diz respeito à educação das meninas.

Ainda ultimamente um inglês que abandonou este país deixou dois pequenos grupos, mas foi obrigado a levar com ele duas meninas que neste momento se encontram nas mãos dos protestantes do Gabão. O destino das outras meninas é ainda mais triste: todas elas, tanto brancas como negras, são educadas no paganismo. È para nós um dever imperioso de consciência impedir, tanto quanto de nós depende, a perda destas almas, e também procurar por todos os meios o concurso de uma Congregação religiosa.

Temos, cara Madre, o P. Carrie e eu, de preferência os olhos voltados para a sua pequena família religiosa, tanto por causa do espírito de simplicidade e de humildade, como pelo

seu amor para com as almas pobres e abandonadas, que a põe em perfeita harmonia com o espírito e o fim do nosso próprio instituto.

Também não podemos esquecer, minha cara Madre, que a vossa pequena obra nasceu à sombra e por assim dizer sob a protecção titular da nossa; que foi um dos padres mais distintos e mais amados do nosso Instituto que vos ajudou com o seu poderosos concurso nesta fundação; e se formos ainda mais longe não foi em Nossa Senhora du Gard que encontramos a vossa piedosa fundadora recebendo as bênçãos do nosso Venerável Padre que transmitiu à nova família religiosa? São estes, minha cara Madre, outros tantos títulos que nos fazem esperar de um lado e de outro, um entendimento, uma dedicação recíproca. Ficaríamos desolados se uma recusa da vossa parte nos obrigasse a bater a outra porta.

Para começar teríamos necessidade de 4 religiosas: 1º Uma Superiora capaz de se pôr em contacto fácil com os europeus e bastante instruída para ensinar a ler, a escrever e um pouco de matemática; 2º. Uma Irmã cozinheira. 3º Uma Irmã jardineira para supervisionar os trabalhos da agricultura das meninas e das mulheres. Uma destas últimas deveria além disso tomar a seu cuidado o galinheiro das Irmãs, pois aqui o galinheiro é indispensável para a alimentação, e uma pocilga; perdoe-me a humildade destes pormenores mas tudo isto é o lado prático da vida.

Por aqui, pode ver, Cara Madre, que não exigimos grandes capacidades científicas e literárias, mas unicamente uma vida de trabalho prático, numa palavra qualidades de uma boa administradora ou de uma boa dona de casa. Não queremos outra educação para as nossas meninas. No estado actual das coisas, é a única que lhes convém. Coragem, portanto, minha boa Madre, lance corajosamente mãos à obra, como a mulher forte da Bíblia, de quem está escrito: *manum suam misit ad fortia.* Ela lançou a mão a grandes coisas.

"Quem sabe se esta obra que vos propomos não terá uma grande influência sobre o futuro da vossa Congregação?"

Quem sabe se esta obra que vos propomos não terá uma grande influência sobre o futuro da vossa Congregação?

Escreva-me, portanto, querida Madre, logo que possa a vossa decisão definitiva, afim de que no caso de aceitardes, possamos com antecedência preparar e organizar um pouco as coisas.

Mas em todo o caso, contamos sempre com a ajuda das vossas orações e disso, estou seguro, que não recusareis.

È nesta esperança que vos peço de aceitar a homenagem de profundo respeito com que me subscrevo em N.S., minha Cara Reverenda Madre.

Vosso muito humilde e dedicado servo

Ch. Duparquet, Vice Pref. Apost. Do Congo".[1]

Desconhecemos a resposta da Madre Geral à carta do P. Duparquet, mas numa carta de 2 de Outubro de 1881, o P. Duparquet escreve ao Secretario Geral da Congregação do Espírito Santo P. Desiré Barillec, e diz-lhe o seguinte: "a respeito das Irmãs de S.José de Cluny , parece-me que não haverá nenhuma dificuldade séria em elas se estabelecerem em Portugal; há ainda muitas cidades onde não há religiosas e onde por conseguinte, elas se poderão estabelecer facilmente e criar todas as obras que quiserem. Nos arredores de Braga há três cidades que lhes poderiam convir: Guimarães, Viana do Castelo e Póvoa de Varzim. Guimarães só fica a 20 quilómetros de Braga convém-lhes perfeitamente e os padres de Braga tinham pouco mais ou menos feito a escolha desta localidade para as Irmãs; mas eis que M. Miel me veio dizer que as Irmãs da Caridade se vão estabelecer em Santa Quitéria, apenas a duas léguas de Guimarães; a casa já está comprada. È impossível que as Irmãs de S.José de Cluny se estabeleçam perto das Irmãs de S.Vicente de Paulo; as relações de amizade que existem entre nós e os Lazaristas permitem-nos sonhar numa tal medida: poderíamos dar a impressão de querer destruir a obra de Santa Quitéria. Restam, portanto, Viana do Castelo e Póvoa de Varzim. Viana está à beira mar, é uma bela cidade a duas horas de caminho de ferro de Braga. Não há aí nenhuma congregação religiosa, as Irmãs de S. José poderiam aí criar todas as obras que quisessem"[2].

E a 4 de Outubro de 1881, em carta dirigida ao Superior Geral P. Le Vavasseur, o P. Duparquet lembrava: "recebemos do Ministério da Marinha uma portaria, datada de 28 de Julho, como complemento dos decretos reais. Esta portaria traz a enumeração das obras que a missão católica pode

[1] *António Brásio. SMH. Angola II p. 335.*
[2] *Ibid. p. 682.*

estabelecer na Huila, incluindo as escolas para as crianças dos dois sexos, o que implica a introdução das Irmãs. Aí se diz que todos estes estabelecimentos serão criados de acordo com o bispo, com a aprovação do Governo. Toda a gente me pressiona para a vinda das Irmãs, sobretudo o sr. Pedroso. È preciso que as Irmãs de S. José se decidam uma vez por todas pela negativa ou pela afirmativa. Se elas não quiserem vir, encontraremos facilmente outras; as Irmãs de S, Vicente de Paulo virão com certeza e se nós não as trouxermos, o bispo do Congo as fará vir.

Mas Você compreende, Reverendíssimo Padre, que eu não posso ficar em Portugal para me ocupar do estabelecimento das Irmãs de S. José. Eu abro-lhes a porta do país, se elas quiserem vir, mas serão elas que devem instalar as suas obras. Elas podem começar de duas maneiras: ou enviar já duas ou três para Lisboa que o sr. Pedroso se encarregará de as alojar em famílias nobres, até que elas saibam a língua e possam instalar a sua própria obra, ou então, estabelecer-se já numa das cidades dos arredores de Braga, onde o P. Eigenmanm as poderia dirigir e ajudar. O seu futuro está garantido e posso prever quase com toda a certeza que elas serão admitidas nas colónias portuguesas Há um grande futuro para elas, se elas o souberem compreender. Mas que elas se decidam já se querem vir, não terão tão cedo uma ocasião tão propícia como esta"[3]

"na Huila é absolutamente indispensável que nos ocupemos da educação das meninas e para isso fazem-nos falta Irmãs."

E a 17 de Novembro de 1881, em carta do P.Duparquet ao P. Le Vavasseur, diz ele: "na Huila é absolutamente indispensável que nos ocupemos da educação das meninas e para isso fazem-nos falta Irmãs. As Irmãs de S. José podem estabelecer-se em Portugal, as portas estão abertas. É preciso que elas se decidam num sentido ou noutro. Se não querem aceitar que o digam, e nós procuraremos outra Congregação. O P. Eigenmann que já é superior das Irmãs do Coração de Maria, podia muito bem ajudá-las nesta fundação"[4].

Por sua vez, em carta de 12 de Setembro de 1882 o bispo de Angola e Congo escreve ao Núncio Apostólico de

[3] *Ibid. p. 686.*
[4] *Ibid. p.794.*

Lisboa: "na intenção de moralizar as desgraçadas para aqui enviadas, cuja vida é assaz miserável, requisitei dessa capital, como Presidente do Conselho Governativo, as Irmãs Hospitaleiras estabelecidas no convento das Trinas e as Irmãs de S, José de Cluny, tencionando recolhê-las em casa própria e prontificando-se o Governo da Província a subsidiá-las e a dar-lhes todo ao auxílio necessário. O novo Governador Ferreira do Amaral, ponderou-me as dificuldades que resultariam da realização do plano traçado para a regeneração moral das desgraçadas e optou por que as Irmãs requisitadas, se empregassem de preferência no hospital, assistindo os doentes, ministrando-lhes os medicamentos, etc. fazendo o seu domicílio e residência no edifício do hospital, cujas dimensões são suficientemente vastas para as referidas Irmãs ali encontrarem conveniente abrigo. Mostrou o aludido Governador-geral alguma repugnância em aceitar as Irmãs francesas ou doutra nacionalidade que não seja a nossa, prevendo inconvenientes políticos na sua admissão. Eu, porém, rejeitando esses receios, rogo a V.Ex-ª Rev.ma que intervenha com o Ministro da Marinha para que venham tanto as Irmãs Hospitaleiras como as de S. José de Cluny, porque se estas não forem aceites nesta cidade, enviá-las-ei para a missão a Huila ou para outros postos, onde se estabeleçam missões, afim de auxiliar os missionários, o que é de grande conveniência e vantagem"[5].

Sabemos por uma carta do dr. Fernando Pedroso ao P. Duparquet de 18 de Setembro de 1881 que este senhor se interessava fortemente pela vinda das Irmãs para Portugal. Diz essa carta: "para as Irmãs, será que devemos esperar a fundação da sua casa em Portugal e depois o seu funcionamento para o tempo necessário afim de nos dar Irmãs? Isso seria muito longo e a necessidade é imediata. Suponhamos que possam ser empregadas nas novas estações civilizadoras, como professoras e ao mesmo tempo encarregadas de uma enfermaria, uma farmácia, um dispensário (qualquer espécie de auxílio seria bom para os indígenas); aí está uma obra de uma importância capital. As Irmãs iriam para aí como professoras a expensas do Governo, sem as reconhecer como Irmãs e chegadas ao seu destino, elas retomariam os seus hábitos religiosos e estou certo que mesmo os indiferentes a

[5] *Ibid. III, p. 62.*

uma tal distância da civilização, seriam honrados por encontrar a dedicação religiosa nas suas doenças e natural isolamento. A Congregação que empreendesse esta obra excelente obteria os direitos de cidadania na cidade liberal do país. Depois, poder-se-ia contemporaneamente ou pouco depois, abrir uma casa de formação escolar e de enfermagem colonial. Isto seria agir abertamente e portanto sem ferir as leis liberais. Por causa do bem que se faria de uma maneira indiscutível, ser-se-ia levado a fazer, a deixar passar, com resultados bem diferentes dos que se obtiveram por esta fórmula na economia política.

Pense nisto, com certeza que já pensa nisso mas se não puder chegar a nada de imediato e positivo, por causa do pouco tempo que tem, peça ao R.Padre Geral para ele mesmo tomar em mão este assunto" (AGDCSJCluny)

2. A Conregação decide uma fundação em Angola

A resposta da Superiora Geral das Irmãs de S.José de Cluny Madre Maria de Jesus Bajard ao P.Duparquet veio a 4 de Dezembro de 1882. Escrevia ela ao P. Duarquet, dando-lhe conta do envio de algumas Irmãs para Lândana, em resposta ao pedido que le lhe fizera.

"Paris, 4 de Dezembro de 1882

Estou contente por as circunstâncias terem permitido que possamos prestar o nosso humilde concurso, na missão do Congo, de que Você está encarregado. A terra de África, é-nos a este respeito, duplamente cara, em memória da nossa veneranda fundadora que tanto a amou e que tinha um grande zelo pela salvação dos negros por quem ela teria dado de bom grado a vida para a procurar.

"A terra de África, é-nos a este respeito, duplamente cara, em memória da nossa veneranda fundadora que tanto a amou e que tinha um grande zelo pela salvação dos negros por quem ela teria dado de bom grado a vida para a procurar."

È, portanto, uma felicidade, para nós, podermos estender-nos às missões africanas para continuar, ainda que imperfeitamente, o que ela teria desejado fazer por ela mesma. Assim, logo que o Reverendo Padre Geral me comunicou o seu pedido, meu Reverendo Padre, eu não pude senão aceitá-lo, mesmo que para isso tenha sido necessário negligenciar um pouco outras necessidades.

Como deseja, meu Reverendo Padre, as nossas queridas filhas tomarão o barco de 5 do corrente, afim de chegar

a Dakar para a partida do transporte a Soudre que as deve conduzir ao Gabão, onde aproveitarão a primeira oportunidade para Lândana. De resto elas fazem a viagem com um dos vossos Padres que, segundo creio, vai para junto de si e que fará o favor de ser o guia para este trajecto.

A Superiora, Irmã Emiliana e a sua Assistente, Irmã Santo André, passaram já um certo tempo em terra de missão, uma no Haiti e a outra na Guiana. Elas já estão portanto aclimatadas e têm uma experiência que lhes será muito útil. A Irmã Santo André, em particular corresponderá bem, penso eu, às suas intenções para guiar e supervisionar as crianças nos trabalhos de cultura. De resto, meu padre, elas estarão disponíveis para tudo o que for útil e necessário para o bem da missão. As duas outras Irmãs, mais jovens, têm também uma grande boa vontade e é de esperar que elas se aclimatem sem dificuldade e que serão bem sucedidas nos trabalhos que lhe forem confiados, tanto na instrução como no trabalho das crianças.

Desejo, meu Reverendo Padre, e peço a Nosso Senhor que as nossas quatro irmãs vos dêem consolação e vos prestem os serviços que espera. Creio poder assegurar que elas se dedicarão de alma e coração, com uma submissão e uma dedicação muito filial. Sei também que elas receberão da sua parte o acolhimento mais paternal e não duvido que sob a sua direcção, com os cuidados e os auxílios espirituais que vós lhes puderdes dar, elas progredirão sempre nas virtudes da sua santa vocação, na vida de perfeição e de santidade, afim de que o seu trabalho seja mais útil para o bem das almas.

No que se refere às condições temporais, o Reverendíssimo Padre Geral deve ter-se entendido consigo, meu Reverendo Padre. Mas como ele está em Roma neste momento, esperarei o seu regresso para lhe voltar a falar a esse respeito e ver como as coisas ficam. As Irmãs levam os objectos para a capela, a cozinha e o refeitório, como o senhor tinha indicado.

Queira, meu Reverendo Padre, receber desde já a expressão do meu reconhecimento por tudo o que Você e os bons Padres têm feito pelas nossas queridas filhas, e aceitar a certeza do meu profundo respeito.

Permita-me também reclamar da sua parte uma piedosa recordação junto de Nosso Senhor.

Ir. Marie de Jesus, Sup.ª Geral.[6]

Na circular que escreveu para toda a Congregação a 1 de Junho de 1883, a Madre Geral anunciava oficialmente a aceitação de uma fundação em Lisboa. Diz essa circular: "um outro acontecimento importante, talvez, é o da fundação de Lisboa. Ela começou em Outubro de 1881 e foi manejado pela dedicação e solicitude dos nossos bons Reverendos Padres. Parece que a Providência nos abre uma nova via neste país, até aqui quase inacessível às Ordens Religiosas; e isto, num momento em que podíamos temer pela perda de um grande número dos nossos estabelecimentos nas colónias francesas. O Governo Português parece que nos aceita de bom grado para nos empregar nos territórios da costa ocidental da África. Com esse fim, ele pôs à nossa disposição um antigo convento de Carmelitas que lhe pertence e no qual se encontram ainda duas antigas religiosas desta Ordem. Aí, com a ajuda do elemento francês, devem ser formadas as religiosas portuguesas que serão mais particularmente indicadas, por causa da língua para as missões de Angola e de Benguela. A Madre Maria da Natividade (Gilet), que está encarregada de lançar os fundamentos desta nova obra, dedica-se a isso com grande zelo. Mas as coisas em Portugal não se improvisam. Tudo caminha com uma lentidão excessiva e é preciso muita paciência, prudência, habilidade e abnegação. Esta empresa está nas mãos de Deus que a levará a bom termo, se ela for da sua vontade" E a circular continua dizendo que "foi ainda para seguir o exemplo da Nossa Veneranda Madre Fundadora e para sermos fileis à missão que ela tinha recebido de Deus, que aceitamos a proposta de nos estabelecermos em Lândana, no Congo, onde os R.P. do Espírito Santo e do Coração de Maria fundam estabelecimentos que serão o gérmen de salvação para estes pobres que jazem ainda na sombra da morte. Trata-se para nós de enviar almas dedicadas à salvação dos pobres negros, que lhes mostrarão como o fizeram as nossas antigas Irmãs, em Mana, sob a inspiração da nossa Venerável Madre, cultivar a terra e servirão de auxiliares aos Padres,

"O Governo Português parece que nos aceita de bom grado para nos empregar nos territórios da costa ocidental da África."

[6] *Arquivo da Missão de Lândana.*

para as fazer sair da sua grande ignorância religiosa e da sua grosseria"[7].

O fim desta fundação era, como o Boletim da Comunidade o confirma, formar religiosas destinadas particularmente às missões portuguesas da costa ocidental da África. Após um tempo de postulantado em Carnide, as postulantes seriam enviadas para a França onde receberiam o hábito religioso e fariam o seu noviciado.

"O fim desta fundação era, como o Boletim da Comunidade o confirma, formar religiosas destinadas particularmente às missões portuguesas da costa ocidental da África."

Efectivamente o P.Carrie, da missão de Lândana, que viria ser ordenado bispo do Congo Inferior em Roma em Outubro de 1886, pelo papa Leão XIII, em 1883, regressando de uma audiência com o papa a quem acabava de dar conta da sua missão nessas terras, no seu regresso a Lândana levava consigo seis padres espiritanos e quatro Irmãs de S. José de Cluny. Chegaram a Lândana a 20 de Janeiro de 1883. Eram as Irmãs Emiliana Duval, Irmã Santo André Marty, Irmã Conrad Lorié e Irmã Heremberte Cosson, ás quais se juntariam cinco anos mais tarde a Irmã S.Front Koffel e a Irmã Gervásia Miguel. Foram as primeiras europeias a pisar terras congolesas. De notar, que nesta altura, Lândana não era considerada ainda território português, mas francês.

3. A proposta do Governo Português

Esta comunicação oficial leva-nos a procurar os passos dados e os contactos anteriormente havidos para se chegar a esta solução. Foi em 1881 que o Governo Português pediu Irmãs de S. Jose de Cluny para as missões do Ultramar, onde os Padres do Espírito Santo já trabalhavam. A démarche foi feita pessoalmente em Paris, junto da Madre Geral pela Marquesa de Monfalim e de Terena e pelo Dr. Fernando Pedroso, presidente da Comissão da Associação Auxiliar das Missões Ultramarinas.

"Foi em 1881 que o Governo Português pediu Irmãs de S. Jose de Cluny para as missões do Ultramar, onde os Padres do Espírito Santo já trabalhavam."

Em resposta a este pedido e sabendo do interesse do P. Duparquet pela presença das Irmãs em Lândana, pois que este já lhe tinha escrito neste sentido, a Madre Geral enviou a Portugal, para lançar a obra uma pessoa francesa tão distinta pelo seu nascimento como pela sua virtude, a Madre Maria da Natividade Gilet, á qual ela juntaria mais duas re-

[7] *Arquigo Geral da Congregação de S. José de Cluny – Paris.*

ligiosas: a Irmã Maria Teresa dos Santos Anjos White e a Irmã Antonieta Maria Georg. A Irmã Maria da Natividade Gilet, acabava de fundar uma comunidade para crianças doentes em Civitâ Vecchia, na Itália. Chamada pela Casa Mãe para o Secretariado da Administração Geral da Congregação, foi nomeada para a primeira fundação de Portugal. Estas três Irmãs formaram a primeira comunidade portuguesa. Chegaram a Lisboa em Outubro de 1881 e ficaram hospedadas durante algum tempo na Casa das Irmãs de S.Vicente de Paulo em Lisboa e depois na Casa das Irmãs Dominicanas em Benfica, esperando casa própria.

O Governo Português pôs à sua disposição um antigo convento de Carmelitas, o convento de Santa Teresa, situado em Carnide, na Rua hoje conhecida por Rua das Carmelitas. Este convento tinha sido fundado em 1642 pela Madre Micaela Margarida de Santa Ana, professa das Albertas, filha do imperador Matias e sobrinha do Cardeal Arquiduque Alberto. O convento foi fundado numa bela quinta em Carnide, doada por Luís Gomes da Mata, Correio-Mor. D. João IV deu-lhe a sua aprovação e D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, deu-lhe licença em 22 de Março de 1642. No dia 30 de Março de 1642 saía do convento de Santo Alberto de Lisboa, a madre Micaela, com patente de Prelada, acompanhada de um grupo de religiosas. Na pedra fundamental da nova fábrica podia ler-se: "o Duque de Aveiro, D.Raimundo de Lencastre, botou a primeira pedra deste convento a 2 de Junho de 1646". A 25 de Março de 1560 entrou nos seus claustros Sua Alteza D. Maria, filha de D. João IV, para ser instruída e entregue aos cuidados da Madre Micaela, Prioresa do Convento e tia da régia educanda.

Foi a piedosa D.Maria que, anos mais tarde, ajustou com a comunidade as condições do padroado do convento, dando início às obras da nova igreja a 15 de Outubro de 1662, segundo uma inscrição que se lê na fachada: "Maria Joannis Lusitaniae Regis Filia hoc opus construxit anno Domini MDCLXII". O edifício conventual foi em parte reedificado depois do terramoto de 1755. Sob a grade coral do presbitério foi sepultada, cinco anos depois da sua morte, a Madre Micaela, fundadora do convento. Os grandes quadros a óleo que ornamentam as paredes são de Inácio de Oliveira

Bernardes e José da Costa Negreiros, da escola de André Gonçalves.

Este convento era dos mais exemplares em Espanha e Portugal. Daqui partiram as Irmãs para fundar o convento do Sagrado Coração de Jesus, na Estrela.

Em cumprimento da lei decretada por Joaquim António de Aguiar, em 1834, a Fazenda Pública tomou posse do edifício conventual logo que faleceu a última carmelita professa, a Irmã Matilde Maria de S. José, em 20 de Outubro de 1891.[8]

Entretanto, ali ficaram ainda, algumas religiosas desta Ordem que a lei permitia manter até à sua morte e algumas "pupilas", vindas do convento da Estrela em 20 de Outubro de 1885, depois de extinto o seu convento. Estas pupilas eram protegidas por certas notabilidades eclesiásticas e civis, que viram com maus olhos a introdução de elementos estrangeiros, as Irmãs de S. José, na casa. Daí perseguições, calúnias, vexames de toda a espécie, representações ao Governo para que expulsasse do convento as Irmãs missionárias, que ali viviam num grande desconforto, que tocava as raias da miséria e em grande sofrimento moral causado por tão penosas condições. Durante essa longa provação, elas recorreram à força poderosa da oração, deixando a Deus o futuro da obra criada para ao seu serviço. Após anos de paciência por um lado e de luta enérgica pelos seus direitos por outro, triunfou a verdade e a justiça.

4. A Associação Auxiliar das Missões do Ultramar

Em Agosto de 1882 era fundada a Associação Auxiliar das Missões do Ultramar e os seus Estatutos foram aprovados pelas cartas patentes do Governo Civil a 6 de Abril de 1889. Ligada a esta Associação foi também fundada a Sociedade das Senhoras Auxiliares das Missões do Ultramar cujos estatutos passamos a expor:

"Artigo 1º. A Associação Auxiliar das Missões do Ultramar, cujos estatutos foram aprovados pela patente do Governo Civil, a 6 de Outubro de 1889, de acordo com a Madre

[8] *P. David de Jesus. A reforma Teresiana em Portugal p. 118.121.*

Prioresa do Convento de Carnide, autorizada por decreto de Agosto de 1882, expedida pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos da Justiça e com a benévola aprovação d Sua Excelência o Senhor Governador do Patriarcado, tendo já estabelecido no convento uma escola normal superior para a formação de professoras, catequistas e enfermeiras coloniais, que deve ser completada com outros preparatórios indispensáveis que tornem capazes e dêem educação às aspirantes, esta escola superior formulou estes estatutos que devem servir para regulamentar e governar o Instituto.

Artigo 2º. A sobredita escola superior de Carnide tem sob a sua dependência todas as escolas preparatórias e fazem um todo com elas, com o nome de Sociedade de Senhoras Auxiliares da Missão do Ultramar.

Como o seu pessoal é todo do sexo feminino, as pessoas que nela entram são chamadas de um modo geral de Irmãs das Missões do Ultramar

Artigo 3º Como a Associação Auxiliar da Sociedade das Irmãs das Missões do Ultramar toma por seus protectores particulares: Nossa Senhora da Conceição, S. José, patrono da Igreja universal. E a escola superior toma também por protectora Santa Teresa de Jesus, porque o convento de Santa Teresa é o primeiro estabelecimento desta Sociedade.

A Sociedade compreende também, além das Escola Superiores, as escolas preparatórias e os estabelecimentos do Ultramar fundados com a autorização das autoridades eclesiásticas e civis.

"a natureza da Sociedade é essencialmente caritativa e tem por finalidade os serviços da missão do Ultramar"

Artigo 4º, a natureza da Sociedade é essencialmente caritativa e tem por finalidade os serviços da missão do Ultramar, que são compatíveis com o sexo feminino, como a instrução da s crianças, o cuidado dos doentes, etc.

Também o serviço das Irmãs é pessoalmente gratuito, mas elas têm direito a um tratamento anual fixo, em relação coma as suas necessidades; elas têm igualmente direito aos cuidados necessários em caso de doença e de enfermidade.

Quando houver necessidade, a Sociedade poderá admitir auxiliares estornas assalariadas, mas sujeitas aos regulamentos superiores

Capítulo II

Das Irmãs: entrada e condições

Artigo 1º. O pessoal da Sociedade compõe-se daquele que existe actualmente na Escola Superior de Carnide e o que lhe será ajuntado segundo as necessidades das Missões. Regra geral, o pessoal das Missões deve sair da Escola Superior ou de outras semelhantes cuja formação seja reclamada pelas necessidades da Missão.

A Escola Superior de Carnide poderá servir de preparatória enquanto não existir outra.

Artigo 2º- As aspirantes para ser Irmãs deverão entrar nas escolas preparatórias dos 12 aos 20 anos, para fazerem estudos e se habituarem à disciplina.

Elas não serão declaradas Irmãs antes dos 18 anos completos. À sua entrada elas deverão apresentar a autorização de seus pais ou tutores e assinar uma declaração, num livro especial, da apresentação destes documentos.

Artigo 2º - A aspirante que tendo feito seis meses de prova, declara que o género de vida não lhe convém, ou que não se lhe reconhecem as aptidões queridas, será despedida.

Depois deste termo, aquelas que quiserem sair poderão fazê-lo, mas indemnizando o instituto das despesas da sua educação, segundo o tempo que elas tiverem passado na casa.

A aspirante admitida a ser Irmã não poderá sair, senão depois da expiração do tempo pelo qual se comprometeu.

Capítulo III

Das Escolas da Sociedade

Artigo 1º - Estas escolas serão escolas superiores e escolas preparatórias. Poderá haver aí outras camadas apostólicas ou de infâncias.

Nas escolas superiores dar-se-á a disciplina moral, religiosa, intelectual e especial para o serviço das Missões.

As aspirantes podem ser aí admitidas com a idade de 15 anos.

Nas escolas preparatórias, os alunos são educados na piedade e nas disciplinas que são a base de uma boa educação, segundo as condições das alunas e do fim da Sociedade.

Pode-se ser aí admitido com a idade de 12 anos.

Nas escolas apostólicas são admitidas as crianças pobres, desde os 7 anos, para serem educadas cristãmente e prepararam-se para a experiência da vida de sacrifício e das Missões.

A educação nas escolas preparatórias e apostólicas tem por fim dispor as alunas a entrar na Sociedade, sem fazer disso uma condição obrigatória.

Estas diferentes escolas poderão admitir pensionistas pagantes, tanto em comum como em secções separadas.

Artigo 2º - Os seus programas de estudos serão conformes aos autorizados pelo Ministério da Marinha, por meio da repartição, comissão ou conselho que tratar da questão colonial.

Capitulo IV

Do pessoal dirigente e educador

Artigo 1º - A Sociedade terá uma direcção superior chamada Direcção das Irmãs da Missão, composta por uma Superiora Principal e duas assistentes; poder-se-á aumentar o número destas últimas segundo a necessidade.

Esta Direcção será encarregada de todos os assuntos da Sociedade, das suas relações com os Prelados, o Ministro do Ultramar e com a Associação auxiliar das Missão do Ultramar.

Ela formula o regulamento interior de todas as escolas, as acomodações da parte respectiva, dos pagamentos dos estudos dados pelo Ministério do Ultramar e de acordo com a Direcção especial de cada escola.

Ela tem a superintendência na distribuição dos rendimentos da Sociedade e do seu governo económico e vela pela sua gerência particular.

Ela fornece à Direcção da Associação Auxiliar todos os esclarecimentos e documentos para as contas que esta deve dar de todos os rendimentos e despesas da Sociedade.

A Direcção da Sociedade é nomeada pela Associação Auxiliar e renova-se por ela.

Artigo 2º - A Escola Superior de Carnide e outras do mesmo género que seja conveniente organizar, assim como as preparatórias e apostólicas, terão o pessoal que os regulamentos determinam.

Regra geral, a Superiora Principal da Sociedade será também Superiora particular da Escola Superior de Carnide ou daquela que no futuro poderá ser substituída.

Artigo 3º - Logo que haja mais de uma escola organizada , as Irmãs reunir-se-ão todos os cinco anos em assembleia geral, para se consultarem sobre o estado em que se e en-

contra a Sociedade e as suas obras e as medidas a tomar para os melhoramentos que sejam necessários aportar.

A Direcção da Sociedade é encarregada da execução destas medidas no tempo oportuno.

Um regulamento especial determinará tudo o que se refere à assembleia-geral, segundo a prescrição dos Estatutos.

A Direcção da Sociedade pedirá a aprovação dos Prelados das respectivas dioceses, para as medidas importantes da sua gerência, nas escolas da sua circunscrição diocesana.

Capitulo V°

Disposições gerais.

Artigo 1° - Sendo de utilidade comum e conveniente para a boa disciplina e economia, um hábito uniforme, as escolas apostólicas e preparatórias terão um particular, prescrito para o coro, para as circunstâncias locais e determinadas pela Direcção da Sociedade.

As Irmãs usarão um hábito azul, coifa branca e manto negro.

Artigo 2° - A Sociedade poderá receber esmolas, legados ou heranças, segundo as leis do país.

Estes benefícios poderão ser feitos à sociedade em geral ou a algum dos seus estabelecimentos em particular, sem ou com condições.

As suas condições para serem aceites têm necessidade da aprovação da Direcção da Sociedade e da Direcção da Associação auxiliar com aprovação do Prelado local.

Artigo 3° - Em caso de dissolução, os bens da Sociedade passam par a Associação Auxiliar e em caso de substituição desta, à administração superior das Missões do Ultramar.

Capitulo VI

Estes Estatutos devem ser reformados segundo ensino da experiência, o estudo dos seus defeitos e as omissões que possam existir. A Direcção da Sociedade está encarregada de estar atenta a isso.

O projecto de reforma será apresentado em assembleia-geral e enviado à Direcção da Associação Auxiliar para que, depois de o ter aprovado ela mesma, possa obter a aprovação das autoridades eclesiásticas e civis", (Arquivo Geral das Irmãs de S. José de Cluny).

Entretanto, a Comissão Auxiliar das Missões Ultramarinas, presidida pelo Dr. Fernando Pedroso, pediu ao Governo a concessão do referido convento para nele instalar exclusivamente as Irmãs. Por decreto de 21 de Abril de 1892, o decreto determinava: "sendo-me presente o requerimento em que a Associação Auxiliar das Missões Ultramarinas pede lhe seja concedido o edifício, igreja, cerca e quinta do suprimido convento de Santa Teresa, em Carnide, a fim de ali continuar o instituto de educação e habilitação de Irmãs que vão servir nas diversas missões ultramarinas.

Atendendo a que este instituto já se acha instalado em parte no mesmo convento, desde o ano de 1882 e conformando-me com as informações obtidas sobre este assunto,

Hei por bem, nos termos dos art. 11º da carta de lei de 4 de Abril de 1881, conceder à mencionada associação auxiliar das missões ultramarinas, para continuação do Instituto de educação e habilitação de Irmãs que hão-de servir nas missões, o edifício, igreja, cerca e quinta do suprimido convento de Santa Teresa, em Carnide, que lhe será entregue, com excepção da parte do convento actualmente habitada pelas pupilas do mesmo suprimido convento, da qual somente poderá tomar posse por falecimento delas, às quais fica também reservada a parte da água da quinta, necessária para seus gastos e o uso da igreja, claustro, cerca e quinta em comum com o referido instituto, que perderá esta concessão logo que não sejam respeitadas todas as mencionadas reservas.

O que tudo é concedido provisoriamente, com a cláusula de ser sujeito à aprovação das côrtes e de reversão para o Estado, sem indemnização alguma, no caso de não ter a mencionada aplicação.

O ministro e secretário de Estado dos Negócios da fazenda assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, 21 de Abril de 1892. Joaquim Pedro de Oliveira Martins".

Por decreto de 31 de Janeiro de 1893, o decreto anterior era revogado e todo o edifício era posto à disposição das Irmãs.

"Sendo-me presente o requerimento em que a Associação Auxiliar das Missões Ultramarinas mostra a conveniência e necessidade de serem alteradas ou reguladas as dis-

posições do decreto de 21 de Abril de 1892, que lhe concedeu para uso do instituto de educação e habilitação de Irmãs, que hão-de servir nas missões de Africa, o edifício, igreja, cerca, quinta do suprimido convento de Santa Teresa, em Carnide, com certas reservas em favor das pupilas do mesmo convento, sem o que não pode estabelecer em condições mais amplas e dar o precioso desenvolvimento àquele instituto, como o reclamam instantemente os pedidos das Irmãs para as ditas missões e

Conformando-me com as informações havidas a tal respeito,

Hei por bem revogar o referido decreto e nos termos dos «art.º 11 da carta de lei de 4 de Abril de 1861, conceder provisoriamente à referida associação para o dito fim, todo o edifício, dependências, igreja, cerca, quinta, alfaias e bens mobiliários do sobredito convento de Santa Teresa, em Carnide, sob as cláusulas da aprovação das côrtes, reversão para o Estado, sem indemnização alguma em caso de não ter a mencionada aplicação, nos termos e com as reservas em favor das aludidas pupilas, constantes das instruções que do presente decreto fazem parte e baixam assinadas pelo presidente do conselho de ministros e ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, que assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 1 de Janeiro de 1893. Rei. *José Dias Ferreira*

Alguns meses depois, a 8 de Maio de 1893, um outro decreto acresentava novas precisões, salvaguardando os interesses das pupilas que ainda ali moravam: "sendo-me presente as representações acerca da execução do decreto de 31 de Janeiro de 1893, sobre o uso e aplicação do suprimido convento de Santa Teresa, em Carnide, que me foram dirigidas pelos habitantes daquela povoação; e

Conformando-me com as informações havidas a tal respeito,

Hei por bem revogar o referido decreto de 31 de Janeiro de 1893, bem como as instruções que dele fazem parte e nos termos do artigo 11º da carta de lei de 4 de Abril de 1861, conceder provisoriamente à Associação Auxiliar das Missões Ultramarinas para uso do instituto de habilitação e educação de Irmãs que hão-de servir nas missões da África, o edifício, igreja, cerca e quinta do aludido convento que lhe será entregue, com excepção porém da parte do mesmo convento e suas dependências que em harmonia com as bases

anexas a este decreto, que dele fazem parte e baixam assignadas pelo ministro e secretario de Estado dos Negócios da Fazenda, fica expressamente reservada para as pupilas existentes no suprimido convento de Santa Teresa, em Carnide, e da qual a associação auxiliar da missão ultramarina somente poderá tomar parte pelo falecimento da última delas.

O que tudo é concedido provisoriamente com a cláusula da aprovação das côrtes e de reversão para o Estado sem indemnização alguma no caso de não ter a mencionada aplicação nos termos das reservas e instruções que do presente decerto fazem parte e baixam assignadas pelo ministro e secretário de estado dos negócios da fazenda que assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 8 de Maio de 1893. REI *Augusto Fuschini*

5. Desenvolvimento da congregação em Portugal

A Madre Prioresa das Carmelitas, a Reverenda madre Matilde de S. José, última sobrevivente do extinto convento, apagou-se docemente a 31 de Julho de 1891, depois de mais de sessenta anos de vida religiosa. Uma nota encontrada nos arquivos desta casa mostra os laços de caridade que uniam as duas famílias religiosas abrigadas debaixo do mesmo tecto, a de Santa Teresa e as de S. José. Diz esta nota: "esta boa Madre acolheu-nos maternalmente no seu convento e amava-nos como às suas próprias filhas. Alguns dias antes da sua morte chamou uma das nossas Irmãs e disse-lhe: morro contente pois deixo o meu convento em boas mãos".

"A 1 de Julho de 1890 a Rainha D. Amélia dignou-se honrar com a sua visita a jovem fundação e aceitou o título de Protectora das obras de S. José de Cluny em Portugal."

Pelos fins de Maio de 1885, as primeiras postulantes em número de três, partiram para a França afim de serem admitidas à Tomada de Hábito em Thiais a 6 de Outubro. Infelizmente uma delas, a Irmã Rosenda Naval, de origem angolana, veio a falecer, tendo ainda sido admitida aos Votos Religiosos.

Outras aspirantes à Vida Religiosa foram aparecendo, de tal maneira que em 1886 eram já dez as postulantes enviadas para a França. A 16 de Março de 1889 teve lugar em Carnide a Primeira Tomada de Hábito, presidida pelo P. Eigenmann.

A 1 de Julho de 1890 a Rainha D. Amélia dignou-se honrar com a sua visita a jovem fundação e aceitou o título de Protectora das obras de S. José de Cluny em Portugal.

A 23 de Janeiro de 1894 a cedência do convento era confirmada: "aos 23 do mês de Janeiro do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e quatro, no edifício do antigo convento suprimido de Santa Teresa, de Carnide, eu, João da Cruz Serafim Pereira Mello, primeiro aspirante da Repartição de Finanças do distrito de Lisboa, vim com o digníssimo Administrador do terceiro Bairro de Lisboa, o Sr. Doutor Manuel Fernandes Coelho, para cumprir o ofício número oito centos e trinta, dirigido a este senhor pelo Sr. Conselheiro Delegado do Tesouro, Henrique Francisco Bizarro, datado de onze do mês de Dezembro último, dar posse provisória às Irmãs que devem ir para as missões de Africa, do edifício, igreja, jardim do dito convento, à excepção da parte do mesmo e suas dependências que ficam expressamente reservadas para as pupilas que aí habitam, e que segundo os artigos anexos ao Decreto de oito de Maio de mil oitocentos e noventa e três, consistem nas seguintes divisões: a parte do andar superior não habitado pelas pupilas Carmelitas, conformemente ao primeiro artigo do dito Decreto; todo o andar superior até aos limites feitos no ângulo do claustro do lado norte e ao sul da escadaria principal que une os dois andares, segundo o segundo dos artigos já nomeados; a parte principal e todos os edifícios existentes ao norte do mesmo convento segundo o quarto artigo; o jardim interior e o jardim exterior com a condição expressa no quinto artigo.

Estando presente a Senhora Superiora das Irmãs da Missão, Madre Maria José do Sagrado Coração de Jesus, na qualidade de representante da Associação, eu lhe li o dito Decreto de oito de Maio de mil, oitocentos e noventa e três e os artigos anexos, pelo qual ela tomou conhecimento e se conformou, tomando posse da parte do edifício do dito convento destinado à Associação que ela dirige em Portugal e ela assinará esta acta, depois de lida, assim com o Administrador do terceiro bairro de Lisboa, Manuel Fernandes Coelho eu, João da Cruz Serafim Pereira Mello, que escrevi esta acta.

No convento suprimido de Santa Teresa, de Carnide, aos vinte e três do mês de Janeiro de mil oitocentos e noventa e quatro"[9]

[9] *AGCSJCluny Paris.*

A 26 de Fevereiro de 1903 o Governo autoriza a Associação Auxiliar da Missão Ultramarina a adquirir o edifício do extinto convento de Santa Teresa de Carnide, para a instalação de um instituto missionário e a 14 de Maio autorizava-a a contrair um empréstimo para a compra do extinto convento de Carnide.e suas dependências. A compra foi feita ao marquês de Penafiel, seu legítimo possuidor, deixando alojamento gratuito e separado, numa parte espaçosa do estabelecimento, para as quatro ou cinco pupilas ainda existentes. A aquisição desta casa foi principalmente devida aos esforços da Marquesa de Rio Maior, que fora eleita presidente da Associação Auxiliar das Missões, depois da morte da marquesa de Monfalim, em 1900. Esta senhora, pelo seu zelo dinâmico e dedicação aliada a uma rara capacidade administrativa dos negócios, foi a alma das obras portuguesas confiadas à sua solicitude e ao mesmo tempo uma amiga sempre fiel das Irmãs da Missão.

6. Fundação do noviciado em Portugal

Em 1894, a Superiora Geral Madre Basile Chevreton (1884-1907) escreve para Roma a pedir à santa Sé autorização para fundar o noviciado em Carnide:

" Santíssimo Padre

Eu, Madre Maria Basile, Superiora Geral da Congregação das Irmãs de S. José de Cluny, aprovada pela Santa Sé, humildemente prostrada aos pés de Vossa Santidade, exponho o que se segue:

a) Em 1892, em Carnide, arquidiocese de Lisboa, em Portugal, foi erigida uma nova casa de Noviciado, para os membros desta piedosa congregação, com a permissão e aprovação verbais do Núncio Apostólico e de Sua Ex.ª o Cardeal Patriarca de Lisboa.

b) A permissão e aprovação não foram directamente pedidos à Santa Sé, aliás não há nenhum documento escrito relatando a dispensa e a aprovação do Núncio Apostólico e do Patriarca de Lisboa.

c) Desde 1892 até ao presente ano um bom número de tomadas de hábito e de provações de Noviciado tiveram

lugar na dita casa do noviciado, com a intervenção, tanto do Núncio Apostólico como de um delegado do Patriarca.

A suplicante estava de boa fé na persuasão que para a erecção canónica do noviciado, as aprovações obtidas e atrás referidas erma suficientes. Mas a falta de um documento escrito e o facto de não haver recorrido directamente à Santa Sé cria agora gora inquietação de consciência.

Por outro lado, neste noviciado, certas outras irregularidades tiveram lugar, assim:

a) Entre as noviças há três, que foram admitidas a profissão e às quais faltavam respectivamente um, seis e quinze dias para o ano completo do noviciado;

b) Um número bastante grande de noviças foram admitidas à tomada de hábito, outras à profissão, outras a uma e outra, numa casa diferente da de Carnide.

A suplicante, em consequência suplica humildemente a Vossa Santidade:

1. Que se digne aprovar com a sua autoridade apostólica a erecção da casa de Carnide em noviciado, no caso de ter faltado alguma coisa à sua erecção legítima e que em consequência o noviciado feito nesta casa seja válido para o futuro.

2. Que a prova do Noviciado feita até este dia nesta casa, referente à profissão a fazer nesta Sociedade, Vossa Santidade se digne revalidá-la *in radice* para todas as Irmãs que fizeram o seu noviciado nesta casa. E que as Profissões feitas a seguir ao noviciado sejam igualmente válidas.

3. Que Vossa Santidade se digne igualmente revalidar *in radice* as profissões que foram feitas em condições irregulares, seja por falta do tempo requerido para o noviciado seja devido ao lugar em que a Profissão foi feita, seja por ambos os casos simultaneamente, segundo o que atrás ficou exposto".[10]

Em 1901, as Irmãs de S. José de Cluny registaram-se como Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino, com estatutos aprovados em 18 de Outubro desse ano. No seu artigo 1º afirmava-se que esta associação se destinava a formar mestras, catequistas enfermeiras destinadas à "propaganda da fé e civilização no ultramar". Definia-se ainda

"Em 1901, as Irmãs de S. José de Cluny registaram-se como Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino, com estatutos aprovados em 18 de Outubro desse ano."

[10] *Ibid.*

que esta associação estaria subordinada " à Associação Auxiliar da Missão Ultramarina", presidida então pela Marquesa de Rio Maior, que desta forma, dava cobertura legal à Congregação de S. José de Cluny. Esta relação manteve-se até à República, como o mostra o manuscrito 66 do Arquivo das Congregações da Torre do Tombo, relativo ao Regulamento dos Institutos de S. Patrício e de Santa Teresa de Carnide, datado de 28 de Junho de 1902, com assinaturas das duas partes: pela Associação Auxiliar das Missão, a Marquesa de Rio Maior, pela Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino, a Superiora Joana de Sales e mais três Irmãs.

"A finalidade da fundação da comunidade de Carnide era recrutar membros portugueses especialmente destinados às missões da África."

A finalidade da fundação da comunidade de Carnide era recrutar membros portugueses especialmente destinados às missões da África. Com a ajuda do elemento francês formar-se-iam professoras, enfermeiras e catequistas. O primeiro ano de formação seria em Portugal, o segundo na França. Esta obra foi coroada de bênçãos: em breve nela se empenharam senhoras das mais ilustres famílias e humildes camponesas.
A casa de Carnide depois de sofrer várias transformações, tornou-se em estação de mudança de ares e repouso para religiosas que dele careciam, especialmente quando regressavam do ultramar. Tinha a mesma casa anexos os seguintes serviços:

- uma escola gratuita para meninas pobres, desde Maio de 1886;
- externato remunerado especialmente destinado a meninas filhas de oficiais militares;
- catequeses na igreja paroquial durante muitos anos, até que a autoridade eclesiástica dela encarregou as Irmãs de Santa Doroteia.

Em 1910 a casa foi evacuada à força e destinada a albergaria.

"A primeira partida de Irmãs para a África Portuguesa (Lândana só passaria para Portugal em 1886) foi a 15 de Maio de 1885."

7. Expansão da Congregação no mundo português

A primeira partida de Irmãs para a África Portuguesa (Lândana só passaria para Portugal em 1886) foi a 15 de Maio de 1885. Eram três. Era a primeira vez que irmãs missionárias saíam do porto de Lisboa. A despedir-se delas estavam o Dr. Fernando Pedroso, Mons. Carvalho, protonotário apostólico, as Marquesas de Monfolim de Praia e Monforte e um certo

número de senhoras da Associação das Missões, a elite da nobreza portuguesa. É uma data emblemática: ela marca uma nova etapa na história das missões portuguesas. As Irmãs destinadas para a Humpata ficaram retidas em Moçamedes e ali ficaram durante nove meses até que chegassem as que deviam continuar a sua obra, tendo as primeiras seguido para a Huila (16 de Fevereiro de 1887).

A 11 de Junho de 1895, o Governador-geral de Angola Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, escrevia ao Ministro do Ultramar, dando-lhe conta da chegada das Irmãs de S. Jose a Moçamedes, destinadas à Huila.

"Pelo ofício junto, por cópia, verá V. Ex.ª que chegaram bem a Moçamedes e acham-se hospedadas provisoriamente no Sanitarium, as três Irmãs educadoras, vindas no transporte «Africa», com destino à Huila".

Abriram imediatamente uma escola pública, que será imensamente concorrida, tal é o prestígio que gozam na Província, nobremente conquistado pelos relevantíssimos serviços prestados pelas Irmãs Hopsitaleiras no hospital «Maria Pia» e mostram-se muito satisfeitas pelo acolhimento e demonstração de respeito e simpatia que todos têm procurado manifestar-lhes, como homenagem justa a tão dignas missionárias do bem.

Tão bem têm procedido na sua santa missão de enfermeiras desveladas, as Irmãs em serviço no hospital e tão distinta e modestamente se apresentam as que para a educação das crianças, agora chegaram no «Africa», onde eram queridas e respeitadas por toda a oficialidade e por todos os que souberam apreciar-lhes a opulência dos seus sentimentos e a sua esmeradíssima educação, que eu não tenho menor duvida em afirmar a V. Ex.ª a necessidade de encaminhar para esta província todas as que, como estas, se prestem a fomentar a sua prosperidade e educação moral por meio da instrução e da prática da caridade e V. Ex.ª que tanto se tem dedicado ao engrandecimento desta província, certamente conseguirá ditá-las tão depressa quanto possível, com as Irmãs, modelos de virtude, a quem eu possa confiar a missão de educadoras da infância em todas as capitais dos distritos e principalmente nas colónias recentemente formadas".[11]

[11] *AB. SMH Angoça III p. 367-368.*

A 25 de Novembro de 1885, a título de experiência, começou a funcionar, também num antigo convento de Carmelitas, *em Tentúgal*, uma escola apostólica para meninas de doze a quinze anos, que desejassem ingressar na Congregação e que pela sua terra idade não estivessem ainda em condições de entrar na casa de Carnide. Foram felizes os princípios da nova casa; mas no decurso de 1890 foi o pessoal obrigado a retirar-se pela insalubridade do clima.

Em 28 de Março de 1888 chegavam três Irmãs ao *Lubango*, em Angola.

Em Setembro de 1891 estabeleceram-se as Irmãs de S. José em Lisboa, no *convento de S. Patrício*, propriedade das Dominicanas irlandesas, em frente das escadas de S. Crispim, ao Castelo. Era um antigo palácio de D. Garcia de Noronha, vice-rei da Índia e passou depois para os carmelitas descalços, que lá estiveram até 1611, indo depois para ele os irlandeses católicos, debaixo da direcção dos Jesuítas. Efectivamente uma lápide no actual convento de S. Patrício recorda em português e inglês, a presença dos padres irlandeses: "neste edifício esteve alojado o colégio dos Irlandeses de S. Patrício de 1611 a 1834." Em 1871 os padres irlandeses cederam a casa a Frei Raimundo dos Anjos Beirão, religioso do convento de Jesus de Lisboa, que ali reuniu uma pequena comunidade de senhoras saídas do convento de Aldeia Galega (capuchinhas descalças) que aspiravam a fazer os seus votos numa congregação aprovada. Como em 1862 tinham sido expulsas as Irmãs da Caridade francesas, mais ardentes se tornaram os desejos do P. Beirão, que aspirava a substituir aquelas religiosas no serviço dos hospitais. Entendendo-se com as religiosas de Calais, entre as quais se contava a Irmã Maria Clara do Menino Jesus, o P. Beirão acabou por fundar as Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, filial de Calais. Efectivamente, ainda hoje se encontra no convento de S. Patrício, uma placa que diz: "neste convento de S. Patrício, a serva de Deus Madre Maria Clara do Menino Jesus (Libânia do Carmo Mexia de Moura Telles e Albuquerque) e o Padre Raimundo dos Anjos Beirão fundaram em 3 de Maio de 1871 a Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição". Em 1879 o noviciado foi transferido da casa de S. Patrício para o

extinto convento das Trinas de Mocambo, que desde então foi considerado como casa mãe da congregação.

A 20 de Outubro de 1884, as Irmãzinhas dos Pobres, a pedido de algumas senhoras ricas e caridosas que as tinham visto funcionar em França, estabeleceram-se em Portugal, tendo-se instalado no antigo convento de S. Patrício, onde encontraram três pobres com todos os recursos necessários que aos benfeitores ofereceram para início do seu instituto em Portugal. Em 1887 estavam já albergados 83 velhos e como as instalações se tornassem insuficientes comprou-se um terreno em nome de seis Irmãzinhas e nele se iniciou em 1888 a construção de um grande edifício apropriado para o fim em Campolide, ficando assim o vago convento de S. Patrício.

Como o pensionato de Carnide não dava esperanças de desenvolvimento, em 1881 transferiram-se as irmãs de S. José de Cluny para S. Patrício, com o núcleo de onze alunas. Rapidamente se sentiram os progressos de modo que foi necessário transformar o edifício e aumentá-lo consideravelmente. Aqui funcionou a «Casa Geral das Obras em Portugal» (Procuradoria das Missões) fundada com o fim principal de facilitar as démarches para acolhimento da partida, chegada e estada das Irmãs Missionárias e para a boa administração do Distrito. E aqui funcionou também a «Residência da Superiora Provincial», que então estava a cargo da Madre José do Sagrado Coração, que sucedeu à Madre Maria da Natividade, de santa memória, chamada a Paris para o cargo de Assistente Geral do Instituto. Estas duas Irmãs tinham-se já encontrado em Itália, na fundação de *Civita Vechia*. A Madre José do Sagrado Coração sucumbiu aos seus trabalhos a 22 de Fevereiro de 1894 com apenas 50 anos de idade. No jornal A *Nação* de 25 de Fevereiro desse ano, o Dr. Fernando Pedroso escreveu o seu elogio fúnebre em que mostra quanto apreciava os dotes desta Irmã.

Desde 1894 até Outubro de 1910 esteve a direcção do Instituto confiada ao zelo inteligente e empreendedor da Madre Joana de Salles, que logo no princípio da sua vida religiosa viera de França para Portugal. Aqui prestou relevantes serviços durante 23 anos. Durante o seu governo abriram-se mais de dez fundações novas, que ela manteve e fez prosperar.

Como o pensionato de Carnide não dava esperanças de desenvolvimento, transferiu-se para S. Patrício a experiência com um núcleo de onze alunas. Rapidamente se sentiram os efeitos, sendo-se obrigado a transformar e a alargar o edifício situado numa elevação no centro da cidade, com vistas magníficas para o Tejo. Esta casa tornou-se um estabelecimento de educação de primeira ordem com mestres de diversas nacionalidades, distintas em competência e dedicação. Uma das mais notáveis religiosas de S. Patrício foi a Madre Maria Teresa de Jesus Cristo, de Mello, filha dos lustres Marqueses de Sabugosa. (Veio a falecer a 26 de Outubro de 1900).

Na véspera da Revolução de 1910, o colégio tinha uma frequência média de 98 internas, 70 semi-internas e 30 meninos das melhores famílias da capital. A escola gratuita, chamada de Santo António, obra da caridosa Marquesa de Monfalim, aberta em Março de 1896, tinha matriculadas 90 crianças pobres e não havia maior número porque não o permitia a capacidade da casa. Ali se reuniam mensalmente as antigas alunas pertencentes à Congregação das Filhas de Maria, para a confecção de vestuário destinado aos pobres. Outros projectos estavam em vista quando os acontecimentos políticos de 1910 vieram transformar o estabelecimento numa casa de correcção.

A pedido da Comissão Administrativa do *asilo D. Pedro V de Braga*, enviou a Casa Mãe de Paris para a administração daquele estabelecimento, algumas religiosas a 15 de Abril de 1886. Os começos foram difíceis por o estabelecimento se encontrar na maior desordem. Despedido o pessoal indisciplinado, a casa entrou numa nova fase da sua história. Em 30 de Julho de 1887 o cónego Nunes da Costa, presidente da Comissão Administrativa, dando ao governador civil conta do estado do asilo traça o maior elogio sobre o trabalho das Irmãs. Os elogios cabiam especialmente à directora de tão delicada empresa, a Madre Santa Clara, que durante 27 anos consecutivos trabalhara na Caiena. Durante dez anos prestou ao asilo D. Pedro V os melhores serviços. Em homenagem a eles, quando faleceu a 13 de Maio de 1897, mandou a Comissão Administrativa pintar-lhe o retrato a óleo, que foi posto em lugar de honra entre os dos benfeitores da casa.

Encontrando-se em Braga a rainha-mãe D. Maria Pia, visitou o asilo e no livro dos visitantes declarou-se encantada com os melhoramentos da casa e com a sua boa direcção. Em 1892 o asilo foi visitado pela Rainha D. Amélia, que repetiu os elogios de D. Maria Pia.

Outra fundação foi o *Colégio de Nossa senhora de Monserrate em Viana do Castelo.* Abriu-se esta casa a 19 de Março de 1889, numa vasta propriedade, à beira mar e no meio dos pinhais. O fim da fundação foi recrutar vocações naquela província e fazer ali uma estação de repouso. Compreendia pensionato, externato e escola remunerada para meninos. Tinha a média anual de 100 alunos, que davam excelentes provas nos exames oficiais das línguas portuguesa, francesa e inglesa.

Seguiu-se a fundação do *Asilo de Santa Estefânia, em Guimarães.* Este estabelecimento, existente num antigo convento de Carmelitas, estava confiado a direcção leiga. As Irmãs entraram nele a 2 de Julho de 1890. Havia no asilo 18 meninas e 17 meninos, Também ali a disciplina foi um problema sério, que as Irmãs conseguiram resolver.

Em Junho de1890, depois do Governo Português ter solicitado insistentemente a presença das Irmãs de S. José de Cluny de qualquer nacionalidade para a direcção do *hospital de Lourenço Marques,* a Madre Geral pôde aceder a esse pedido tendo as Irmãs chegado ao seu posto a 28 de Junho de 1890. Depois em Julho de 1893 ainda em Lourenço Marques assumiram a direcção do *Instituto D. Maria Amélia,* fundado pelo bispo da diocese..

Em Agosto de 1890 assumiu a *missão do Boroma,* na Zambésia.

No ano seguinte, 1891, estavam as Irmãs no *Jau,* em Angola e a 16 de Junho de 1892 chegavam a *Caconda* depois de uma viagem de vinte dias pelo mato, desde Moçamedes, com 40 crianças e um rebanho de cabras, à frente.

A 30 de Setembro de 1892 era fundada, no meio de muitas dificuldades e contratempos a missão do *Luali.*

Em Janeiro de 1893 chegavam as Irmãs aos *Açores.* A Ilha de S. Miguel nunca tinha visto religiosas de vida activa: por isso a sua chegada foi um acontecimento sensacional. Tiveram primeiro um colégio em *Ponta Delgada* e logo no

ano seguinte a 20 de Novembro de 1894 fundavam um asilo de infância desvalida em *Angra do Heroísmo* e a 27 de Janeiro de 1896 assumiam a direcção do asilo de mendicidade em Angra do Heroísmo.

Ainda nos Açores, as Irmãs assumiram a 28 de Abril de 1902 o *hospital do Espírito Santo*. Aqui durante uma epidemia que dizimou muita gente as Irmãs deram um raro testemunho de abnegação e dedicação aos doentes, a ponto de o Diário do Governo de 7 de Fevereiro de1910, em nome do rei de Portugal, traçar um rasgado elogio às Irmãs Emile Jalhary, Estanislas Pouliquen, Isabel Schnell, Angèle Hans, Ir. José de Almeida Pereira, Sante Geneviêve, Ir. Bot, Irmã Emma Crenn, Ir. S.François Roland, Irmã Ana Fernandes e Irmã Veneranda Lopes.

Ainda em 1893, em Janeiro, as Irmãs de S. José chegavam a *Cabinda*, onde , como em outras estações, colaboravam com os Missionários do Espírito Santo.

A 9 de Novembro de 1893, as Irmãs destinadas à missão de Malanje desembarcavam em Luanda e puseram-se a caminho de *Malanje*, onde chegaram cansadas da viagem.

Em 1895 novas fundações foram lançadas: a 18 de Agosto, o Instituto Leão XIII em *Cabeceira Grande (Moçambique)*, com a protecção de D. António Barroso; a 29 de Maio de 1895, a pedido do comissário real António Enes, que apreciando o trabalho das Irmãs no hospital de Lourenço Marques pediu ao rei o seu envio para o *hospital militar de Inhambane*. O processo foi confiado à Marquesa de Monfalim, que conseguiu o envio de cinco Irmãs para esta obra. Estas Irmãs partiram juntamente com uma expedição militar. Depois de uma viagem de 38 dias as Irmãs desembarcaram em Lourenço Marques, a 29 de Maio de 1895.

Em atenção aos serviços prestados em Àfrica pelas Irmãs e S. José de Cluny, a Rainha D. Amélia e António Enes, comissário régio em Moçambique, tomaram a iniciativa de lhes confiar a guarda do túmulo da Rainha santa Isabel, no *convento de Santa Clara de Coimbra*. Havia ali algumas recolhidas que continuaram a viver numa parte da casa.

A Associação Auxiliar das Missões Ultramarinas encarregou-se de instalar ali as Irmãs a 1 de Julho de 1896. Tentou-se de novo, com bons resultados, o programa de Tentú-

gal: a educação de meninas para a vida da Congregação. Tinham as religiosas uma escola gratuita, frequentada por cerca de 50 meninas pobres, a qual foi aberta a 2 de Fevereiro de 1897. No regresso das missões, iam algumas Irmãs descansar e refazer as forças no convento de Santa Clara.

A 1 de Outubro de 1897 as Irmãs estabeleciam-se em *Luanda*. A superiora de Moçamedes, de passagem por Luanda foi retida pelo Governador-geral com as Irmãs que a acompanhavam para aqui abrirem imediatamente uma escola. A 7 de Outubro de 1899, a pedido do Governador João Coutinho, as Irmãs assumiam a direcção do *Hospital de Quelimane*, em Moçambique.

Finalmente a 18 de Maio de 1907 o *Asilo de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego* era confiado às Irmãs de S. José de Cluny.

7. A Associação das Irmãs da Missão do Padroado Português

A 18 de Outubro de 1901 eram aprovados pelo Governo Português os «Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino», precedidos Carta Patente que aprovavam esses Estatutos. Diz a Carta patente:

"Sua Majestade o Rei, a quem foram apresentados os estatutos pelos quais pretende regulamentar-se , para os efeitos do decreto de 18 de Abril último, a Associação das Irmãs da Missão do Padroado do Ultramar", vistas as disposições do direito que lhe são aplicáveis, acha por bem conceder a sua aprovação sob as cláusulas expressas que se seguem e que deles farão parte integrante:

Nenhuma senhora casada poderá ser admitida na Associação sem a autorização por escrito do seu marido;

A Associação terá sempre em regra um inventário dos seus bens e uma estatística dos seus associados com as indicações da idade, estado e nacionalidade, para serem apresentados à autoridade administrativa com os outros livros de documentos administrativos, quando lhe forem pedidos;

A Associação não poderá a nenhum título adquirir bens que pertençam aos seus associados, seja directamente seja por intermédio de terceiros, sob pena de os perder em

"A 18 de Outubro de 1901 eram aprovados pelo Governo Português os «Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino», precedidos Carta Patente que aprovavam esses Estatutos."

favor do Estado se a associada ou os seus representantes renunciarem a entrar em posse destes bens nos termos do direito:

Os Associados conservarão os seus direitos individuais, como a lei civil o estabelece e reconhece:

A administração deve submeter à aprovação da autoridade pública, o seu orçamento e as suas contas no tempo e na maneira determinada pela lei para as corporações administrativas.

A Associação deverá estabelecer em Lisboa uma procuradoria das suas missões de acordo com o Governo; e

É formalmente declarado que se retirará esta aprovação aos Estatutos, logo que deixem de ser devidamente orientados ou que a subscrita Associação se afaste dos fins legais da sua instituição ou dos termos precisos do decreto citado. Palácio Real, 18 de Outubro de 1901. Rodolfo Kintz Ribeiro".

Estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Patronato do Ultramar"

Capítulo I

Natureza e fins da Associação

Artigo Iº - A Associação das Irmãs da Missão do Patronato do Ultramar, organizada conforme o decreto de 18 de Abril de 1901, é uma associação religiosa que tem por fim preparar professoras, catequistas e enfermeiras especialmente destinadas à propagação da fé e da civilização nos países do ultramar e a cumprir os actos de beneficência e de caridade inerente a esta propaganda,

Artigo IIº - Esta Associação está subordinada à Associação Auxiliar da Missão do Ultramar e submetida às autoridades eclesiásticas ordinárias portuguesas para o espiritual e às leis do país e à vigilância do estado para o que se refere às funções temporais.

Artigo IIIº - A Associação é composta por Irmãs da Missão e aspirantes.

1º - Fazem parte da Associação, as Irmãs da Missão e as aspirantes que se encontram nos institutos de S. Patrício em Lisboa, de Santa Teresa de Jesus em Carnide e de Santa Clara em Coimbra; de Nossa Senhora de Monserrate em Viana do Castelo e de S. Francisco Xavier em Ponta Delgada; da mesma maneira que as Irmãs que estão empregadas ac-

tualmente, por demanda oficial e, Luanda (colégio e escola oficial), em Mossamedes (idem, idem), em Caconda (idem, idem), em Malange (Idem, idem e escola oficial), em Cabinda (missão e escola), no Luali (Asilo e missão), em Lourenço Marques (hospital e escola Maria Amélia), em Boroma (missão), em Inhambane (hospital e escola oficial), em Cabaceira (Asilo e escola), em Moçambique (hospital e escola oficial) em Quelimane (idem, idem) e por pedido particular em Braga (asilo), em Guimarães (idem), em Angra do Heroísmo (asilo de crianças e asilo de velhos).

2º - As Irmãs da Missão poderão exercer o seu ministério em qualquer parte da Monarquia portuguesa que seja ou onde os seus serviços sejam reclamados.

Artigo IVº - O serviço missionário das Irmãs é essencialmente um serviço de caridade e gratuidade, sem que no entanto, a Associação renuncie aos subsídios pelos quais o Estado deve ajudar à sua sustentação e ao seu desenvolvimento; proporcionalmente aos serviços que elas prestam à vida religiosa e à pátria nas colónias portuguesas e às despesas pessoais das Irmãs empregadas oficialmente nestes serviços.

Artigo Vº - Todo o pessoal da Associação é do sexo feminino.

1º - As menores não podem ser admitidas como aspirantes, sem autorização prévia por escrito dos seus pais ou dos seus superiores legais, concedendo-lhe permissão de servir a vida missionária e sem ter assinado uma declaração atestando a vontade de servir esta vida.

2º - Esta declaração será renovada quando elas passarem à classe de Irmãs da Missão e juntar-se-á ainda a indicação do tempo durante o qual elas se obrigam ao serviço das missões.

3º - Depois da expiração do tempo combinado, as Irmãs poderão renovar os eu contrato de acordo com o conselho directivo.

4º - A Irmã que não tiver satisfeito as condições do contrato pagará à Associação as despesas ocasionais para a sua preparação ou formação.

Capitulo II - A Direcção

Artigo VIº - A alta direcção da Associarão pertence à direcção da Associação Auxiliar da Missão e por delegação

desta a um conselho directivo, composto pela Superiora da casa ou instituto central da Associação, de duas Assistentes e de duas Conselheiras.

Único - O conselho directivo poderá ser aumentado se o desenvolvimento da associação exigir.

Artigo VII° - Pertence ao Conselho Directivo:

1. Gerir os assuntos da Associação em todas as manifestações da sua vida social e de nomear o pessoal respectivo;

2. Formular os regulamentos interinos que julgar necessários ao funcionamento da Associação, em conformidade com as leis do país.

3. Vigiar pela administração interina de todos os estabelecimentos ou institutos sociais e a distribuição das rendas da Associação.

4. Fornecer à direcção da Associação Auxiliar da Missão todo os melhoramentos que julgar necessários à prosperidade e ao desenvolvimento da Associação e de velar pela execução das medidas.

Único - A correspondência com as autoridades civis ou eclesiásticas e com os diferentes departamentos ministeriais e outros serão assinados pela superiora da casa central, ou por aquelas que a substituam nas outras casas ou institutos sociais da Associação, assim como nos outros estabelecimentos quaisquer que sejam onde as Irmãs estiverem empregadas para as coisas que dizem respeito a estes estabelecimentos.

Capitulo III - Do ensino escolar

Artigo VIII° - O ensino dado nas escolas da Associação será sempre subordinado às leis do país que regulam a instrução pública e aos regulamentos especiais que têm por fim proporcionar às colónias portuguesas o benefício da propagação da fé e da civilização, em conformidade com o regulamento especial de cada escola.

Único - A Associação poderá receber dos pensionistas em comum ou divididos em secções separadas e estabelecer escolas primárias elementares para as crianças pobres, nos estabelecimentos ou institutos.

Capitulo IV - Disposições Gerais

Artigo IX° - A Associação terá, tanto na metrópole

como nos países do ultramar, as casas ou estabelecimentos necessários à formação das Irmãs da Missão, conforme os seus recursos o permitam.

Artigo X° - O conselho directivo não poderá fazer nenhuma aquisição, tanto gratuita como onerosa, sem autorização expressa da direcção da Associação Auxiliar da Missão e nos termos das leis em vigor.

Artigo XI° - Em caso de dissociação da Associação todos os seus bens passarão para a Associação Auxiliar da Missão e se esta se dissolver também deverão passar para o Real Padroado do Ultramar.

Único - Os bens pessoais das Irmãs não serão considerados como bens sociais e pertencer-lhes-ão sempre.

Artigo XII° - A sede da Associação é em Lisboa e a sua casa ou estabelecimento principal é o Instituto de S. Patrício (Escadinhas de S. Crispim).

Artigo XIII° - Qualquer mudança nestes estatutos será feita em conformidade com as leis do país.

Pela direcção da Associação Auxiliar da Missão. (Seguem as assinaturas).

8. A Congregação a quando da fundação da República

À data da implantação da República em 1910 possuíam as Irmãs no total 30 fundações, 11 das quais no continente e nos Açores.

"À data da implantação da República em 1910 possuíam as Irmãs no total 30 fundações, 11 das quais no continente e nos Açores."

O Catálogo das Irmãs de S. José de Cluny, existente na Torre do Tombo, sem data, publicado no Diário do Governo de 11 de Novembro de 1912, por ordem da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, identifica 119 Irmãs, das quais 74 se encontravam em Angola (33) e Moçambique (41). Das Irmãs identificadas no Catálogo, 3 faleceram em 1902 e uma foi transferida para Paris nesse mesmo ano. Também é possível identificar a origem nacional destas Irmãs de S. José de Cluny: Portugal (99), França (33), Alsácia (15), Irlanda (10), Alemanha (6), Trindade (2), Escócia (1), Angola (1), Moçambique (1), Itália (1), Inglaterra (1) Sem identificação (1).[12]

Com a proclamação da República todas as casas foram

[12] *ANTT. Arquivo das Congregações. Catálogo das Irmãs de S. José de Cluny.*

encerradas, tendo todas as Irmãs abandonado o país. O regresso dar-se-à em 1922 a partir de Anadia Aqui passou a funcionar o noviciado e uma escola de costura para raparigas pobres. Logo no ano seguinte, cinco postulantes tomaram o hábito. Em 1924 o noviciado era transferido para Braga.[13]

Agradeço penhoradamente às Irmãs de S. José de Cluny as facilidades extraordinárias que me concederam para à consulta dos seus arquivos tanto em Portugal como em Paris ATN.

[13] *Artur Viçares. As congregações religiosas em Portugal (1901-19219 Fundação Gulbenkian.*

a "casa mãe" das espiritanas seu percurso histórico e geográfico

Irmã Paul Girolet(1)[1]

Introdução

Evocar a itinerâneia da *casa mãe* de uma congregação religiosa, exige, antes de mais nada, que se dissipe um equívoco e que o termo seja precisado. A *casa mãe* de uma Congregação é o seu lugar de nascimento, o das suas raízes. Depois, tornando-se a residência do conselho geral da congregação aí se instalam os serviços administrativos; ela transforma-se em *casa generalícia* À medida que o instituto se desenvolve e que os acontecimentos se sucedem, ela vê-se na necessidade de se deslocar. Deixa assim de ser a casa das origens mas continua a chamar-se a *casa mãe*. Que é que se deu com as Irmãs Missionárias do Espírito Santo, ditas espiritanas?

"A casa mãe de uma Congregação é o seu lugar de nascimento, o das suas raízes."

O berço da Congregação é a Lorena. Em 1921, uma modesta casa de Farschwiller acolhe as pioneiras: Eugénia Caps(2)[2] a fundadora e as suas companheiras. Em 1922,sempre na Lorena, adquiriu-se uma propriedade mais vasta em Jouy-aux-Arches, No ano seguinte, o noviciado foi transferido para o Oise, em Béthis-Saint Pierre. Estas três casas acolheram

[1] *Chegada aos Camarões em 1946, a Irmã Paul Girolet aí foi superiora da Congregação das IIrmãs Filhas de Maria (Yaoundé) de 1955 a 1962. Em seguida durante três anos foi superiora principal das Espiritamas nos Camarões. De 1965 a 1971, em França, foi assistente geral da sua congregação. Depois de uma nova estada nos Camarões, reside em França desde 1978*

[2] *Euggénie Caps (1892-1931) nascida em Loudrefing*

dezenas de jovens para o tempo da formação. Primeiras desinstalações impostas pelo crescimento rápido dos efectivos e ao mesmo tempo iniciação na disponibilidade que a vida missionária exigia.

"Em 1927, depois da eleição da superiora geral e do seu conselho, tornou-se necessária uma casa generalícia."

Em 1927, depois da eleição da superiora geral e do seu conselho, tornou-se necessária uma casa generalícia. Quatro residências albergarão sucessivamente as responsáveis da congregação e os serviços indispensáveis ao seu funcionamento. Quais foram a circunstâncias que motivaram estas mudanças? Qual a história de cada uma delas? Quais os acontecimentos que marcaram estas diferentes etapas? È o que vamos procurar explicar neste artigo.

Rigorosamente falando as espiritanas só têm uma *casa mãe.* No entanto tradicionalmente este nome é dado à casa onde residem as Irmãs do Conselho Geral Lugar de acolhimento, de refontalização, , ao serviço da missão: todas as espiritanas aí se sentem em sua casa. È a grande comunidade que pretende ser o coração *da Congregação,* e por isso se justifica o nome de *casa mãe*

"Toda a casa mãe é antes de mais nada e sobretudo um lugar afectivo. Ama-se sempre a sua mãe: é aí que todos os filhos têm as suas raízes"

"Toda a casa mãe é antes de mais nada e sobretudo um lugar afectivo. Ama-se sempre a sua mãe: é aí que todos os filhos têm as suas raízes"(3)[3]

Rua Lhomond , 27 e 29 , Paris V.e (1924-1940): a "pequena Casa Mãe"

"De aparência humilde, pobre. honrada, com paredes cinzentas, as janelas desaparelhadas vindas de antigas demolições e ajustadas as aberturas desprovidas de simetria, tal se apresentava ,no nº 29 da Rua Lhomond, o pequeno móvel correntemente chamado *Casa Mãe das Irmãs Missionárias do Espírito Santo* (4)[4]

"Imóvel de 1740 mais ou menos(...)Este imóvel fazia parte da *Comunidade de Santa Ana,* situada na rua Tournefort desde que ela se desenvolveu até à rua *dés Postes* (actual Rua Lhomond) em 1765)...) Este imóvel conheceu diversos ocupantes após a supressão da *Comunidade de Santa*

[3] *Jean Godard Editorial" Pentecôte sur le monde, mars.avril 1988p.3*

[4] *Soeur Marie VIers. " Notre veille maison". Pentcôte , Bulletin bimestriel dês Soeurs du Saint Esprit, nº 4 juillet.aoôut 1937 p.8*

Ana pela Revolução, até que em 1814 se tornou propriedade das Comunidade das Beneditinas do Santíssimo sacramento (,,,). Nele esteve como locatária, de 1954 a 1906 a Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição de Castres (...) , ela ocupava além do nº 27 o n.º 29 vizinho e de um jardim mais extenso que o actual. Julienne Drouet, a futura amiga de Vítor Hugo foi ai pensionista. Esta comunidade foi substituída em 1907 por uma instituição particular, a *Instituição Lhomond,* depois desaparecida(5)[5]

Desde 1924, quando a congregação das Espiritanas, fundada em 1921, não tinha ainda superiora geral nem irmãs professas, Monsenhor Le Roy(6)[6] instalava uma procuradoria para as Irmãs no nº 27 da rua Lhomond, num apartamento alugado às Beneditinas do Santíssimo Sacramento(7)

As Irmãs Michael Dufay, Jeanne d´Arc Lesur e Marthe Réaux, ainda noviças, ocupam-no. Foi ai que teve lugar o primeiro capítulo geral do jovem instituto, a 27 de Julho de 1927. A irmã Michael (8)[7] vê-se com a responsabiliadde da congregação que contava já 65 professas e 53 noviças. Nos anos seguinte a demasiado modesta procuradoria, agora casa mãe, foi transferida para o nº 29 da mesma rua, o velho hotel Louis XIV com "as aberturas desprovidas de simetria"

A congregação das espiritanass vive então o tempo maravilhoso dos começos sob a batuta da Irmã Michael de quem Mons. Le Roy dizia ter encontrado nela "uma pessoa notável...toda indicada para tomar em mãos o cargo". Tudo estava por organizar. De diversas regiões da França as candidata afluem e as missões multiplicam-se. Em 1927 Madagáscar pede auxílio; em 1929 as espiritanas chegam a Oubangui. Chari. Em 1931, abrem uma comunidade no Gabão. Nos Camarões e nas Antilhas, onde elas estão presentes desde 1924, aparecem novos campos de apostolado...

A casa mãe é muito frequentada, não só pelas irmãs de passagem como pelas numerosas relações da Madre

[5] *Jacques HILARET , Diccionnaire historique des rues de Paris . Paris Editions Minuit 2e. Ed. 1963, tome II p. 42-43*

[6] *Mons. Le Roy (1854-1938) nascido em Sant Senier de Beuvron (Mancha) superior geral dos espiritanos (de 1896 a 1926, jogou um pael determinante na fundação das Irmãs Missionárias do Espírito Santo*

[7] *Irmã Michael Dufay (1883-1964) nascida em Rouen, superiora geral de 1927 a 1945*

Michael. Entre elas. M.eel Joséphine Ocicka, filha de um conde polaco refugiado na França; obrigações a retêm ela que gostaria de ter partido para as missões. Dos seus contactos com a superiora geral nasceu o projecto de uma associação de leigas, que sem ser religiosas, se tornaram cooperadoras das espiritanas. As Oblatas do Espírito Santo foram efectivamente criadas em 1931. Mas desde 1939, Josephine, gravemente doente, pronuncia por antecipação a sua consagração de oblata: morreu qautro dias depois, a 23 de Janeiro.

Desde 1925, bastante regularmente, uma carta da superiora Geral "Entre Nós" dá notícias às Irmãs, orientações espirituais e apostólicas, responde ás suas perguntas...mas as famílias, por sua vez, insistem para beneficiar também de um boletim; este será trimestral afim de poder acompanhar as Irmãs nas suas diversas actividades. Foi assim que em Janeiro de 1932, aparecerá "Pentecôte". A Madre Micjael anuncia -o ás Irmãs, precisando: "È sobretudo pata vós, queridas missionárias, que compete documentar vossos artigos ilustrados"

A superiora geral não conhecia a África e as Irmãs insitem para que ela as visite no terreno. Escrevem-lhe: "Quando é que nos vem visitar?". Nessa altura uma tal viagem não era de pouca importância e eram precisos fundos para a financiar. Felizmente, como noutras circunstâncias, a personalidades da Madre Michael e as suas facilidades, de contacto, permitiram-lhe levar a bom termo tal projecto. E obtém do Ministério das Colónias uma viagem gratuita: Paris.. Madagáscar Oubangui-Loango- Camarões. Foi um acontecimento este périplo de 31 368 Kms de 12 de Novembro de 1937 a 13 de Abril de 1938! O seu eco chegou à América! Imaginai só: uma religiosa de 53 anos que ia fazer de avião um tal circuito! Tudo se passou bem e a religiosa chegou ainda a tempo de rever Mons. Le Roy, que faleceu a 21 de Abril.

Outro acontecimento retumbante, ao nível da casa mãe foi este: a 13 de Dezembro de 1938, a Irmã Gilbert de Colonjon, em hábito religioso, defendeu a tese de doutoramento de medicina na Faculdade de Paris. Esta tese teve como tema: "A luta contra a lepra. Esforço das Missões Católicas nas colónias francesas". Numerosas chamadas de telefone dos jornalistas e a 15, a Irmã Gilbert falou na Rádio-Luxembourg "da utilização apostólica dos estudos de medicina e do Instituto

das Imãs Missionárias do Espírito Santo em geral" (8)[8]

Um segundo capítulo de eleições tinha reconduzido a Madre Michael nas suas funções a 28 de Julho de 1933, um terceiro lhe confiará de novo os destinos do instituto, a 31 de Julho de 1939. Mas o horizonte internacional ensombrou-se perigosamente e a 3 de Setembro rebentou a guerra. Precipitam-se as partidas em missão: Camarões, Madagáscar, Martinica. Em Paris é o regime de alertas nocturnos e as restrições alimentares não tardaram Mas o grande drama foi a morte ads Irmãs Rémy Gissler(9)[9] e Joaquim Lejeune (10)[10] cujo barco *Le Brazza* foi atingido a 28 de Maio de 1940, ao largo das costas de Espanha, quando elas iam tomar o seu posto na África.

Em Junho de 1940, começou para a casa mãe o êxodo das irmãs. Três delas não tendo tomado o comboio a tempo, levaram quinze dias para chegar a pé; à comunidade de Saint-Pierre-le-Cour (Mayenne) arrastando as suas pequenas viaturas... Regressaram a 8 de Julho à capital, As partidas para a missões ficaram suspensas e por isso mesmo criou-se um problema de alojamento na rua Lhomnd. Procura-se uma solução para o caso até que em Setembro uma ocasião inesperada se apresenta. Lê-se no diário da comunidade:

"Visita da Madre Michael a Me Griss, que nos deixa gratuitamente a alegria de um belo imóvel que podia convir para a nossa Casa Mãe é na rua Regard no 6º departamento".

As coisas não atrasam. A 2 e 3 de Outubro de 1940 pode ler-se:

Mudança e instalação na nossa sumptuosa habitação a 4 por Mons. Le Hunsec(11)[11] Superior Geral dos Espiritanos

[8] *Irmã Gilbewrt de Colonjon, nas cida em Marselha a 13 de Junho de 1910. Provada por graves problemas de saúde , não partiu para as missões. Optou então pela vida contemplativa e entrou nas Religiosas Dominicanas do mosteiro da Clarté. Notre Dame em Taulignan no Drône. Aí morreu a 23 de Novembro de 1974*

[9] *Irmã Rémy Gisler (1904-1940) nascida em Sangrist, Bas- Rhin*

[10] *Irmã Joaquim Kejeune (1914-1940) nascida em Concelles.le.Comte, Pás de Calais*

[11] *Mons. Le Hunsec (1878-1954) nascido em Lanveur , diocese de Vannes, Superior Geral dos Espiritanos de 1926 a 1950*

Rua du Regard, 7 Paris- VI.e (1940-1947)
O Hotel de Beaume, "habitação sumptuosa "das Espiritanas

Vindos de Espanha para Paris em 1610, os Padres Carmelitas possuíam nas vésperas da Revolução de 1789, um prédio importante no coração da capital. Graças nomeadamente ao fabrico da famosa "água de melissa dos Carmelitas" adquiriram vários terrenos nos quais construíram, na rua Regard (12)[12] entre 1719 e 1721, três hotéis particulares (13)[13] Em Maio de 1721, o hotel que tinha o número 7 foi alugado pela Viscondessa de Beaume cujo nome ficou ligado à casa (14)[14] Ilustres personagens se sucederam de 1746 até à Revolução. O último foi o príncipe de Robecq, deputado da nobreza, que fez realizar numerosos embelezamentos. Emigrou em 1790.

Posto em adjudicação em 1791, o hotel de Beaume passou para as mãos de vários proprietários incapazes de se libertar da sua dívida. Em 1802 era revendido a Jean Baptiste Cardon, professor de música, que faleceu em Saint Pietsbourg no ano seguinte. Depois de uma guerra de herdeiros que durou doze anos, um juiz autorizou finalmente a sua viúva a adquirir o hotel em 1815.

Foi em 1824 que um nobre locatário se instalou no hotel de Beaume, o visconde Farnçois–René de Chateuabriand. Ele acabava de entrar num período de desgraça e em Julho, a sua esposa ulcerada e doente partiu para Neuchâtel na Suissa. O visconde encarregou o seu antigo secretário de lhe encontrar um apartamento, se possível no quarteirão de Vaugirad. Este indicou-lhe uma confortável habitação no primeiro andar de hotel particular, no nº 7 da rua du Regard. Chateuabriand foi ver o lugar: ficou seduzido, sobretudo pelo jardim adornado com uma fonte e partiu para Neuichatel nos primeiros dias de Outubro (15)[15]

No princípio de Novembro, o visconde e a sua mulher

[12] *Em 1659 , era ainda a rua dos Carmelitas Descalços . Só em 1667 ela tomou o nome de Regard devido a um olho aberto o no ângulo da rua de Vaugirand, no aqueduto de Accueil e destinado à vigilância das águas*

[13] *Só estes que têm os números 5 e 7 escaparam à vaga he das demolissões que em 1907 se fizeram para abrir o boulevard Raspail, sacrificando o n-ç 3*

[14] *Marie Farnçoise de Croissy , de Cobert, mãe do minsitro de Luis XIV, tina-se casado com o visconde de Beuame , marquês de Bouzols, lugar teneente do rei.*

[15] *2Eu ia procurar M-e de Chateubriand a Neuchatel e viemos para Paris na rua du Regard " (Mémoires d´Outre Tpmbe I , 3 . Livre VI, chap. V pg. 263*

vieram portanto para a rua do Regard. Foi no salão deste apartamento que foram provavelmente elaboradas, durante o Inverno de 1825-1826, as *"Mémoires d´Outre Tombe"*. Em 1826, Chateaubriand instalou-se num pavilhão que tinha comprado na rua de Enfer.

O hotel de Beaume foi posto à venda em 1830. O comprador foi Claude Victor Perrin, duque de Bellune, mais conhecido por Marechal Victor. Em 1852, o hotel tornou-se propriedade do marquês de Hautefeuille, depois de várias famílias que se sucederam. Em 1879, prevê-se a abertura de uma avenida – que virá a ser o actual boulevard Raspail – e os trabalhos são levados a cabo em 1906 e 1907, amputando o hotel do seu jardim. A 8 de Setembro de 1917, Alexandre Gross comprou o hotel de Beaume. Foi ele que tinha fundado em 1898, com Luís Loucheur, futuro minsitro, a empresa Giros et Loucheur que em 1908 se tornou a Sociedade Geral de Empresas(16)[16]

Como é que as espiritanas vão instalar.se neste ambiente principesco, nestes muros carregados de história? Elas conservaram toda a sua simplicidade, pois os seus olhos continuam fixos na África que as espera. A casa foi benzida a 4 de Outubro sob os auspícios do pobrezinho de Assis, cuja festa se celebrava nesse dia. Não deixou dê ser um símbolo. A secretária geral do diário da comunidade escreveu naquele dia: "Na nossa habitação sumptuosa procuramos imitar desprendimento do amante da Dama Pobreza"?

Pelo boletim de 23 de Novembro, a Madre Michael informou a congregação da mudança da Casa:

"O grande acontecimento familiar deste último trimestre de 1940 foi a transferência do 29 da rua Lhomond para o 7 da rua du Regrd, no 8º departamento, precisamente em frente do Seminário de S.Sulpício. A exiguidade e a vetustidade da querida pequenina casa 8 da rua Lhomend obrigou-nos a procurar um imóvel mais espaçoso. A Providência correspondeu de uma maneira inesperada às nossas orações. Uma senhora teve a grande caridade de pôr à nossa disposição o seu hotel particular (um dos mais belos de Paris) que ela habitava a habita desde a morte do seu marido"

"A Providência correspondeu de uma maneira inesperada às nossas orações. Uma senhora teve a grande caridade de pôr à nossa disposição o seu hotel particular (um dos mais belos de Paris) que ela habitava a habita desde a morte do seu marido"

[16] *Precisões históricas tiradas do trabalho de Joseph Luois Charvet L´Histoire de Crousy, l´Hotel de Beaume, Deuz demeures historiques*

Uma "grande caridade que, com certeza e que não se põe em causa, mas que teve a vantagem de salvar o imóvel de uma provável requisição pela armada da ocupação...

Organiza-se a vida...Em Fevereiro de 1941, a comunidade da Casa Mãe ficou profundamente chocada com a prisão, em Draveil, de três noviças estrangeiras, duas inglesas e uma canadiana, que pertenciam às Nações Aliadas. Levadas para o campo de detenção de Besançon, reservado às religiosas, foram bem tratadas e a partir de 11 de Junho, a Irmã Denis Houde, a canadiana, beneficiaria de uma libertação; as outras duas irmãs tiveram que esperar mais tempo. -Em Agosto, uma notícia bem mais grave chegou ao conselho geral: a morte de três espiritanas, a 7 e 8 de Junho, em Mayumba, no Gabão. Uma morte que guarda o seu quê de mistério, apesar da versão oficial ser a de febre amarela

Mas há também felizes realizações. A fundação da "Obra dos Coloniais", por exemplo. Uma vez que a África para já era inacessível, as Irmãs visitam os "soldados coloniais" no Val de Grace e no hospital de Villemain. Elas os reconfortam e catequizam. As família das Antilhas são também objecto da solicitude das espiritanas. Primeiro esboço de uma obra que o bispo de Paris reconhecerá em 1943 e que cedo reunirá para a missa dominical, na capela da casa mãe perto de uma centena de pessoas.

A Madre Michael não pára. Apesar de um sono muitas vezes perturbado por alertas nocturnos, cada vez mais frequentes, ela desdobra-se numa incansável actividade: viaja para Portugal para aí implantar a congregação, abertura de uma escola de enfermeiras coloniais em Marselha , passagem em zona livre para ter a possibilidade de lançar uma mensagem pela rádio às comunidades da Africa Equatorial, Antilhas e Madagáscar.

Em 1944, os alertas e os bombardeamentos na região parisiense e mesmo em Paris, intensificam-se mas o desembarque a 6 de Junho na Normandia faz renascer a esperança de uma próxima libertação. Essa libertação chegou, efectivamente! As locatárias da rua du Regard estão na primeira filas para a viver, hora a hora. Mais de sessenta anos depois,, relemos o diária da comunidade com o mesmo interesse

"14 de Agosto. Estamos num constante alerta. Toda a

gente, de olhar no céu, contempla ao aviões sulcando o céu (dos aliados).

15 de Agosto. Para o primeiro aniversário da fundação da Obra dos Coloniais, missa ao ar livre no nosso pátio: Cinco a seis mil pessoas assistiram a ela. Por suas vez a sirene tocou e os relâmpagos da D.C.A. caiem. Nenhum acidente a deplorar.

17 de Agosto. O abastecimento é cada vez mais difícil, pois todos os comboios estão parados, não há mais nada para pôr na marmita. Os rostos estão calmos e sorridentes apesar de tudo. Sente-se que algo de grande está para acontecer.

19 de Agosto. Só se ouvem detonações de uma ponta à outra de Paris.

24 de Agosto. Levantam-se as barricadas. Vemos bloquear a rua du Regard do lado de S.Plácido, como o boulevard de Raspail em vários sítios; não saímos de casa.

24 de Agosto. Um barulho ensurdecedor: são os tanques que descem. Chegados pela porta de Orleães, as tropas do general Leclerc estão já em todo o Paris para expulsar os ocupantes. Os blindados desfilam. Tanques param junto da nossa casa. A Irmã Emiliana (Memère Emilienne) é imediatamente assinalada por um oficial da Marinha:

- A Irmã dá licença? "E abraça-a! Em todas as ruas , a batalha faz ainda barulho e a Madre Michaeal é obrigada a insistir, fazendo sinais desesperados, para nos fazer entrar: " Venham depressa!"

26 de Agosto. O general De Gaule, acompanhado do general Leclerc vai a Notre Dame para uma acção de graças solene. A multidão com algumas espiritanas - acorre e aclama-os. Mal chegados à nave central um tiro rebenta, o general não é atingido e refugia-se no coro. A fuzilada continua, um padre dominicano dá uma absolvição geral. A assistência, depois de se ter refugiado nos cadeirais, vai para trás dos pilares e para as capelas laterais, depois vai-se dispersando lentamente Há apenas muito poucos feridos. O regresso das Irmãs dá-se debaixo de metralhadoras. A noite é agitada: aviões inimigos voltam e bombardeiam diferentes pontos da capital, inclusive o Grand Palais.

Durante seis dias, o canhão far-se-á ouvir ainda muito perto!

A calma regressou pouco a pouco. Ouve-se de novo o

silvar do comboio...O mercado do boulevard Raspail é reaberto, o barulho da refrega não se ouve mais... Nas missões, as Irmãs não podem mais. Algumas passaram 14, 15 e mesmo 16 anos sem vir à França. A Madre Michael multiplica as iniciativas no Ministério das Colónias que aceita assegurar lugares no primeiro barco de partida para a Àfrica. Uma partida de onze espiritanas teve efectivamente lugar em Dezembro de 1944.

8 de Maio de 1945. è a rendição de todas as forças inimigas, as sirenes anunciam a paz! E o conselho começa a preparar o capítulo geral que teve lugar a 5 de Novembro. Depois de 18 anos de superiorato, a Madre Michael passou o cargo à Irmã Jpseph Bieth (17)[17], antiga superiora principal dos Camarões.

1946 é um ano de uma intensa actividade: regressos e partidas continuas... bem depressa se dá conta que o belo hotel de Beaume não é adaptado ás nossas necessidades. Queremos sentir-nos à vontade, numa numa casa mais funcional. A 27 de Novembro de 1947, no Boletim da Congregação, a Madre Hosfa escreveu:

"Eis agora uma boa notícia: temos uma Casa Mãe definitiva em Boulogne –sur-Seine, 16 rua de Billancourt, muito perto da porta de Auxteuil. Era um modesto pensionato, que até ao fim deste ano escolar acolhia cerca de 200 alunos, dos quais uma centena de internos. A feliz disposição dos espaços permitirá à medida das nossas possibilidades, de se adaptar às nossas necessidades".

"Eis agora uma boa notícia: temos uma Casa Mãe definitiva em Boulogne –sur-Seine, 16 rua de Billancourt, muito perto da porta de Auxteuil."

Rua de Billancourt, 16 , Boulogne-sur-Seine (1948-1993), A caminho de uma nova etapa

"Bolonha, velho Auteil: até ao século XIV dizia-se: os "Menus–les. Saints. Cloud", isto é as "Casotas perto de Saint Cloud. Nesse tempo os parisienses gostavam de fazer a peregrinação de Boulogne-sur—Mer afim de aí venerar a Virgem Miraculosa. Para lhes facilitar este piedoso e louvável costume, Philipe-le-Long, então rei de França, inaugura o que na época se chamava: uma peregrinação abreviada. Fez construir,

[17] *Madre Joseph Bieth (1898-1972) , nascida em Brumath (Baixo Reno), Superiora Geral de 1945 a 1955*

sob o modelo da igreja de Boulogne-sur- Mer um belo edifício que se tornou igreja paroquial de Boulogne-sur-Seine. Na fachada encontra-se a representação exacta da imagem primitiva" (18)[18]

A 5 de Janeiro de 1948, Mons. Le Hunsec benzia a casa celebrava a missa pela primeira vez. Neste quadro, uma etapa importante da vida da congregação se ia desenrolar durante quarenta e cinco anos. A 5 de Outubro de 1949, era o aniversário dos 25 anos de profissão religiosa das primeiras Irmãs Missionárias do Espírito santo. As felizes jubiladas encontraram-se quase todas para esta festa de família. O instituto contava nesta data 278 irmãs professas, 41 noviças, 13 paotulantes repartidas por 37 casas, das quais 21 em terras de missão.

"Neste quadro, uma etapa importante da vida da congregação se ia desenrolar durante quarenta e cinco anos."

Vejamos como uma espiritana descreve a vida da casa em 1951: (19)[19]

"Todas as Irmãs que regressam das missões, dirigem-se para este feudo familiar, nenhuma reparte sem se ter vindo despedir. È verdadeiramente a casa de passagem. Uma irmã que vos encontra no corredor, procura reconhecer-vos... vós a fixais... e o vosso esforço de memória leva-a a exclamar: Ah Irmã... Irma Y... Há 17 anos que não nos víamos. Uma estava em Madagáscar e outra no Oubangui.

"Irmã, eu queria o meu bilhete de identidade... o meu passaporte"

...Golpes de martelo...barulhos de cantinas e de caixas que se arrastam... é o armazém da procuradoria, Uma irmã atarefada acaba uma expedição!... Ah, vou respirar um pouco. È a última partida daqui a nada. Diga-me: não me poderia ajudar a pesar esta caixa, se faz favor?... De boa vontade!

Ali é o que entre nós se chama o "quartel-general": os gabinetes da nossa Revernda Madre, da Irmã Assistente, sempre ocupada. O secretariado com as suas papeladas... A propaganda... Aqui é o gabinete da Irmã Superiora. Ter o cargo de uma comunidade tão elástica não é uma brincadeira"

O ano de 1955 foi o ano do capítulo geral que elegeu como superiora geral a Irmã Marie Laurence Brosse (20)[20], su-

[18] *Ir, Louis- de Ganzague. LE BRIS. "Une visite à Boulogne à la Maison- Mère. Pentecôte, 11.e année, 1948 n. 3 p.34*

[19] *Irmã Yvonne CoOgneau "La maison-Màre des spiritaines ", Pentecôte, 14.e année, 1951 n.º 2 p. 1-5*

[20] *Madre Marie- Laurence Brosse (1909-1970) Nascida em Oaris, falecida em Silva Porto, em Angola, , Superiora Geral de 1955 a 1965*

periora principal das Antilhas. De 22 a 31 de Agosto, partilhas e discussões entre as capitulantes, marcadas pelas inevitáveis tensões. Sente-se uma asa avançada. desejosa de mudanças, uma outra fracção teme os desvios e procura travar o movimento. Será precisa toda a autoridade do Vaticano II para abrir as portas e as janelas ao *novo Pentecostes* pedido por João XXIII, Abertura oportuna: a congregação desenvolve-se, com efeito, e prepara-se para viver a internacionalidade de uma maneira mais larga. Já em 1958, ela acolhe as suas duas primeiras professas africanas (R.C.A.)

E é de novo uma capitulo geral que se reune em a 21 de Agosto de 1965. A Irmã Johanna Ammeux (21)[21] substitui a Madre Marie- Laurence à frente do instittuo. Acontecimento marcante: a narrativa dos inícios da congregação feita pela Irmã Elise Muller(22)[22], companheira da Irmã Eugénia Caps; até aí, havia como que um mistério, um mistério doloroso à volta das nossas origens. Agora, o véu foi levantado.!...

"Entramos então num período de ajornamento, de adaptação das constituições às condições novas do apostolado."

Entramos então num período de ajornamento, de adaptação das constituições às condições novas do apostolado. Todas as comunidades são convidadas a trabalhar num questionário preparatório para o capitulo do ajornamento que se abrirá em Boulogne a 2 de Julho de 1969 e se prolongará até 8 de Setembro. Daí sairá um importante documento "fruto de uma grande comunhão entre todas as capitulantes". Experiências novas são encorajadas: comunidades de bairro, inseridas em H.L.M. ... tudo o que pode favorecer uma melhor proximidade com as populações a evangelizar.

A 15 de Junho de 1973 teve lugar a abertura de um primeiro encontro das responsáveis regionais na Casa Mãe. Um outro se realizará em 1975, à espera do capítulo geral de 1977 que verá a eleição da Irmã Hildegard Cordewwener(23)[23] e a produção de um novo documento: "*Libertar a energia da Boa Nova*", um ensaio em vista da futura *Regra de Vida* (24)[24]

Os dois capítulos seguintes realizar-se-ão em Arras.

---

[21] *Madre Johanna Ammeaux , originária de Zeggers-Capel (Norte) . Superiora Geral de 1965 a 1977*

[22] *Irmã Elise Mukller (1901-1970) Nascida em Sarrebruck. È considerada como a co-fundaora da Congregação. A este propósito, ver Mémoire Spiritaine, nº 1,2,3, 4.*

[23] *Irmã Hildegard Cordewenwer , holandesa, Superiora Geral de 1977 a 1983*

[24] *Règle de Vie approuvée par Rome a 18 de Março de 1985*

Porquê Arras? As capitulantes eram mais numerosas. Bolonha já não tinha capacidade para as acolher! O que veio pôr de novo o problema da Casa Mãe. È preciso escolher entre outras soluções: renovar e aumentar Boulogne ou então investir na rua Plumet, onde possuíamos um terreno com três pequenas construções já vetustas (25)[25]

Todas as espiritanas foram consultadas a este propósito. A opinião de várias, ricas de uma garnde experiência, foi decisiva: "È em Paris que é preciso estabelecer a casa mãe. Mantenhamo-nos fiéis às nossas raízes. no coração da capital". No Pentecostes de 1991, a Irmã Paulette Poussé(26)[26] eleita Superiora Geral em 1983, depois reeleita em 1989, escrevia à Congregação:

"As vossa numerosas respostas à consulta sobre a nossa busca para o imóvel, mostraram todo o interesse que vós dedicais à vida e ao futuro temporal do Instituto... Animadas pelo vosso interesse, prosseguiremos o estudo do projecto, a saber: Casa Mãe na rua Plumet, casa principal na rua Chaplain e bem entendido, venda de Boulogne. Esperamos os resultados de um estudo preciso e pormenorizado antes de tomar toda a decisão..."

No termo da reflexão, a decisão foi tomada em Março de 1992, a ecónoma geral, Irmã Mónica Méléard (27)[27] pode informar a Congregação: "As máquinas tomaram conta do terreno a 13 de Fevereiro; as paredes começarão a surgir lá para o mês de junho ou Julho". Na realidade, este espaço foi impossível de respeitar, pois dificuldades e entraves se multiplicam. Foi necessário um ano suplementar de trabalhos.

Rua Plumet, 18 , Paris XV.e De novo em Paris!

A transferência operou-se a 20 de Setembro de 1993. "Deixa o teu país"... é a palavra vívida por muitas Irmãs antigas de Boulogne, portadoras de muitas recordações e sensíveis

[25] *Em 1948, as espiritanas compraram no departamento XV, na esquina das ruas Bergue e Plumet, casas qu serviram para lar de raparigas e a obra dos "coloniais", depois de refeitas as contri«uções, foi casa do Distrito de França.*

[26] *Irmã Paulette Fourré, originária de Langueux (Cotes d´Amour), Superiora Geral de 1983 a 1995.*

[27] *Irmã Mónica Méléard, originária de Olérin (cotes di NOrd). Nomeada ecónoma geral em 1989*

às queixas dos amigos, dos paroquianos de Notre Dame... Mas havia que seguir em frente. A instalação mobiliza todos os braços; a perspectiva de habitar uma casa espaçosa e acolhedora dinamiza todas as coragens. A alegria de viver de novo estimula toda a comunidade.

Alguns dias mais tarde, P. Jean Paul Hoch, superior provincial dos espiritanos de França vindo presidir a um jubileu, pôde dizer:

"Vós tivestes a coragem, minhas Irmãs, de abandonar uma antiga casa para construir uma nova e isto num tempo em que todos temos algumas humanas inquietações a respeito das nossas congregações missionárias... Na forma arredonda da vossa nova Casa Mãe. uu vejo como que uma evocação da redondeza do nosso globo terrestre, como um convite lançado a todas vós, Irmãs espalhadas em tantos países: aqui, nesta Casa Mãe, vos estais em vossa casa, aqui nos nossos corações, vos estais na vossa casa e convosco nós sofremos todos os sofrimentos que acabrunham os povos onde vós viveis, nós nos alegramos com todas a as alegrias das Igrejas que vos acolhem, nós esperamos todas as esperanças que fazem viver todas estas pessoas que vós encontrais, amais e servis",

Em 1995 a casa, confortavelmente instalada, podia acolher as capitulantes que elegeram a nova superiora geral, a Irmã Andrée Boutin, a 26 de Julho(29)[28]

A 7 de Janeiro de 1996, o P. Marc Soyer(30)[29] vigário provincial dos Espiritanos presidia à festa do 75º aniversário da fundação da Congregação.

De uma maneira menos solene, mas com muito mais calor, a 30 de Setembro de 2003, a comunidade da rua Plumet festejava os seus dez anos de existência. As "antigas" deixavam falar o seu coração. A última palavra disse-a a Madre Mónica, a "mestra de obras" do projecto e da sua realização:

"Estou comovida por encontrar rostos que me recordam o acontecimento e que me fazem lembrar muitas outras espiritanas e outras pessoas com as quais nós vivemos tudo isto. Fazendo uma releitura desta opção, transferir a Casa Mãe de Boulogne para o Plumet, dou-me conta de quanto o Espírito Santo estava presente, no coração do discernimento com o conselho geral

[28] *Irma Andréee Boutin, canadiana , originária da diocesd de Amos*

[29] *P.Marc Doyer, vigário provincial de França de 1991 a 1997. Actualmente superior da casa mãe dos espiritanos, 30, Rua Lhomond*

desta época. Vejamos: hoje: todos os quartos estão ocupados, podemos acolher as nossas irmãs, a s famílias, os amigos, sem fazer grandes cálculos. Demos graças ao Senhor por Ele nas ter tomado e conduzida pela sua mão",

Estas poucas páginas da história ilustram uma das constantes da vida espiritanas: a mobilidade. Uma mobilidade feita de atenção aos sinais do Espírito e de disponibilidade aos acontecimentos. È provável que a jovem geração nela se venha a inspirar!

figuras da Missão Espiritana

Mons. João Quesada

Monsenhor João José Quesada Serrano nasceu em Madrid, na rua Ave Maria, a 23 de Outubro de 1844. Fez os seus estudos secundários no seminário menor de Tours. Na tenra idade em que cursava o seminário, começaram a manifestar-se na sua alma de adolescente as preocupações de futuro e a sentir na consciência as responsabilidades da vida, O jovem Quesada, impressionado pelo encanto do apostolado em terras de infiéis e atraído pela perspectiva do martírio, resolveu dedicar-se às missões da China. Entrou para isso no seminário das Missões Estrangeiras, em Paris, onde estudou teologia e as ciências eclesiásticas. Mas nesta altura declarou-se a guerra franco-prussiana. A comuna apoderou-se da capital e os seminaristas tiveram que retirar para Daix, onde todavia pouco se demoraram, visto que regressaram a Paris depois da entrada das tropas de Thiers naquela capital.

Ordenou-se o padre Quesada em 1871 e logo no mês de Agosto seguinte veio para Lisboa, onde entre outras ocupações teve a seu cargo a capelania do hospital francês de S.Luis.

Na Páscoa de 1872, numa das enfermarias do mesmo hospital jazia gravemente doente de uma febre tifóide, que se lhe declarou apenas chegado a Lisboa, procedente de Gibraltar, um padre da Congregação do Espírito Santo, que tinha vindo para Portugal com o intuito de fundar a congregação em Portugal. Velava o padre Quesada assiduamente a cabeceira daquele doente e quando o seu estado parecia agravar-se e inspirar receios pela sua vida, preparou-o para a grande viagem, administrando-lhe a santa unção.

Felizmente curou-se o enfermo: era o P. José Eigmann,

"Foi aqui, neste hospital que começaram as relações entre os padres do Espírito Santo e Monsenhor Quesada.."

que Deus escolhera para lançar a congregação do Espírito Santo em Portugal. Foi aqui, neste hospital que começaram as relações entre os padres do Espírito Santo e Monsenhor Quesada..

Em 1882, o padre Quesada aceitou a capelania da casa de D. Maria Isabel Freire de Andrade, condessa de Camarido e em breve, sob a sua zelosa e inteligente direcção vai surgir a capela das Picoas, mais tarde capela da Nunciatura e a obra para órfãos de Nossa Senhora de Lurdes, às Picoas, que a nobre fidalga sustentou sendo ambas as obras inauguradas a 16 de Junho de 1884

Sempre muito considerado pelos núncios apostólicos em Portugal, o padre Quesada recebeu sucessivamente os títulos d Camareiro Secreto do Santo Padre, Prelado Doméstico de Sua Santidade e de Protonotário da Santa Sé. Foi também condecorado com a Grande Cruz de Cristo.

"Em 1887, estando Monsenhor Quesada em Lurdes, veio-lhe à ideia fundar uma obra que servisse para a formação de Irmãos Auxiliares"

Em 1887, estando Monsenhor Quesada em Lurdes, veio-lhe à ideia fundar uma obra que servisse para a formação de Irmãos Auxiliares, mestres de escola, artes, ofícios e agricultura, destinados às missões de Angola. Pediu para este fim e obteve que a sr.ª D. Maria Isabel Freire de Andrade lhe cedesse as quintas de Nossa Senhora do Bom Despacho e de Nossa Senhora da Piedade, antigas residências de campo dos Condes de Camarido e de Bobadela, seus ilustres avós. Foi na capela do Bom Despacho (quinta de Baixo) que casaram seus pais; a quinta de Nossa Senhora da Piedade (quinta do Conde), próxima de uma gruta de Lurdes ali construída, tinha um frondoso freixo que foi plantado no dia do casamento de D.Maria Isabel.

"Foi assim que se fundou a Escola Colonial Agrícola para a Formação de Irmãos Auxiliares, que seria confiada aos Missionários do Espírito Santo. Pode-se pois dizer que o verdadeiro fundador desta obra foi Mons. Qesada."

Apesar das saudosas recordações de família que estavam ligadas a estas propriedades, a nobre dama, compreendendo o alcance do projecto de Monsenhor Quesada, anuiu ao seu pedido, convencida que prestava um relevante serviço à propagação da fé e civilização cristã da província de Angola..

Foi assim que se fundou a Escola Colonial Agrícola para a Formação de Irmãos Auxiliares, que seria confiada aos Missionários do Espírito Santo. Pode-se pois dizer que o verdadeiro fundador desta obra foi Mons. Qesada.

Depois da obra fundada, mons. Quesada visitava frequentemente a Escola Agrícola de Sintra. Achava-se bem no

meio dos Irmãos Auxiliares, nas oficinas, nas construções, nos campos de lavoura e nas aulas. Interessava-se por todas aquelas varridas artes e ofícios, dirigia a cada um uma palavra de estímulo, informava.se de tudo e muitas vezes os reunia na capela, na grande sala ou à sombra de qualquer árvore, para os exortar a prepararem-se bem para a vida dura das missões. Os irmãos percebiam que ele os estimava e amava,

Em tudo correcto, soube conservar sempre as distâncias que a obra lhe merecia, não se intrometendo no andamento habitual da obra e respeitando a autonomia da congregação na sua gerência.

É uma figura da História Espiritana que as actuais gerações já não lembram mas que ficou a fazer parte do património espiritual da Província Portuguesa..

Mons. Quesada faleceu a 10 de Março de 1902.

3 5282 00647 1208

Duquesne University
3 5282 00647 1208

A internacionc Missionários

MANUEL GONÇALVES

A "Ordália" Veneno ("Mbambu") na tradição cultural do centro norte Angolano - Um desafio pastoral

ANTÓNIO FARIAS

Os pobres e a pobreza no Paraguai

MANUEL CARMO

A revista "Portugal em África" no contexto da missionação contemporânea

ADÉLIO TORRES NEIVA

A fundação da Província Espiritana de Angola

ADÉLIO TORRES NEIVA

A vinda das Irmãs de S. José de Cluny para Portugal há 125 anos

IRMÃ PAUL GIROLET

A Casa Mãe das Espiritanas seu percurso histórico e geográfico

MONS. JOÃO QUESADA

Figuras da missão Espiritana